



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

As Crianças Perante as Novas Famílias:

Famílias Monoparentais vs Famílias Tradicionais

Um Estudo Exploratório

Sofia Alexandra Ferreira Antunes

Orientação: Prof.^a Doutora Heldemerina Samutelela Pires

Mestrado em Psicologia

Área de especialização: Psicologia da Educação

Dissertação

Évora, 2016



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

**As Crianças Perante as Novas Famílias:
Famílias Monoparentais vs Famílias Tradicionais
Um Estudo Exploratório**

Sofia Alexandra Ferreira Antunes

Orientação: Prof.^a Doutora Heldemerina Samutelela Pires

Mestrado em Psicologia

Área de especialização: Psicologia da Educação

Dissertação

Évora, 2016

À todas as pessoas que eu amo,
que no decorrer da minha trajetória,
seja com um olhar, uma palavra ou um abraço,
mostraram como um sonho pode-se tornar
realidade.

A todas as Crianças,
Por terem orgulho das famílias que têm!

Agradecimentos

Em primeiro lugar, o meu enorme agradecimento
à Professora Doutora Heldemerina Samutelela Pires.

Por me ter orientado ao longo deste percurso,
pela preciosa ajuda, pelos conselhos,
pelas sugestões e pelos conhecimentos transmitidos.

Aos meus pais, António e Isabel e aos meus irmãos, Joana e António
por estarem sempre ao meu lado, e por me apoiarem permanentemente,
independentemente das minhas decisões e por desejarem sempre o melhor para mim,
Sem eles não teria sido possível!

Ao meu namorado que sempre me impulsionou, me encorajou a trabalhar
e que me animou nos dias mais cansativos e stressantes.

À Misericórdia da Sertã;

Ao Agrupamento de Escolas da Sertã, nomeadamente,
à Escola Básica São Nuno de Santa Maria de Cernache do Bonjardim e
à Escola Básica da Sertã
que permitiram trabalhar junto das crianças que acolhem,
às famílias que deram o seu consentimento
e a todas as crianças que participaram no presente estudo.
Muito obrigado!

À minha família académica,
por caminharem ao meu lado
neste percurso difícil de enfrentar sozinha,
em especial, à Filipa e à Cláudia,
por toda a ajuda, paciência,
pelas gargalhadas e sorrisos
nos momentos em que mais precisei.

As Crianças Perante as Novas Famílias: Monoparentais vs Famílias Tradicionais. Um Estudo Exploratório

Resumo

Nos últimos anos, devido às mudanças estruturais, relacionais e sociais, a família detém agora configurações diferentes; diferentes formas de atuar na sociedade e percepções diferentes consoante a faixa etária dos seus elementos. Assim, o presente estudo tem como objetivo identificar e compreender a percepção das crianças de duas das diversas formas de família existentes, a família tradicional (FTr) e a família monoparental (FMn). Participaram no estudo 29 crianças, das quais 17 de famílias tradicionais e 12 de famílias monoparentais de ambos os sexos e com idades compreendidas entre os 8 e os 10 anos de idade. Para a recolha dos dados foi utilizada uma entrevista semiestruturada e os resultados obtidos resultaram da análise de conteúdo das respostas dos/as participantes. Os resultados obtidos sugerem que a FTr é percebida pelas crianças de FTr e FMn, participantes no estudo, como sendo aquela que apresenta mais aspetos positivos e é percebida como sendo a família ideal. No entanto, a FMn apesar de ser percecionada menos positivamente, pelas crianças de ambos os grupos, pela percepção das crianças de FMn podemos inferir e realçar o fato positivo de que estas famílias têm capacidade de lidar com as adversidades e, tal como as FTr, são capazes de promover o bem-estar das suas crianças.

Palavras-Chave: Formas de família, parentalidade, criança, percepção.

**Children faced with Families:
Single Parent Families vs Traditional Families. An Exploratory Study**

Abstract

In recent years, due to changes in structural, relational and social, the family have now different settings, different forms to act acting in society, and different perceptions depending on the age of its elements. Thus, the objective of this study is to identify and understand the perceptions of children of two of the various forms of Family exist. Participated in the study, 29 children, of which 17 traditional families and 12 single-parent families of both gender and with ages understood between the 8 and 10 years of age. For the collection of data was used a semistructured interview and the results obtained resulted from the content analysis of the responses from the participants. The results obtained, suggest that the traditional family is perceived by children of traditional families and single-parent families study participants as being one that has more positive aspects and is perceived as being the ideal family. However, the single-parent family, despite being perceived less positively by the children of both groups, through the children's perception we can infer and highlight the positive fact that these families have the capacity to deal with adversities and, like the FTr, are able to promote the welfare of their children.

Key-Words: Froms of family, parenting, children, perception.

Índice Geral

Introdução	1
Parte I – Enquadramento Teórico	5
Capítulo I – A Família	5
1.1. Evolução, Definição e Conceito	5
1.2. Funções da família	8
1.3. Famílias em Portugal	9
1.4. Novas formas de família	10
1.4.1. Monoparentalidade	11
1.4.1.1 Monoparentalidade Feminina	14
1.4.1.1 Monoparentalidade Masculina	14
Capítulo II – A Criança na família	17
2.1. A Criança numa Família Tradicional	17
2.2. A Criança numa Família Monoparental	20
2.2.1. Influência da ausência de um progenitor	25
2.3. Perceção da família pela criança	26
Parte II – Estudo Empírico	31
Capítulo III – Método	31
3.1. Considerações metodológicas	31
3.2. Problemática em estudo	32
3.3. Objetivos	33
3.3.1. Objetivo Geral	33
3.3.2. Objetivos Específicos	33
3.4. Critérios de inclusão no estudo	34
3.5. Caracterização dos participantes	35
3.5.1. Instrumentos	35
3.5.2. Procedimentos	37

3.6. Tratamento de dados	38
--------------------------------	----

Capítulo IV – Apresentação dos resultados39

4.1. Sistema de Categorias.....	39
4.2. Apresentação das categorias	40

Capítulo V – Análise e discussão dos resultados71

5.1. A percepção de família em crianças de famílias monoparentais e famílias tradicionais	71
5.2. A percepção das dificuldades das famílias em estudo	74
5.3. A percepção dos aspetos negativos das famílias em estudo	77
5.4. A percepção dos aspetos positivos das famílias em estudo	79
5.5. Sentimentos percebidos pelas crianças em relação às famílias em estudo	80
5.6. A Percepção das funções dos Elementos das Famílias em estudo.....	81
5.7. A percepção da família ideal para as crianças.....	83

Conclusão85

Referências93

Anexos

Anexo 1: Consentimento Informado	109
Anexo 2: Guião de entrevista.....	111
Anexo 3: Caracterização sociodemográfica dos participantes (Grupo I)	115
Anexo 4: Caracterização sociodemográfica dos participantes (Grupo II)	115
Anexo 5: Prespetiva global dos temas, categorias e subcategorias de análise.....	117

Índice de Quadros

	Pág.
Quadro 1: Caracterização dos Participantes	35
Tema 1: Percepção do que é uma família tradicional e monoparental	
Subtema 1.1: Percepção Geral da Família	
Quadro 2: Categoria 1 – Afetividade	41
Quadro 3: Categoria 2 – Cuidados	42
Quadro 4: Categoria 3 – Linhagem	42
Subtema 1.2: Percepção da própria Família	
Quadro 5: Categoria 1 – Afetividade	43
Quadro 6: Categoria 2 – Cuidado	44
Subtema 1.3: Percepção das Formas de Família	
Quadro 7: Categoria 1 – Tipologias	45
Quadro 8: Categoria 2 – Não Definida	46
Subtema 1.4: Percepção das Diferenças entre as Família em estudo	
Quadro 9: Categoria 1 – Família Monoparental	47
Quadro 10: Categoria 2 – Família Tradicional	48
Tema 2: Percepção das dificuldades das famílias tradicionais e monoparentais	
Quadro 11: Categoria 1 – Ausência de elementos da família	49
Quadro 12: Categoria 2 – Admissão de novos membros	49
Quadro 13: Categoria 3 – Habitação	50
Quadro 14: Categoria 4 – Carências	51
Quadro 15: Categoria 5 – Discussões.....	51
Quadro 16: Categoria 6 – Não Definida	52
Tema 3: Percepção dos aspetos negativos das famílias tradicionais e monoparentais	
Quadro 17: Categoria 1 – Discussões.....	53
Quadro 18: Categoria 2 – Ausência de elementos da família	54
Quadro 19: Categoria 3 – Não Definida	54
Tema 4: Percepção dos aspetos positivos das famílias tradicionais e monoparentais	
Quadro 20: Categoria 1 – Composição.....	55
Quadro 21: Categoria 2 – Afetividade	56
Quadro 22: Categoria 3 – Cuidados	57

Quadro 23: Categoria 4 – Habitação	58
Quadro 24: Categoria 5 – Não Definida	58

Tema 5: Sentimentos percecionados pelas crianças relativamente à sua família e percepção do sentimento de outras crianças nas outras famílias

Quadro 25: Categoria 1 – Sentimentos Positivos	59
Quadro 26: Categoria 2 – Sentimentos Negativos	60

Tema 6: Perceção das funções dos elementos das famílias tradicionais e monoparentais

Subtema 6.1: Perceção das funções da Mãe na Família

Quadro 27: Categoria 1 – Tarefas do Quotidiano	61
Quadro 28: Categoria 2 – Tarefas de apoio escolar	62
Quadro 29: Categoria 3 – Sustento da Família	63

Subtema 6.2: Perceção das funções do Pai na Família

Quadro 30: Categoria 1 – Tarefas do Quotidiano	64
Quadro 31: Categoria 2 – Tarefas de apoio escolar	65
Quadro 32: Categoria 3 – Sustento da Família	66

Subtema 6.3: Perceção das funções da Criança na Família

Quadro 33: Categoria 1 – Prestar ajuda aos pais	67
Quadro 34: Categoria 2 – Aprender	67

Última Questão: Identificação da família ideal para cada criança

Quadro 35: Categoria 1 – Família ideal	68
--	----

Lista de Abreviaturas

cit. in	Citado/s por
et al.	e outros
e.g.	por exemplo
p.	Página
pp.	Páginas
FTTr	Famílias Tradicionais
FMh	Famílias Monoparentais

Introdução

A família, nas últimas décadas, tem vindo a sofrer mudanças progressivas e persistentes, gerando novas formas de viver em casal e em família.

Segundo o Instituto Nacional de Estatísticas (INE) (2013b), estas tendências vêm contribuir para o aumento significativo de famílias monoparentais – um núcleo familiar onde vive um adulto sem conjugue com um ou mais filhos dependentes. Estas famílias podem ser de dois tipos: femininas ou masculinas, dependendo se o adulto for feminino ou masculino, respetivamente.

Com recurso à base de dados da PORDATA (2015a), desenhou-se o panorama das famílias na União Europeia, entre 2005 e 2014, acerca do tipo de composição dos agregados domésticos, é visível uma diminuição ligeira da percentagem das famílias com uma constituição tradicional (casal com filhos) e um ligeiro aumento do número de agregados com um adulto com crianças. Em 2005, a União Europeia detinha de 21,6% destas famílias e em 2014, a percentagem diminuiu para os 20,2%. Face a esta realidade, Portugal, encontrava-se acima da média Europeia, detendo o 4º lugar Europeu, com uma percentagem de 27,4% das famílias monoparentais em 2005, e em 2014, com uma leve descida encontrava-se com 23,9% das famílias tradicionais. Os valores dos agregados constituídos por um adulto com uma ou mais crianças têm vindo a aumentar, apresentando uma percentagem de 3,9% em 2005, aumentando para 4,5% em 2014; Portugal, no contexto Europeu, ocupava em 2005 o 16º lugar com uma percentagem de 2,8% de agregados com um adulto a viver com crianças, já em 2014 veio ocupar o 12º lugar no ranking, apresentando, com uma ligeira subida, 4,3%.

Neste último tipo de composição familiar (um adulto com crianças), o género do adulto, difere em grande escala, nomeadamente no último ano, em 2014, apenas 14,1% das famílias europeias eram governadas pelos homens e os restantes 85,9% por mulheres (PORDATA, 2015b).

Os dados recolhidos em Portugal têm uma maior amplitude temporal (1991-2011) e mostram que em 1991 existiam 254261 famílias monoparentais (incluí apenas as mães/pais sós a viver com filhos/as menores e adultos/as solteiros/as, o equivalente a 5,9% das famílias portuguesas. Contudo, este número cresceu com o passar das décadas e já em 2011, foram contabilizadas 480443 famílias monoparentais, elevando a percentagem para os 9% (INE, 2013a: Censos 1991, 2001 e 2011). Tal como na Europa o número das famílias monoparentais masculinas é menor em relação ao número das famílias monoparentais femininas, existindo 11,8% e 88,2% respetivamente,

Este tipo de família, as famílias monoparentais, resulta de várias razões, que segundo Dias (2013, cit. in. Boamorte, 2014) são as seguintes: morte de um dos progenitores – viuvez; separação/divórcio; adoção por um adulto solteiro ou gravidez levada até ao fim por uma mulher solteira.

De acordo com dados estatísticos relativos ao número de divórcios, a média da União Europeia em 1991 era de 27,5% e Portugal encontrava-se a baixo da média Europeia, com 14,8% (21º da tabela), no entanto, esses números aumentaram consideravelmente, passando Portugal o 2º lugar da tabela em 2011 com 74,2% e, dados mais recentes colocaram Portugal, em 2013, no topo da tabela, mesmo com uma ligeira descida no número de divórcios, com 70,4% por cada 100 casamentos (PORDATA, 2015c). Face a estes resultados, o INE (2013b) e Marinho (2014a) indicam que a monoparentalidade em 2011, em Portugal, tem como precursores dominantes os divórcios (43,4%) e a viuvez (7,7%).

Face a esta realidade dado que a família constitui o principal agente de socialização das crianças e influencia a aquisição de habilidades, comportamentos e valores, o tema que se propõe estudar pretende compreender as perceções dos diferentes tipos de famílias do ponto de vista das crianças, nomeadamente i) Identificar a perceção de família em crianças de famílias monoparentais e famílias tradicionais; ii) Identificar a perceção das dificuldades das famílias monoparentais e das famílias tradicionais; iii) Identificar a perceção dos aspetos negativos das famílias monoparentais e das famílias tradicionais; iv) Identificar os sentimentos que são percebidos pelas crianças, em relação às famílias monoparentais e às famílias tradicionais; v) Identificar a perceção dos aspetos positivos das famílias monoparentais e das famílias tradicionais; vi) Identificar a perceção das funções dos elementos das famílias monoparentais e das famílias tradicionais.

Este estudo desenvolveu-se em duas partes. Sendo que na primeira parte, o enquadramento teórico é composto por 2 capítulos, estando o primeiro capítulo dedicado ao tema da família. Neste capítulo procede-se a um enquadramento sobre a evolução da família bem como as mudanças acerca da sua definição ao longo dos anos, à descrição das funções que uma família detém de acordo com a sociedade, à enumeração de dados relacionados com a família em Portugal, de forma a introduzir a temática das novas famílias, nomeadamente as famílias monoparentais, e as suas características e multiplicidades.

O segundo capítulo menciona quais os modos de viver em famílias tradicionais e monoparentais que poderiam influenciar as crianças que vivem nessas famílias e refere-se também a estudos já realizados.

A segunda parte, está dividida em 3 capítulos. Nesta parte, é descrita a metodologia utilizada, bem como os resultados obtidos através de análise de conteúdo das entrevistas realizadas juntos de 29 crianças, com idades compreendidas entre os 8 e os 10 anos.

Nesta segunda parte, é ainda apresentada a discussão dos resultados tendo em consideração a revisão da literatura realizada numa primeira fase desta dissertação. No final são apresentadas as conclusões do estudo, incluindo as limitações e sugestões para futuros estudos.

Parte I – Enquadramento Teórico

Capítulo I – A Família

“Os filhos não precisam de pais extraordinários, mas de seres humanos que falem a sua linguagem e sejam capazes de penetrar no seu coração” (Augusto Cury)

1.1. Evolução, Definição e Conceito

A palavra ‘família’ foi criada na Roma Antiga para designar um grupo social e deriva do latim “famulus” (Silva, 2009) que, de acordo com o Dicionário Houaiss (2001), significa “*domésticos, servidores, escravos, comitiva, cortejo, casa, família*”.

A família tem sido um contexto de grandes alterações, sobretudo a partir do séc. XX, contudo ainda se verificam algumas marcas da sua estrutura de origem nos dias decorrentes.

Na Idade Média, a família tradicional era patriarcal, onde predominava a autoridade do chefe de família face à submissão dos restantes membros (Simionato & Oliveira, 2003), resultando em papéis específicos dentro da mesma, e onde os laços de sangue e os interesses económicos prevaleciam sobre os vínculos afetivos, ou seja, a sua união resultava da linhagem e propriedades materiais (Baliana, 2013). Nesta época, a fase da infância não detinha da mesma importância que tem hoje, devido à mortalidade infantil que era elevada e porque existiam barreiras relacionais, físicas e emocionais dentro das famílias, pois, era frequente a criança ficar a cargo de outra pessoa (família abastada) ou abandonada na rua ou hospital (famílias pobres) (Silva, 2009).

No final do séc. XVIII, apesar da estrutura familiar predominante na época ser semelhante à estrutura antecedente, onde o homem era o “chefe da família (...), o responsável pelo trabalho remunerado, a autoridade e o poder sobre a mulher e os filhos” (Pratta & Santos, 2007, p. 248) e a mulher era a responsável pelo trabalho doméstico e cuidava dos filhos e do marido (Pratta & Santos, 2007), começou-se a dar “mais importância aos sentimentos e aos afetos” (Silva, 2009, p.20). Com o desenvolvimento de laços afetivos, a criança começou a viver em contacto direto com os adultos, observando-se uma melhoria nas relações entre mães e filhos (Correia, 2013; Silva, 2009).

Já no séc. XX, com a revolução industrial, com o movimento de afirmação dos direitos da mulher (movimento feminista) e com o avanço tecnológico, a família tradicional passou pelo processo de mudança mais intenso, uma vez que a mulher se incorporou no

mundo do trabalho, modificando o modo de vida das famílias e a dinâmica de relações, e houve “uma diminuição das famílias numerosas, a diminuição das taxas de mortalidade infantil e de natalidade” (Pratta & Santos, 2007, p. 248) e uma nova família surgiu com o aumento do número de divórcios. Com a modificação da configuração da organização da família, o relacionamento entre pais e filhos altera-se também, tornando-se num relacionamento aberto para dialogar, perdendo o carácter autoritário mas mantendo a vigilância da mãe (Pratta & Santos, 2007).

De acordo com Leandro (2006), as modificações que permitiram às famílias personalizarem-se, prendem-se em primeiro lugar, com o aumento da escolaridade para ambos os sexos, acabando muitas vezes por a mulher alcançar níveis superiores de escolaridade em relação ao homem e por consequência atrasar a natalidade.

Em segundo lugar, e como consequência do anterior, a mulher conquista o mercado do emprego, de forma massiva, colocando em causa a partilha das tarefas domésticas. Por último, as descobertas científicas, como por exemplo os meios contracetivos, permitiram à mulher mais uma vez decidir acerca da sua fecundidade, de forma a programar a vinda de filhos/as.

Para a Constituição da República Portuguesa a família é de tal modo importante, que segundo o Art.º 1 e 2: “os pais e as mães têm direito à proteção da sociedade do Estado na realização da sua insubstituível ação em relação aos filhos, nomeadamente quanto à sua educação, com garantia de realização profissional e de participação na vida cívica do país” (Correia, 2013, p. 19).

A família seja ela biológica ou adotiva, passa a ser para a criança, um grupo significativo de pessoas capaz de implementar regras sociais, satisfazer necessidades económicas e educativas e criar um ambiente emocional e protetor (Pratta & Santos, 2007), ou seja, é o principal responsável pela socialização da criança, uma vez que a influencia na aquisição de habilidades, comportamento e valores (Oliveira, Siqueira, Dell’aglio & Lopes, 2008).

Ao longo dos tempos a palavra família tem sido alvo de várias definições. Por exemplo, a família no seu sentido mais comum é considerada um: “conjunto de pessoas ligadas entre si pelo casamento ou pela filiação” (Robert 1969 cit. in. Correia, 2013, p.15).

Na perspetiva de Minuchin (1982 cit. in. Machado, 2013), família é: “Uma unidade social que enfrenta uma serie de tarefas de desenvolvimento com raízes universais mas que diferem justamente em parâmetros culturais.

No entanto, outros autores, nomeadamente Szymanski, em 1992, citado por Silva (2009, p.21), referia-se à família como sendo:

“Um grupo de pessoas que convivem entre si numa relação duradoura, ocupando o mesmo espaço físico e social, com um tipo especial de relações interpessoais, com indivíduos que se respeitam, mantêm vínculos afetivos, em que mães e pais educam os seus filhos conjuntamente, ou com pessoas que mantêm um cuidado com os membros mais jovens ou mais idosos ou, ainda, cuidados mútuos entre si, independentemente dos parentescos.”

Observando uma lógica semelhante à de Szymanski (1996 cit. in. Machado, 2013), a perspectiva sistémica vê a ‘família’ como: “Um sistema, um todo, uma globalidade (...) mais do que a soma dos seus elementos, pois dela fazem parte um conjunto de relações entre estes” (p. 3).

De acordo com o dicionário da língua portuguesa, a palavra ‘família’ é explicada como: i) pessoas aparentadas que vivem geralmente na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e o/s filho/s; ii) pessoas do mesmo sangue; iii) origem ascendência (Ferreira, 2000 citado por Santos, 2013).

Mais recentemente, a Organização Mundial de Saúde (OMS) (Ahumada & Cochoy 2008, cit. in. Caniço, 2014, p.49) defende que a família é: “Um grupo de pessoas que têm um certo grau de parentesco por sangue, adoção ou casamento, limitado em geral pelo chefe de família, esposa e filhos solteiros que convivem com eles”

Como se pode verificar nem só o significado de família tem sofrido alterações, mas a forma como ela é vista também, uma vez que a mesma tem sofrido modificações, principalmente, na sua estrutura, com o passar dos anos (Correia, 2013; Morgado, Dias & Paixão, 2013). Para Silva (2009), estas alterações são consequência de mudanças religiosas, económicas e socioculturais da sociedade em que a família está inserida.

Mesmo tendo sofrido alterações no seu conceito e na sua estrutura, de acordo com a OMS em 1994 (Ahumada & Cochoy 2008, cit. in. Caniço, 2013), a família nunca deixou de ser um espaço limitado por laços de sangue, por casamento, por parceria sexual, nem por adoção, e, segundo Alarcão, foi sempre:

“Um espaço que permite a elaboração e a aprendizagem de dimensões fundamentais da relação com o outro, como a linguagem, a comunicação e as relações interpessoais, sendo também um espaço onde são vivenciadas relações afetivas significativas.” (2006 cit. in. Machado, 2013, p. 3).

Atualmente, as transformações que a família tem vindo a sofrer ao longo dos tempos, manifestam-se através do aumento de novas formas de família, por exemplo a monoparentalidade ou a reconstituição de famílias, e que propiciam adaptações ao Ciclo de Vida Familiar, especialmente ao nível do funcionamento familiar e das relações estabelecidas.

A transformação mais evidente nas famílias ocorre na formação das famílias monoparentais e relaciona-se com a sua constituição. Em Portugal, segundo Marinho (2014a), a constituição predominante é a de núcleos femininos devido à ideia de que “a seguir a um nascimento fora do casamento e após uma rutura conjugal os/as filhos/as devem ser entregues ao cuidado exclusivo das mães” (p.7). No entanto, a monoparentalidade masculina tende a ser mais “frequente quando os/as filhos/as são mais velhos e numa fase mais tardia do percurso de vida” (Marinho, 2014b, p.194).

É preciso destacar que quando se fala em família, é preciso ter em conta que este conceito é variável entre culturas e que abrange inúmeras definições, sendo por isso necessário reconhecer que há vários tipos de famílias e que os papéis maternos e paternos são multidimensionais e complexos (Carter & McGoldrick, 1995.)

1.2. Funções da família

Devido às mudanças estruturais, relacionais e sociais, as funções da família alteram-se forçosamente. Inicialmente, a família tinha como função a reprodução da espécie, da segurança, proteção e produção de bens, da transmissão cultural e socialização dos jovens. Atualmente, a família adquiriu as funções de proteção e desenvolvimento psicossocial, satisfação sexual, apoio afetivo e realização pessoal (Chave, 1994; Tomé, 2003, cit. in. Caniço, 2014).

Numa perspetiva mais restrita, a família, adquiriu funções fundamentais votadas para a saúde e desenvolvimento da criança. Segundo os Department of Health and Education and Employment and Home Office (2009 cit. in. Machado, 2013) essas funções dizem respeito a: (i) Cuidados básicos: certificar a satisfação das necessidades básicas e fornecer cuidados médicos adequados; (ii) Segurança: garantir que a criança está protegida de qualquer tipo de perigos; (iii) Afetos: assegurar a satisfação das necessidades emocionais da criança, valorizando as suas competências; (iv) Estimulação: a promoção das aprendizagens e do desenvolvimento intelectual; (v) Regras e limites: proporcionar à criança a regulação dos seus comportamentos, através da demonstração e modelagem dos comportamentos apropriados e aceites pela sociedade, e a regulação das suas emoções, através do seu controlo e da interação com outros; (vi) Estabilidade: oferecer à criança um contexto familiar suficientemente estável de forma a permitir o desenvolvimento e a manutenção de um vínculo seguro com os principais cuidadores.

A família, enquanto um sistema relacional, que está inserido numa multiplicidade de contextos, permite criar pessoas capazes de partilhar sentimentos e valores,

através da formação de “laços de interesse, solidariedade e reciprocidade, com especificidade e funcionamento próprios” (Simionato & Oliveira, 2003, p.64) favorecendo o desenvolvimento dos seus membros no processo de integração e inclusão social (Simionato & Oliveira, 2003).

No entanto, as funções das mães e dos pais variam consoante o meio ambiente social e cultural em que o quotidiano da família se desenrola. Segundo Almeida (1985 cit in. Vaz & Relvas, 2002, p. 257) o “quotidiano das famílias do meio rural e das famílias do meio urbano é diferente em muitos aspetos, nomeadamente no que se refere ao tipo e trabalho que executam, às rotinas do dia-a-dia, às tradições, aos costumes e aos valores”.

Estas diferenças contribuem também para a assimetria nas funções domésticas entre mulheres e homens (Vaz & Relvas, 2002). A mulher, tanto num meio rural como no meio urbano é responsável pela gestão das tarefas domésticas, ficando a seu cargo a preparação das refeições, as compras, o cuidado do vestuário, a educação dos filhos e os cuidados de saúde; no entanto, a mulher do meio urbano detém outras tarefas dado que começou a trabalhar fora de casa, iniciando a sua autonomia e independência económica e a ter um papel importante nas decisões da família (Vaz & Relvas, 2002). Relativamente ao homem, independentemente da sociedade onde vive, é ele que detém o papel da disciplina dos seus descendentes e do estabelecimento de regras (Vaz & Relvas, 2002).

Segundo o estudo realizado por Torres (2004), verificou-se que tarefas domésticas, como preparar as refeições, pôr a mesa, lavar a louça, tratar da roupa, limpar a casa, tratar dos/as filhos/as, se mantêm um domínio feminino, mesmo quando as mulheres trabalham.

Segundo Baliana (2013), o papel do/a pai/mãe/cuidador não deve estar associado apenas ao género de cada progenitor, nem às questões afetivas nem às financeiras, mas sim ao superior interesse da criança. Para a mesma autora, o ‘bom’ cuidador é aquele que promove o afeto, o amor e o sustento material; da/das sua/suas criança/as, não negligencia a vida da/das sua/suas criança/as nem a coloca em situações de risco.

1.3. Famílias em Portugal

Segundo o Instituto Nacional de Estatística, as famílias em Portugal, ao longo dos últimos 50 anos, tem diminuindo significativamente, em termos de dimensão, em 1960 havia 3,8 pessoas por famílias, atualmente as famílias têm cerca de 2,6 pessoas (INE, 2013b). Ao mesmo tempo o número de famílias com mais de 5 elementos, também

reduziu consideravelmente, em 1960 as famílias numerosas representavam 17,1% das famílias clássicas, no ano de 2011 só representavam 2% (INE, 2013b).

De acordo com estes dados é visível a tendência dos 'casais com filho único'. Os dados de 1991 do INE (2013b) apontam para a existência de 44% de 'casais com filho único' e 17% de casais com 3 ou mais filhos, no ano de 2011 existiam 55% de casais com filho único e apenas 8% de casais com 3 ou mais filhos.

Contudo, as modificações não se prendem só a dimensão da família (número de elementos) mas, também ao nível da sua organização. A monoparentalidade é uma organização familiar que tem aumentado a sua percentagem ao longo dos últimos anos, de acordo com o INE (2013b), em 1960 detinha apenas de 5,9% das famílias, no ano de 2011 a sua percentagem elevou-se para os 9%, este aumento deve-se sobretudo ao aumento dos divórcios e separações.

Com recurso às estatísticas, o INE (2013b) e Marinho (2014a) refere, que Portugal, já em 2000 era considerado o país do Sul da Europa com a taxa mais elevada de divórcios e, em 2010, fazia parte dos 10 países da Europa com as médias mais elevadas (Wall (coord.), Atalaia, Leitão, & Marinho, 2013).

O aumento da monoparentalidade revelou-se geral em todo o território português, segundo a análise do INE (2013b), e em 2011 as percentagens mais elevadas encontram-se na região de Lisboa e as percentagens baixas na Beira Interior.

1.4. Novas formas de família

Para Marques (2015), as famílias, antigamente, começavam a ser constituídas muito cedo dado que os/as jovens se casavam em idade precoce. Nesse contexto, o homem tinha a tarefa de levar o dinheiro para casa e intervir na educação dos/das filhos/as só em casos mais graves. À mulher cabia a tarefa de educar os/as filhos/as e cuidar da casa, poucas eram aquelas que tinham oportunidade de alcançar uma carreira profissional.

Atualmente, as diferenças entre o passado e o presente são mais evidentes, verificando-se, não só, uma família tradicional com um número de elementos no agregado cada vez mais reduzido, devido ao decréscimo das taxas de natalidade, ao aumento de pessoas a viverem sós e às crescentes reconstituições familiares (consequência de uniões de casais separados), mas também, transformações nos papéis conjugais e familiares devido ao aumento da independência, principalmente financeira, da mulher após esta começar a participar em atividades profissionais (Patel, 2005). Devido a estes fatores, atualmente, os/as jovens adultos/as tendem a casar mais tarde, entre os 26

e os 29 anos, e por consequência, a inserção de filhos do meio familiar é mais tardia. (INE, 2002 cit. in. Patel, 2005).

Realizando uma retrospectiva ao passado das famílias, podia-se garantir que as famílias eram muito semelhantes entre si, contudo, atualmente, existe um elevado número de padrões quanto à organização das mesmas (Marques, 2015) seja ela uma família de pais heterossexuais, família de pais homossexuais, família monoparental (Nunes, 2015), família reconstituída e famílias mais numerosas.

Uma vez que o foco deste estudo recairá sobre famílias tradicionais e monoparentais, iremos de seguida prestar maior atenção às características destas duas formas de família.

1.4.1. Monoparentalidade

A estrutura familiar, segundo Whaley e Wong (1989 cit. in. Stanhope, 1999), é uma forma de organização ou disposição de um número de componentes que se interrelacionam de maneira específica e recorrente, ou seja, da estrutura familiar fazem parte um conjunto de indivíduos com condições e posições diferentes e socialmente reconhecidas e com uma interação regular e, também, socialmente aceite (Silva, 2009).

Com a mortalidade que atingia os homens e a mulheres em idade de procriação, há um século atrás, era natural crescer com apenas um dos progenitores, sendo esse viúvo/a (Baliana, 2013).

No entanto, foi só a meados da década de 70 que surgiu o termo 'famílias monoparentais', inicialmente em Itália, referindo-se como "lone-parent families" em levantamentos estatísticos e depois em França, por sociólogas feministas (Wall & Lobo, 1999), para distinguir as uniões constituídas por um casal, das famílias constituídas por um progenitor e os/as seus/suas descendentes (Baliana, 2013). Este princípio foi depois difundido por toda a Europa, permitindo assim chamar a atenção para "uma nova abordagem à maternidade fora do casamento", que, conseqüentemente tirou do anonimato "as famílias de mães solteiras e as colocou num nível idêntico ao das famílias tradicionais" (Wall & Lobo, 1999, p.124).

Segundo o Parlamento Europeu, em 1985 (Martins, 1995 cit. in. Baliana, 2013), ainda não existia nenhuma definição internacionalmente reconhecida de família monoparental, uma vez que o termo abrange variadas situações, como por exemplo: (i) Pais ou Mães que vivem sós com um/a ou vários/as filhos/as (ii) Pais ou Mães que vivem

com filhos/as e com outros familiares (iii). Um grupo de pessoas que coabitam sem qualquer laço conjugal ou filial.

A família monoparental refere-se a mães sós e a pais sós a viver com filhos/as economicamente dependentes, sejam eles crianças, adolescentes, ou jovens adultos/as solteiros/as (Wall, et al. 2013). Esta definição é utilizada também nos estudos de política social de modo a perceber o seu funcionamento e consequências (Wall, 2003).

Para Baliana (2013), “o fenómeno da monoparentalidade é amplo e abarca diferentes constelações familiares (...) e essas possibilidades plurais significam estratégias de convivência diversas, representando identidades únicas, como microsociedades com economias, hábitos, culturas e percepções próprias de sua situação” (p.16) e é vista de duas formas: i) existem famílias monoparentais em que um dos progenitores assume o cuidado da/das sua/suas criança/as e o outro é ativo na parentalidade e ii) existem famílias em que o progenitor é solteiro e o outro nunca assumiu a parentalidade

Para além da dificuldade em definir a monoparentalidade, esta forma de família detém outras três grandes dificuldades no que toca à vida em família, segundo Vaz e Relvas (2002): i) na gestão do quotidiano, uma vez que não existe uma partilha de tarefas diárias, nomeadamente, tarefas educativas; ii) regulação do processo de autonomização, principalmente na relação entre progenitor/a e filho/a/os/as; e iii) expectativas sociais que veem as diferenças destas famílias como transformações deficitárias da relação e da socialização.

Para Schmitz & Renon (2009) a família monoparental existe em pé de igualdade com a típica família tradicional pois consegue “construir um ambiente onde aqueles que nele convivam possam sentir e exercitar sentimentos e valores essenciais à formação de seres humanos conscientes” (p.122) capazes de se relacionar na sociedade onde vivem.

As mesmas autoras consideram, também, que fazer parte de uma família monoparental, não é restringir à criança o direito de ter uma mãe e um pai conjuntamente mas possibilita, mesmo na ausência de um/a progenitor/a, um ambiente familiar saudável capaz de formar crianças aptas para se relacionarem dentro da sociedade.

Para Dias (2013 cit. in. Boamorte, 2014), vários fatores contribuem para a monoparentalidade, desde a viuvez, aquando da morte de um dos progenitores; da separação de facto ou de corpos ou do divórcio do pai e da mãe; da adoção por uma pessoa; e em situação de inseminação artificial levada a cabo por uma mulher solteira ou a fecundação homóloga a que se submete a viúva após a morte do marido.

A morte de um dos progenitores (viuvez) é o fator mais secular na formação de famílias monoparentais e é considerada “uma condição social peculiar: inesperada, não

planejada, instantaneamente modificadora da vida das pessoas. A mesma representa uma súbita quebra do equilíbrio, real ou suposto, das relações de família e a urgência do estabelecimento de novos arranjos no grupo familiar” (Motta, 2005, p.9). Este estado social é considerado por Sau (2001) como estágio final da cadeia do matrimônio levando ao surgimento de uma família monoparental.

A separação ou o divórcio é, atualmente, o fator mais comum que propicia a formação da família monoparental, e esta interrupção no ciclo de vida familiar provoca modificações não só ao nível relacional e emocional, mas também nas etapas de desenvolvimento da família (Carter & McGoldrick, 1995). Estas autoras afirmam que 35% das mulheres que se divorciam não voltam a casar e portanto passam por uma fase de reestabilização “pós-divórcio”, permanecendo assim uma família monoparental. Não existe só um lado negativo no divórcio para o/a/os/as filho/a/os/as, em que a/as criança/s vivem sob um stress em lidar com os conflitos entre os progenitores, como também existe um lado positivo, pois assim a/s criança/s não terão que presenciar os conflitos entre os pais (Santos, 2013).

A adoção singular, ou mono-adoção, é outra via pela qual se origina uma família monoparental. Segundo Gesse (2010 cit. in. Ferreira, 2014), a adoção singular é aquela que pode ser realizada por qualquer pessoa maior e capaz, seja ela homem ou mulher, podendo ser solteiro/a, divorciado/a ou juridicamente separado/a. Este tipo de constituição familiar visa garantir à criança e/ou ao adolescente o direito à convivência familiar e ainda garantir a defesa e a promoção do interesse da criança (Azevedo & Moura, 2000).

A monoparentalidade também pode surgir através de uma gravidez levada a cabo por uma mulher que deseje ter e criar uma criança sozinha (Schmitz & Renon, 2009), seja uma gravidez involuntária levada ao fim, como numa gravidez na adolescência (Santos e Santos, 2008), ou seja uma gravidez com recurso a técnicas de reprodução medicamente assistida, como a inseminação artificial (Schmitz & Renon, 2009). Esta possibilidade deve-se ao desejo de ter e poder criar um/a filho/a sozinha, sem a necessidade de construir uma relação conjugal perdurável (Santos e Santos 2008; Schmitz & Renon, 2009), ou através da fecundação homóloga submetida pela viúva após a morte do marido.

Para poder ter uma gravidez levada a cabo através de técnicas de reprodução medicamente assistida é preciso que a mulher tenha no mínimo 18 anos de idade e que não se encontre interdita ou inabilitada por anomalia psíquica (artigo 6.º da Lei n.º 32/2006).

A monoparentalidade, como forma de família tem existido há muitos anos, no entanto antigamente, a maioria destas famílias era formada por viúvas ou por mães solteiras e os/as seus/suas filhos/as, uma forma de família que não era opção das mulheres e que era imposta por uma situação ou de abandono ou após a morte dos seus maridos (Baliana, 2013). Mas com o passar dos anos, esta forma de família deixa de ser imposta para se tornar numa escolha em virtude das mudanças da sociedade (Baliana, 2013).

1.4.1.1 Monoparentalidade Feminina

Pode-se considerar famílias monoparentais femininas, quando compostas a partir de três formas: i) mulheres que se separam ou se divorciam e que ficam com a guarda do/a/os/as filho/a/os/as; ii) mulheres viúvas que criam seus/suas filhos/as e iii) mulheres que nunca se casaram, que optaram por ser mães solteiras, através de reprodução artificial ou por adoção, criando o/a/os/as filho/a/os/as sozinha/s (Baliana, 2013).

A preponderância da monoparentalidade feminina em Portugal é cerca de 87,6%, em 2014 (INE; PORDATA, 2015d), das famílias monoparentais, e como já foi referido, grande parte deste número se deve ao aumento dos divórcios e cuja guarda do/a/os/as filho/a/os/as é dada à mãe dado que, a mulher é a responsável por gerar as crianças e cuidar delas após esse período. Por esse motivo é que são consideradas a progenitora mais adequada para cuidar das crianças (Baliana, 2013).

Para a mesma autora, apesar de as famílias monoparentais femininas serem maioritárias, estas continuam a ser vistas como uma família desfavorável pela sociedade, devido aos desafios que são impostos à mulher, nomeadamente ao nível da gestão do quotidiano, da ausência do companheiro e da articulação trabalho/família, pois é preciso frisar que as situações, profissional e económica, destas famílias devem ser levadas em consideração uma vez que estes fatores interferem muito na vida familiar.

1.4.1.1 Monoparentalidade Masculina

Segundo Correia “as famílias monoparentais masculinas com filho/a/os/as menores, solteiro/a/os/as e dependentes constituem uma franja muito estreita do quadro de famílias monoparentais e uma ínfima parte da composição das famílias na nossa sociedade” (2010, p.133), correspondendo a apenas 12,4% das famílias monoparentais (INE, 2014; PORDATA 2015d).

Não é só a família monoparental feminina que detém dificuldades. Por exemplo, no caso das famílias monoparentais masculinas mais desfavorecidas, a ausência de apoios físicos (família, amigos, etc.) é compensada por serviços públicos ou privados

sem fins lucrativos; quando estes não existem e os pais têm rendimentos muito baixos, começam a surgir mais dificuldades associadas aos cuidados prestados à criança (Correia, 2010).

Para o mesmo autor, quando a família detém uma condição social e económica mais privilegiada, “maior acesso a um leque variado de prestadores de cuidados e, quanto maior, mais versátil e mais especializado for este leque de opções, mais fácil, mais controlado e com menos focos de tensão é o modo destes pais-sós relacionarem família e trabalho” (Correia, 2010, p.155).

Na monoparentalidade masculina, existem quatro perfis de pais: no primeiro perfil o pai faz todos os ajustamentos entre o seu horário de trabalho e os horários do/a/os/as filho/a/os/as; no segundo perfil o pai faz o ajustamento diário entre diversos tipos de prestadores de cuidados, podem ser instituições, avós, tios/as, amigos/as da família ou até mesmo pais de colegas da escola do/a/os/as filho/a/os/as; o terceiro perfil é quando o pai recorre diariamente ao apoio da sua mãe para os cuidados do/a/os/as filho/a/os/as, para as tarefas domésticas, para a realização de refeições, entre outros afazeres; e no ultimo perfil, observa-se uma grande dificuldade por parte do pai na gestão entre o trabalho e a família, deixando de parte algumas necessidades diárias, tanto suas como da/s criança/s (Correia, 2010). Para Correia (2010), numa família monoparental masculina as crianças podem contar com a presença da mãe em períodos definidos (fins-de-semana, férias...).

Em jeito de conclusão, importa realçar que a família constitui, não só o primeiro, mas o mais importante grupo social de cada ser humano, uma vez que é através desta que se cria um quadro de referências, se estabelece relações e identificações ao longo da vida, nomeadamente durante o desenvolvimento da infância à adolescência.

Capítulo II – A Criança na família

“A criança não é melhor ou pior que o adulto, ela é diferente porque pensa e sente diferente”
(Damazio, 1991, p.24)

Ao longo do tempo, a forma de encarar as crianças sofreu grandes modificações, levando à inclusão da infância como uma fase importante do desenvolvimento humano (Sarmiento, 2004 cit. in. Fontes & Ferreira, 2008).

Como já se referiu no capítulo anterior, as crianças, no tempo da Idade Média, não detinham qualquer estatuto social, nem autonomia existencial e eram consideradas meros seres biológicos, só a partir da época do renascimento é que o seu papel começou a assumir, progressivamente, algum relevo na sociedade (Fontes & Ferreira, 2008).

Com a mudança das concepções por parte dos adultos, a criança passa a ser considerada como um ser dotado de identidade e singularidade, possuindo desejos, afetos e hostilidades, descobertos e vivenciados durante seu processo de crescimento e desenvolvimento (cognitivo, psicossocial e afetivo) (Persegona, 2007). Segundo o mesmo autor, todas as vivências e os sentimentos por ela gerados passam a fazer parte da criança tornando-a diferente das demais pessoas com quem se relaciona.

O desenvolvimento das crianças é influenciado pelos vários contextos em que as mesmas estão inseridas, mas aquele que tem um papel mais proeminente é o contexto familiar (Cole & Cole, 2004). A sua importância resulta do facto de que quando o *“bebé humano nasce, completamente vulnerável e dependente (...) precisa de um meio familiar propício ao seu desenvolvimento físico e psicológico”* (Fleming, 2015, p. 163). Assim, qualquer criança precisa de um ambiente que possa proporcionar-lhe: i) um ambiente de afeto e apoio, ii) assegurar a sua sobrevivência, crescimento e socialização e iii) tomar decisões tendo em conta os outros contextos educativos nos quais a criança se integra. Sendo, estas as funções específicas a que os/as progenitores/as têm que dar resposta (Palácios & Rodrigo, 2007 cit. in. Martins, 2013; Parke & Buriel, 2006 cit. in. Martins, 2013).

2.1. A Criança numa Família Tradicional

A importância do contexto familiar deve-se ao facto de, os/as pais/mães agirem de forma a influenciarem as habilidades cognitivas e as personalidades da/s criança/s a partir da distribuição de tarefas que necessitam ser desempenhadas por um

comportamento específico regidos por valores promovidos pelo/a/os/as pai/mãe/pais/mães (Cole & Cole, 2004). Ou seja, a família constitui o meio ideal para a elaboração e aprendizagem de dimensões significativas da interação, tais como, os contactos corporais, a linguagem, a comunicação e as relações interpessoais (Alarcão, 2000).

A família, enquanto sistema em evolução, devido a fatores já descritos anteriormente, sofre um processo de desenvolvimento estrutural, quanto aos seus elementos, e funcional quando se trata da mudança enquanto grupo (Relvas, 1996).

Quando se faz referência à família, esta pode ser considerada como uma unidade onde se distinguem vários subsistemas, gerados por interações específicas que se prendem com: i) os indivíduos que nelas estão implicados, ii) os papéis que desempenham e iii) os estatutos ocupados (Relvas, 1996). Neste contexto, um dos sistemas importante é o subsistema parental, constituído habitualmente pelo/a/os/as pai/mãe/pais/mães, cujas funções permitem a aprendizagem do sentido de autoridade e a forma de negociar e lidar com o conflito no contexto de uma relação através de trocas e relações estabelecidas entre o/a/os/as pai/mãe/pais/mães e a/s criança/s (Alarcão, 2006).

As ações realizadas pelas figuras parentais (pai e mãe ou outra figura cuidadora) junto do/a/os/as filho/a/os/as, com o sentido de promover o seu desenvolvimento da forma mais plena possível, utilizando recursos disponíveis dentro da família e na comunidade, são definidas como parentalidade (Cruz, 2005). Estas atitudes para com as crianças, atendem ao artigo 27º da Convenção sobre os Direitos da Criança que indica que é da responsabilidade parental e de outros cuidadores assegurar, de acordo com as suas competências e capacidades financeiras, as condições de vida necessárias para o desenvolvimento da criança (ONU/UNICEF, 1989).

Baumrind (1966 cit. in. Esteves, 2010) foi das primeiras a interessar-se pelo estudo dos estilos parentais e procurou avaliar o impacto dos mesmos em diversas dimensões da vida dos indivíduos, o que contribuiu para a formulação de três estilos parentais (o autoritário, o autorizado e o permissivo). Surgindo, mais tardiamente, por Baumrind, um quarto estilo (o negligente) que se distinguia pela negativa dos demais padrões (1989, cit. in. Pereira, 2007).

Os/as pais/mães que apresentam um estilo parental permissivo exercem um controlo menos preciso sobre o comportamento do/a/os/as filho/a/os/as, uma vez que acreditam que eles têm que aprender a comportar-se com a experiência, dando espaço para o estabelecimento de horários e atividades, exigindo pouco, evitando o controlo e não encorajam a obediência face a padrões externos (Baumrind, 1966 cit. in. Esteves, 2010; Cole & Cole, 2004).

Quando se trata do estilo negligente, este caracteriza-se por pai/mãe que não exige/m responsabilidade à criança mas também não encorajam a sua independência, não dando os estímulos afetivos necessários e recorrem a castigos ou pressões para evitar que a/as criança/as perturbem o seu comodismo (Baumrind, 1989, citado por Pereira, 2007).

O estilo parental autoritário define um padrão em que o/a pai/mãe tende a moldar, controlar e avaliar o comportamento e as atitudes da criança através de uma visão tradicional e enfatizam a importância da obediência, sendo caracterizadas tipicamente pela recusa em ajudar, monopolização do poder de decisão e valorização excessiva das regras e das normas (Baumrind, 1966 cit. in. Esteves, 2010; Cole & Cole, 2004).

No estilo parental autorizado, o/a pai/mãe admite que, embora tenha mais habilidades, conhecimento e recursos, a criança tem direitos (Cole & Cole, 2004). Neste estilo parental, o/a pai/mãe procura estabelecer limites e regras de forma racional e orientada, privilegiando a autonomia da criança de acordo com o seu nível de maturidade e responsabilidade, estabelecendo os limites para a gestão que estes podem fazer do seu espaço e das suas ações (Baumrind, 1966 cit. in. Esteves, 2010; Cole & Cole, 2004).

Uma parentalidade competente ou eficaz caracteriza-se pela utilização de um “estilo educativo parental autorizado” adaptado às necessidades e reações de uma criança (Baumrind, 1991 cit. in. Simões, 2011), uma vez que gera filhos/as com melhores níveis de ajustamento psicológico e comportamental, mais competentes e confiantes nas suas capacidades, envolvendo-se menos em problemas (Baumrind, 1966; Dornbusch, Ritter, Leiderman, Roberts & Fraleigh, 1987; Maccoby & Martin, 1983; Steinberg, Mounts, Lamborn & Dornbusch, 1991 cit. in. Esteves, 2010).

Os estilos parentais positivos reúnem todos os conjuntos de atitudes e ações comunicados pelos/as progenitores/as para assegurar a sobrevivência e desenvolvimento da criança (Hoghugh, 2004). No entanto, a parentalidade é diferente de família para família, “não devendo ser generalizada ou uniformizada, pois difere conforme a estrutura familiar e as exigências da sociedade” (Barros, 2009; Garcia, Yunes, Lucas & Garcia, 2010 cit. in. Xavier, Antunes & Almeida, 2013, p.5690).

De um modo geral a parentalidade detém de 3 componentes básicos para se poder afirmar que a parentalidade é positiva para as crianças, segundo Hoghugh, (2004) são elas: i) Amor, cuidado e compromisso; ii) Controlo e estabelecimento de limites e iii) Favorecimento do desenvolvimento, pressupondo o desempenho, por parte do/a cuidador/a, de funções executivas de proteção, educação e integração na cultura familiar relativamente às gerações mais novas (Alarcão, 2000)

Numa família tradicional, a participação paterna orientava-se por um padrão tradicional, onde o pai (figura paterna) era apenas auxiliar da esposa nos cuidados à/s criança/s. No entanto, com as mudanças sociais, os seus papéis ganharam novos contornos como a divisão de responsabilidades entre pai e mãe na rotina de cuidados dos mais novos (Cabrera, Tamis-LeMonda, Bradley, Hofferth, & Lamb, 2000; Lamb, 1997) assumindo de forma consciente o seu papel no acompanhamento e desenvolvimento das crianças, contribuindo, deste modo, para o estabelecimento de uma relação afetiva mais próxima (Martins, 2002). Os estudos de Sutter e Bucher-Maluschke (2008) e de Chorvat (2006) indicaram que, apesar das mudanças significativas nos papéis, a imagem do pai continua associada às funções tradicionais, ou seja, à função de provedor, sendo considerado aquele que garante o sustento da sua família.

Estudos realizados por Sutter e Bucher-Maluschke (2008) constataram que apesar da mãe ser a principal cuidadora, existem homens que se esforçam para participar no quotidiano da/s criança/s, envolvendo-se em atividades de educação, lazer, alimentação e higiene, dependendo da sua disponibilidade.

Para Lamb (1992 cit. in. Guerreiro, 2007), quando uma criança beneficia de um envolvimento maior por parte do/a pai/mãe, estas demonstram uma competência aumentada, maior empatia e ideias menos estereotipadas.

Aos olhos das crianças, segundo Paquette (2004, cit. in. Sousa, 2010), as mães são vistas como fonte de bem-estar e segurança, por outro lado, os pais são vistos como principais companheiros de brincadeira, essencialmente pelos rapazes. As diferenças na interação com a/s criança/s, permite à criança reconhecer e regular as suas emoções e/ou promover o seu sentido de autoeficácia (Clarke-Stewart, 1978 cit. in. Sousa, 2010; Paquette, 2004, cit. in. Sousa, 2010). Ao desenvolver um envolvimento paternal positivo, este contribuirá “para uma melhor saúde mental na idade adulta, menos problemas comportamentais no fim da infância, atitudes mais positivas na escola durante a adolescência e aumento da realização económico-educacional na idade adulta” (Grossman et al., 2002 cit. in. Sousa, 2010, p. 14).

2.2. A Criança numa Família Monoparental

Como já foi referido no capítulo anterior a família monoparental começou a ganhar visibilidade, mas também vivências próprias.

No entanto, esta forma de família é considerada um fator de risco para a qualidade da parentalidade, uma vez que, um/a progenitor/a sozinho/a tem menor probabilidade de beneficiar de um suporte social, uma maior probabilidade de passar por

dificuldades económicas e por acontecimentos de vida stressantes, e por acumular funções que, numa família tradicional nuclear, são partilhadas por ambos os elementos do casal (Cain & Combs-Orme, 2005; Grolnick & Gurland, 2002; Kalenkoski, Ribar & Statton, 2005; Parke, 2003). Para Parke, a monoparentalidade é vista como uma realidade que cria condições desfavoráveis à parentalidade funcional e saudável, e são as mães que nunca casaram, em comparação com as mães divorciadas, as que têm condições de vida mais desvantajosas (Parke, 2003).

Quando se aborda o tema da monoparentalidade, é preciso ter em atenção as suas modalidades. Quando se trata da morte do/da progenitor/a, a literatura afirma, que esta é uma das experiências mais perturbantes que uma criança pode vivenciar (Franco & Mazorra, 2007).

No entanto, os vários estudos realizados descrevem que o modo como uma criança lida com a perda está relacionado com “padrões de relação familiar anteriores” ((Aberastury, 1973; Bowlby, 1993; Domingos & Maluf, 2003; Guérin, 1979; Klein, 1996a; Kraus & Monroe, 2005; Nickman & Normand, 1998; Winnicott, 1994; Worden, 1996 cit. in. Franco & Mazorra, 2007; Pedro, Catarino, Ventura, Ferreira & Salsinha, 2010, p. 2). Ainda a este respeito, também Franco e Mazorra (2007) referem como fatores de reestruturação familiar após a perda, por exemplo: i) a sua relação com a pessoa perdida; ii) a sua relação com o/a progenitor/a sobrevivente; iii) as circunstâncias em que a perda ocorreu; iv) a informação recebida pela criança; v) a mudança da dinâmica familiar.

Com base nas teorias de Piaget, Torres (2002) *cit. in.* Pedro et. al, (2010) refere que, quando a criança vivência a perda de um/a progenitor/a, esta só interioriza que a morte é um fenómeno irreversível, esta entra no estágio de desenvolvimento das operações concretas, entre os 7 e os 12 anos. Em estádios anteriores, as crianças demonstram algum sentimento de tristeza, mas não reconhecem a morte como algo irreversível, mas sim como algo passageiro (Machado, 2006 cit. in. Pedro et. al, 2010)

Para Pedro et al. (2010), uma criança sofre sempre com a perda, tanto a nível afetivo como emocional, independentemente da conceção que a criança faz da morte, gerando sempre um sentimento de desamparo e mudanças no quotidiano e na dinâmica da família (Louzzette & Gatti, 2007, cit. in. Pedro et. al, 2010).

As crianças que vivenciam esta reorganização da família, para além de apresentarem dificuldades no relacionamento, “tendem a ser a ser mais tímidas e isoladas, com maiores níveis de ansiedade”, tornando-se, por vezes, mais agressivas e com comportamentos desviantes (Pedro et. al, 2010, p. 151).

Para Bowlby (2006) citado por Anton & Favero (2011, p.102), a perda de uma figura de vinculação é percebida pela criança como desamparo, provocando na criança o

“medo de ser abandonado, a saudade da figura perdida e a raiva por não poder reencontrá-la”.

Quando deparados com famílias monoparentais resultantes de um processo de separação ou divórcio dos pai/mãe é preciso entender que esta situação desencadeia em todos ou parte dos membros da família, dificuldades de adaptação à nova forma de vida.

Segundo os estudos expostos no trabalho de Boas e Bolsoni-Silva, (2009) estes asseguraram que, além da/as criança/as reagir/em de forma diferente a fatores inerentes à separação dos progenitores, como os conflitos, as alterações das rotinas o relacionamento com o pai (figura paterna), os aspetos negativos da separação predominam sobre os positivos (Ribeiro, 1989 cit. in. Boas & Bolsoni-Silva, 2009). Para as mesmas autoras, esses aspetos negativos estão relacionados com o quotidiano das crianças e na dificuldade que elas têm perceber as suas rotinas e qual o seu lugar no relacionamento familiar (Souza, 2000 cit. in. Boas & Bolsoni-Silva, 2009). No estudo de Ramires (2004) verificou-se também a dificuldade da/as criança/as em lidar com esta quebra familiar, e constatou-se que eles manifestavam o desejo de ter novamente a família toda reunida.

Numa família monoparental resultante de separação ou divórcio a guarda das crianças, normalmente, fica entregue à figura materna, modificando o relacionamento pai-filho/a/os/as. Os primeiros estudos realizados sobre este tema afirmam que, após a separação dos progenitores, existe uma aproximação entre pai e filho/a/os/as (Ramires, 1997 cit. in. Vieira & Souza, 2010) devido a necessidade de os pais (figura paterna) assegurarem que as crianças gostem de estar na sua companhia (Gilberth, 1999 cit. in. Boas & Bolsoni-Silva, 2009). Por outro lado, estudos mais recentes apontam para um distanciamento entre o pai e filho/a/os/as após a rutura familiar (Dantas, Jablonski, & Feres-Carneiro, 2004 cit. in. Vieira & Sousa, 2010) uma vez que, por exemplo, deixam de colaborar com a rotina diária da criança (Dunn, 2005 cit. in. Boas & Bolsoni-Silva, 2009).

Quando uma criança está no meio de uma separação, para além das mudanças relacionais, esta adquire o medo de ficar sozinha, porque pressupõe que se um adulto se foi embora, o outro também pode ir (Schabbel, 2005), tem medo “de perder o contato com o pai, que está indo embora” (Almeida, Peres, Garcia, Pellizzar, 2000, p.33) e, geralmente lida com o medo sozinha, dado que, os/as pais/mães estão ocupados/as em tratar de questões mais burocráticas (Kaslow & Schwartz, 1995, cit. in. Almeida *et al.* 2000). Enquanto as crianças estão preocupadas em lidar com as suas emoções, com o fato de ter alterações em certas rotinas familiares, com o fato de ter perdido a oportunidade de conviver com um dos progenitores (Schabbel, 2005), estas tendem a

exibir algumas reações negativas, nomeadamente, distúrbios no sono e agressividade (Cole & Cole, 2004).

Quando estamos perante um caso de divórcio ou separação, estamos perante uma “dissociação entre os subsistemas conjugal e parental, em que os/as pais/mães terão de reestruturar o subsistema parental porque não irão manter a mesma aliança na educação da/as criança/as aumentando a probabilidade de uma parentalidade inconsistente” (Simões, 2011, p. 85).

Os estudos realizados têm indicado que as mães divorciadas aplicam práticas parentais mais disfuncionais, utilizam menos a monitorização, são menos afetuosas e mais críticas, e são particularmente mais severas e mais autoritárias com os rapazes, demonstrando dificuldade em controlar o comportamento deles, criando crianças com tendências de personalidade mais agressivas, menos autocontroladas e com menor desenvolvimento cognitivo em comparação com crianças da mesma idade mas, que vivem com os progenitores casados (Grolnick & Gurland, 2002; Hetherington & Kelly, 2002; Kerns, Aspelmeier, Gentzler & Grabill, 2001; Nair & Murray, 2005; Parke & Buriel, 2006; Cole & Cole, 2004). Contudo, quando se trata de famílias monoparentais masculinas, os pais divorciados são mais permissivos e tolerantes, comportamento que é referido como contribuindo para a maior dificuldade das mães em controlarem os seus filhos (Grolnick & Gurland, 2002; Hetherington & Kelly, 2002; Kerns et al., 2001; Nair & Murray, 2005; Parke & Buriel, 2006).

O desenvolvimento de um comportamento antissocial, para Ruter, Giller e Hagell (2000 cit. in. Guerreiro, 2007), não se deve à separação, “mas sim aos desentendimentos familiares que precedem e acompanham a separação” (p.43), ou seja, são as causas e a forma como a separação acontece que pode perturbar o desenvolvimento da criança.

Sempre que se trata de uma situação de divórcio ou separação, é frequente ver os/as progenitores/as a praticarem, não uma parentalidade positiva, mas sim, uma co-parentalidade conflituosa ou descomprometida, onde não existe acordo em relação à educação da/as criança/as (Amato & Keith, 1991; Belsky et al., 1997; Hetherington & Stanley-Hagan 2002). Trata-se por co-parentalidade o processo através do qual pai e mãe coordenam os seus comportamentos parentais, de forma a apoiar-se mutuamente no papel parental, partilhando responsabilidades e tarefas educativas, dependendo das capacidades de comunicar, de colaborar e de resolver desacordos (Grych, 2002; McHale, Lauretti, Talbot & Pouquette, 2002).

Quando uma criança nasce no seio de uma família monoparental resultante de uma gravidez na adolescência, a sua integração na sociedade é mobilizada pela família da mãe, ficando os/as avós da criança com um papel mais ativo no seu desenvolvimento,

tendo também uma opinião sobre a “melhor forma de cuidarem da criança” (Wall, José & Correia, 2002, p. 641)

Para os mesmos autores, quando a criança foi uma opção fora de uma relação conjugal numa fase tardia da vida de uma mulher, tem outras condições de se desenvolver, dado que a mãe deverá ser capaz de reorganizar a sua vida e de ter os recursos necessários para o seu cuidado.

Em qualquer um dos modelos existe um apoio principal dos/as avôs/avós, nos cuidados prestados às crianças, principalmente dos/as avôs/avós maternos/as. Este apoio é frequente mesmo quando a mulher é independente, dado que precisa “de um apoio flexível e regular que preencha certas lacunas nos cuidados às crianças” (Wall, José & Correia, 2002, p.644) uma vez que não consegue conciliar os horários da escola com as horas de saída do trabalho.

Quando a mãe é adolescente e continua a viver em casa do/da pai/mãe, o cuidado da criança é gerido dentro de um padrão de dupla maternidade entre a mãe biológica da criança e a avó da criança.

São os/as avôs/avós, que ficam responsáveis por ir buscar a/as criança/as a escola, asseguram os cuidados básicos, por exemplo alimentação e servem de auxílio em caso de situações imprevistas, como doença ou quando a mãe precisa de trabalhar ao fim de semana (Wall, José & Correia, 2002).

Para os mesmos autores, as crianças que vivem nestas famílias, em que os cuidados ficam a cargo da mãe, veem-se na obrigação de se tornarem autónomos progressivamente, uma vez que “têm de ficar sozinhas por longos períodos, incluindo, muitas vezes, às horas das refeições e à noite” (p. 567).

Outros trabalhos (Jauch, 1977; Lansfrd et al., 2001; Goodrich et al., 1990 cit. in. Marin e Piccinini, 2009) demonstraram que as crianças que se desenvolvem em famílias de mães solteiras, em comparação com crianças de famílias tradicionais, não apresentam prejuízos no seu desenvolvimento ao nível do ajustamento emocional, cognitivo e académico e apresentam uma autonomia ligeiramente superior face às crianças das famílias tradicionais.

Segundo Goongla (1982 cit. in. Marin & Piccinini, 2009) estas diferenças permitem às crianças de famílias monoparentais assumir uma maior responsabilidade e possibilidade de realizar suas próprias atividades e participar das tarefas e adequar os horários às suas necessidades, além de se tornar mais independente dos demais membros familiares no seu dia-a-dia, o que contribui para que ela tenha maior autonomia.

2.2.1. Influência da ausência de um progenitor

Segundo Hetherington (1979, cit. in. Campos, 2010) pode ser considerada uma situação de risco, se se conviver com apenas um dos progenitores. Caso a criança passe pela experiência do divórcio entre pai e mãe, essa transição parece ser mais difícil, podendo ter efeitos significativamente negativos. Um outro estudo (Tomas, 1956, cit. in. Campos, 2010) menciona que, se a ausência de um/a progenitor/a decorrer da sua morte, nomeadamente do pai, a criança demonstra maior problema em se adaptar aos que estão presentes, dado que aparecem sentimentos de culpa e saudade face ao progenitor ausente.

Para autores como Miller (1984, cit. in. Campos, 2010), a ausência, principalmente da figura paterna, está significativamente relacionada com a baixa autoestima das crianças, particularmente as de género masculino. Na mesma linha de pensamento, Alvim (1986 cit. in. Campos, 2010), a ausência gera sentimentos de insegurança e ansiedade e, segundo Gomes (2001) pode levar a depressões infantis ou a dificuldades de aprendizagem (Stewart, et al, 2000, cit. in. Campos, 2010).

Para Winnicott (1958 cit. in. Câmara & Fernandes, 2014) a ausência materna e a falta de apego gera na criança uma necessidade da busca de um objeto transitório; nesse contexto, a criança pode apresentar comportamentos desajustados, como; roubo, insônia; comportamentos de regressão, tendência antissocial, carência e até uma propensão a delinquência.

Segundo Baptista, Santos, Almeida e Martins (2011), a infância é um período que assume uma extrema pertinência para os seres humanos. É neste período em que a criança, apesar de ser o membro mais vulnerável da família, por ainda não ter adquirido a autonomia e capacidade plena de defesa (Simionato & Oliveira, 2003), está mais perceptível às influências dos vários contextos que a rodeiam e que estão em constante interação. Assim, constata-se uma evolução constante das diferentes áreas do seu desenvolvimento: afetivo; cognitivo e motor (Pereira, 2004 cit. in. Baptista et al, 2011).

Para Batista e seus colaboradores (2011), o contexto familiar constitui um microsistema fundamental no processo de desenvolvimento da criança, uma vez que permite uma adaptação progressiva e mútua dos indivíduos da família e é considerado uma unidade dinâmica de carácter afetivo, social e cognitivo (Volling & Elins, 1998 cit. in. Baptista et al, 2011). No entanto, Delfieu (2005) menciona que a ausência de contacto com um dos progenitores, situação que pode acontecer com mais frequência no seguimento de um divórcio ou separação, pode causar dificuldades de adaptação à nova situação com impactos negativos a longo prazo no desenvolvimento das crianças, sendo

que não é o divórcio que causa diretamente estes problemas, mas sim a discórdia familiar existente na separação.

Quando se está perante um caso de monoparentalidade, é frequente observar, pelo menos, um dos progenitores a refazer a sua vida conjugal com outro/a companheiro/a, surgindo assim as figuras de padrasto e madrasta (González & Triana, 2008). Quando estas situações acontecem e sempre que se aborda este tema, as crianças apresentam uma opinião própria acerca do assunto. Assim, os estudos realizados por Lundberg e Andersson (2000) descobriram que as crianças percecionam as suas mães como aquelas que são menos afetuosas, que mais rejeitam e que menos estimulam o desenvolvimento das suas crianças, dado que, com o início de uma relação dedicam menos tempo e atenção à/às criança/as

Estudos (Amato, 2001; Anderson et al., 1999) exposto por Simões (2011) revelaram que a maioria dos/das padrastos/madrastas não providencia o mesmo nível de suporte e cuidados ao/à/aos/às enteado/a/os/as do que ao/à/aos/às filho/a/os/as biológico/a/os/as, tornando-se menos apoiantes, comunicativos e afetuosos. No entanto, investigações mais recentes, não corroboram estas ideias, em vez disso, mencionam que a presença a longo tempo de um/uma padrasto/madrasta na vida das crianças, assegura vantagens desenvolvimentais, principalmente para os rapazes (Hetherington & Kelly, 2002; Parke & Buriel, 2006).

Contudo, segundo o estudo realizado por Faber e Wittenborn (2010) a criança vê a introdução do/da padrasto/madrasta no seu contexto familiar como uma ameaça à relação de vinculação que tem com a sua mãe ou com o pai, podendo aumentar a perceção de um dos progenitores como menos apoiente e disponível.

2.3. Perceção da família pela criança

Mesmo com algumas mudanças relacionadas com o termo ‘família’ nos últimos anos, a família continua a ter um valor importantíssimo nas construções de relações familiares, dentro e fora da família (Silva, Trindade & Junior, 2012). E, é através das mais diversificadas atividades do dia-a-dia, que as crianças se relacionam com o ambiente onde estão inseridas compreendendo-o e interpretando-o, colaborando no seu próprio processo de desenvolvimento e fortalecendo um esquema social complexo e sofisticado desde que nasce (Louro, 2012).

Por isso a importância dada por Piaget (1970 cit. in. Louro, 2012) referindo que as relações entre o sujeito e o seu meio consistem numa interação de tal forma profunda que a consciência se inicia por um estado específico caracterizado por dois processos: a

acomodação e a assimilação, permitindo afirmar que o pensamento é adaptado a uma realidade, quando ele consegue, ao mesmo tempo, assimilar às redes de pensamento elementos dessa realidade e acomodando essas redes de pensamentos aos novos elementos que se apresentam (Piaget, 1982 cit. in. Ferracioli, 1999).

Deste modo, e segundo Piaget (1964 cit in. Ferracioli, 1999), o sujeito é um organismo que possui redes de pensamento e que, ao receber os estímulos do meio que o rodeia, dá uma resposta em função destas redes de pensamento. De acordo com Ferracioli, (1999, p.187) para Piaget: “o conhecimento adquirido não é devido a uma ação unilateral do meio (estímulo) sobre o sujeito passivo, mas sim a uma interação nos dois sentidos: do estímulo sobre o sujeito e ao mesmo tempo do sujeito sobre o estímulo”. Assim, a representação possibilitará à criança interpretar o mundo de forma cada vez mais complexa, bem como, descentrar-se do seu próprio mundo para entender o pensamento dos outros (Moscovici, 1997 cit. in. Silva, 2008), ou seja, as representações facilitarão a sua relação com o mundo e com os outros.

Neste sentido, o estudo realizado por Njemi, em 1988 (cit. in. Louro, 2012), debruçou-se sobre as representações que as crianças têm do seu ambiente familiar e das relações que nele estabelecem. Este estudo permitiu relacionar essa representação com o desenvolvimento sociocognitivo e com o ajuste pessoal e familiar. As conclusões retiradas, do mesmo, permitiram afirmar que as famílias que promovem o afeto e a comunicação aberta entre os seus membros geram representações mais positivas sobre o contexto familiar nas crianças.

Numa outra pesquisa acerca das representações sociais da família (Ribeiro & Cruz, 2013) constatou que as crianças detêm de uma teoria de senso comum para dar sentido e significado à ‘família’ representando-a por “*palavras positivas e idealizadas apoiadas numa tipologia familiar tradicional*” (p. 620) onde as palavras que estão na base comum, e que são coletivamente compartilhadas e resistentes às mudanças, são: mãe, pai, amor carinho e união. De acordo com este estudo, “as palavras ‘pai’ e ‘mãe’ assumem o sentido de uma função consensual familiar que permite homogeneidade e estabilidade ao grupo, dando continuidade e permanência ao sentido simbólico de uma família nuclear” (Ribeiro & Cruz, 2013, p.619). Durante o estudo foi também aplicado o desenho da família, que revelou que há a “coexistência de diversas configurações familiares: do modelo tradicional nuclear à família extensa, que é assim referida pela moradia ou convivência; a família separada, que mostra a ausência do casal, devido à separação (...)” (Ribeiro & Cruz, 2013, p.619) .

Um estudo levado a cabo por Cunha (2008) que inquiriu 23 crianças e jovens, com idades compreendidas entre os 6 e os 15 anos, institucionalizadas/os para que estas

expressassem as suas opiniões, representações e expectativas em relação à família. Este foi de encontro às ideias de Pederson (1986 cit. in. Cunha, 2008) referindo que as crianças mais velhas se guiam por dimensões mais emocionais e se referem essencialmente a sentimentos como a “felicidade” para definirem uma boa família, já as crianças mais novas definiam como principal critério de uma boa família o “viver juntos”.

No estudo de Cunha (2008) foi também recolhida a informação de que o estereótipo tradicional de família nuclear está ainda bastante presente na nossa sociedade, não obstante as inúmeras formas familiares que têm surgido nos últimos anos, uma vez que, a forma escolhida pela totalidade dos sujeitos inquiridos, independentemente das suas características pessoais, da sua trajetória de vida, incluía o pai, a mãe e o/a/os/as filho/a/os/as, ainda assim, algumas crianças *“não consideraram as estruturas monoparentais uma família, apesar das suas próprias famílias serem, na maioria dos casos monoparentais”* (p.8). Confirmando a *“influência do discurso dominante na nossa sociedade, que dá conta (...) de como deve ser e parecer uma família ideal”* (p. 8).

Com o mesmo estudo, Cunha (2008) agrupou em 4 categorias, as funções de uma família: “i) função recreativa: conviver, passear, brincar e provisão de surpresas e guloseimas, ii) apoio emocional: provisão de experiências emocionais positivas como carinho, amor, amizade, dar apoio e ajudar, iii) satisfação de cuidados básicos: alimentação, vestuário, proteção e cuidados de saúde e higiene, e por último, iv) função educativa e socializadora: educar, ensinar, aconselhar e preparar para o futuro.” (p. 8)

Num estudo desenvolvido, por Dessen e Ramos (2010), junto de crianças em idade pré-escolar permitiu identificar os ajustes nos papéis desempenhados na família através das conceções das crianças. As crianças, neste estudo incluíram membros da família extensa e pessoas com relações não-biológicas (e.g. Amigos) na sua definição de família, indo além da formação nuclear/tradicional como relatado em estudos mais remotos (Ex.: Moore & cols., 1977; Powell & cols., 1981 cit. in. Dessen & Ramos, 2010). Esta informação confirma que a “família já não é vista apenas como um sistema nuclear, tendo incorporado aqueles que fazem parte de sua rede de relações e com quem têm afinidades” (Petzold, 1996 cit. in. Dessen & Ramos, 2010, p.354).

Através do estudo foi possível averiguar que as conceções das crianças também refletem mudanças nos modos de vida das famílias, incluindo o envolvimento dos pais e das mães na divisão de tarefas domésticas e de cuidados com o/a/os/as filho/a/os/as. Neste sentido, “as crianças apontaram as mães como aquelas que fazem muitas coisas (...) e demonstraram reconhecer a proximidade e o envolvimento do pai nos cuidados a elas dispensados e nos afazeres domésticos” (Dessen & Ramos, 2010, p.354). Algo

semelhante que é apontado na literatura que afirma que as mudanças na sociedade permite a um número crescente de pais (figura paterna) compartilhar, com as mães, a responsabilidade de educar o/a/os/as filho/a/os/as, (Wagner, Predebon, Mosmann, & Verza, 2005 cit. in. Dessen & Ramos, 2010).

A percepção de uma criança é visivelmente instável e variável dado que, a criança percebe o mundo de forma diferente consoante o seu estágio de desenvolvimento (Pimenta & Caldas, 2014).

Graciano, Silva, Guarido e Montoro, (1976) afirmam que a percepção é importante durante os processos de identificação e imitação que estão na base da aquisição de comportamentos, que permitem o seu desenvolvimento e socialização. Com o desenvolvimento sensorial e cognitivo da criança, a percepção deixa de ser só um processo que acontece pelos olhos mas também através da fala (Vigotski, 2007 citado por Pimenta & Caldas, 2014), permitindo à criança “perceber os objetos no interior de um todo, além do que ela pode ver, ou seja, a criança passa a dar um sentido social ao que percebe” (Pasqualini, 2009 citado por Pimenta & Caldas, 2014, p.186).

Entre os estudos realizados na área da família encontramos o estudo de (Chantre, 2015), que avaliou a percepção de crianças institucionalizadas e um grupo de crianças que vivem em família relativamente ao conceito de família e verificou-se que ambos os grupos de crianças têm a mesma percepção do conceito de família, proferindo que a mesma está associada a i) pessoas ligadas por laços sanguíneos e ii) que vivem no mesmo teto. No mesmo estudo foi referido, ainda, que ambos os grupos têm a mesma representação social no que diz respeito a importância da família, reconhecendo que a família é de elevada importância. Associada a esta observação acerca da representação da família, a mesma é vista como o “principal meio de socialização das crianças” (Chantre, 2015, p.11)

Noutros estudos (Castro, Toro, Van der Ende & Arrindell, 1993; Markus, Lidhout, Boer, Hoogendijk & Arrindell, 2003; Nishikawa, Sundbom, & Häggblöf, 2010), foi demonstrado que são as raparigas que percecionam receber maior suporte emocional das mães, quando se trata dos rapazes, estes percecionam um maior controlo materno e uma maior rejeição, principalmente paterna (Markus et al., 2003).

Em jeito de conclusão, importa realçar que as crianças são diferentes, e apresentam diferenças nomeadamente, ao nível do desenvolvimento da linguagem e autonomia, desenvolvimento emocional, cognitivo e ao nível da personalidade; sendo que estas variam em função de múltiplos fatores, que vão desde a forma de família, até à sociedade em que vive.

De acordo com o que tem sido referido até aqui, torna-se evidente que a família tem características muito semelhantes e outras muito distintas. Ao falarmos em família,

em primeira instância surgem os sentimentos que se conquistam e que se trocam, pelo que vivenciamos. Todas tendem a oferecer amor, carinho, todas querem ensinar valores morais, princípios e regras de sociedade, cada família oferece e ensina a sua maneira, mas as crianças ficam integradas na sociedade, salvo algumas exceções.

No entanto, as famílias vêm se diferenciando, ao longo dos séculos, quanto a sua composição, passando de famílias tradicionais patriarcais numerosas, para famílias tradicionais nucleares, com os papéis dos progenitores mais repartidos entre eles, até se criarem as famílias monoparentais, por perda através da morte ou do desentendimento conjugal, contribuindo também para o surgimento de novas formas. Além disso, encontramos atualmente, outras formas de família, como a homoparental, a reconstituída e a adotiva.

Parte II – Estudo Empírico

Nesta segunda parte da presente investigação apresenta-se o estudo empírico. Numa primeira instância, descreve-se a metodologia orientadora do mesmo, seguida da apresentação da problemática em estudo, dos seus objetivos e da caracterização da amostra e dos instrumentos utilizados na investigação. Seguidamente serão expostos todos os procedimentos adotados, apresentados os resultados e a análise dos dados recolhidos.

Capítulo III – Método

“Se quisermos obter mais informações, temos de ir ter com as crianças e temos de lhes prestar mais tempo e atenção tendo em conta as perceções sobre a sua família, através do seu próprio olhar e através das suas vozes” (Louro, 2012, p.43).

3.1. Considerações metodológicas

Uma investigação científica é um processo sistemático e rigoroso que permite examinar qualquer fenómeno ou objeto social com o objetivo de obter uma melhor compreensão e esclarecimento acerca do mesmo, conduzindo à aquisição de novos conhecimentos pelo desenvolvimento da teoria ou pela verificação da mesma (Fortin, 1999).

Para alguns teóricos, nomeadamente Polik, Beck e Hungler (2004), para desenvolver uma boa investigação, deve-se recorrer a técnicas para estruturar a investigação e para reunir e analisar as informações recolhidas e que sejam pertinentes e relevantes à investigação, e ainda assegurar a fiabilidade e validade dos instrumentos concebendo a parte metodológica do estudo. Também é preciso ter em conta certas decisões metodológicas de forma a assegurar a qualidade e fiabilidade dos resultados do estudo (Fortin, 1999).

Assim, uma vez que, as questões de investigação determinam o método mais apropriado para estudar um determinado fenómeno ou objeto social e tendo em conta os pressupostos de Fortin (1999), considerou-se que o objeto de estudo e os objetivos definidos devem ser estudados através de uma abordagem qualitativa.

Ao realizar uma investigação qualitativa, de acordo com Flick (2002), estamos a utilizar um método específico para estudar relações sociais, uma vez que este tipo de abordagem permite ao estudo assumir um carácter exploratório com o objetivo de compreender as dimensões do fenómeno/objeto (Polit & Hungler, 1995).

Tendo em conta o tipo de estudo, a técnica de recolha de dados mais adequada é a entrevista semiestruturada, uma vez que este método permite recolher informação com vista a aprofundar conhecimentos e compreender os fenómenos em estudo.

3.2. Problemática em estudo

De acordo com o que já foi descrito anteriormente, nas últimas décadas a família tem sofrido modificações, nomeadamente na forma como se apresenta. A par destas modificações, tem-se observado um aumento significativo de famílias monoparentais – um núcleo familiar onde vive um adulto sem conjuge com um/a ou mais filhos/as dependentes.

Assim, torna-se oportuno compreender e comparar o funcionamento das diferentes formas de família, do ponto de vista das crianças, particularmente as famílias tradicionais e as monoparentais, tanto a nível das relações que estabelecem, como as funções que exercem e o sentimento de presença que possuem e que tanto influenciam o desenvolvimento de qualquer individuo (Hodkin et al., 1996 cit. in. Dessen & Ramos, 2010).

Numa família monoparental a ausência de um dos modelos parentais seja este masculino ou feminino poderá resultar numa aprendizagem inadequada de competências sociais necessárias para um desenvolvimento bem-sucedido (Costa, 1994) e provavelmente criar dificuldades e *stress* em momentos de maior tensão (Kaslow & Schwartz, 1995; Ramires, 2004; Wallerstein & Kely, 1998 cit. in. Oliveira, Siqueira, Dell'Aglio & Lopes, 2008).

Contudo, viver numa família monoparental também tem as suas vantagens, permitindo um melhor bem-estar não só das crianças como no relacionamento entre subsistemas familiares (Hetherington & Stanley-Hagan 1999 cit. in. Oliveira, Siqueira, Dell'Aglio & Lopes, 2008).

De acordo com Moscovici (2001 cit. in. Silva, Trindade & Junior, 2012), as representações sociais são interpretações estruturadas no contexto social transmitidas através da comunicação e comportamentos entre as pessoas com o mundo e com os outros, ou seja, é através da comunicação que dois grupos compartilham conhecimentos sobre objetos sociais implicando aspetos cognitivos, afetivos e sociais (Ribeiro & Cruz,

2013), um aspeto que vai ao encontro da explicação de Banchs (2011 cit. in. Silva, Trindade & Junior, 2012), que afirma que as representações sociais são construções “cognitivas e sociais, (...) desde de valores, ideias, normas e memórias sociais (...), intrinsecamente carregadas de afeto” (p.437).

Segundo Montandon (2005) e Tudge (2001) citados por Dessen e Ramos, (2010), as crianças entendem e interpretam o que vêem de maneira diferente dos adultos, desenvolvendo os seus próprios conceitos, nomeadamente conceitos alusivos à família, fundamentados em experiências de interação social.

Deste modo, e como se tem assistido a um aumento do interesse sobre as crianças e o seu contexto social, nos últimos anos, as representações/percepções que estas elaboram acerca do seu mundo têm permitido conceptualizar modelos teóricos sobre a vinculação ou até mesmo, criar novas abordagens sociocognitivas, devido a influência que estas representações impõem sobre as respostas emocionais e comportamentais das crianças face as novas relações sociais (Shields et al., 2001 cit. in. Machado, 2013).

Assim, para um melhor conhecimento das percepções de determinadas formas de famílias, nomeadamente a família tradicional e monoparental, nas suas diferenças, dos aspetos negativos e positivos, deve-se dar relevância às percepções dos seus membros.

3.3. Objetivos

3.3.1. Objetivo Geral

O presente estudo tem como objetivo geral, identificar e compreender a percepção das crianças perante as novas formas de família, nomeadamente as famílias monoparentais e as famílias tradicionais.

3.3.2. Objetivos Específicos

Atendendo ao objetivo geral, foram formulados os seguintes objetivos específicos que servirão de orientação à presente investigação:

- a) Identificar a percepção de família em crianças de famílias monoparentais e famílias tradicionais.
- b) Identificar a percepção das dificuldades das famílias monoparentais e das famílias tradicionais.
- c) Identificar a percepção dos aspetos negativos das famílias monoparentais e das famílias tradicionais.

- d) Identificar os sentimentos que são percebidos pelas crianças, em relação às famílias monoparentais e às famílias tradicionais.
- e) Identificar a percepção dos aspetos positivos das famílias monoparentais e das famílias tradicionais.
- f) Identificar a percepção das funções dos elementos das famílias monoparentais e das famílias tradicionais.
- g) Identificar a percepção da família ideal para as crianças.

3.4. Critérios de inclusão no estudo

Para o presente estudo, foram consideradas crianças, com idades compreendidas entre os 8 e 10 anos, pertencentes a agregados de famílias tradicionais e a agregados de famílias monoparentais com origem numa separação ou divórcio ou a agregados famílias monoparentais com origem numa gravidez levada a cabo por uma mãe solteira. Foram excluídos os agregados de famílias monoparentais por viuvez, uma vez que a morte de um progenitor é considerada como um elevado trauma para ser discutido com uma criança (Franco & Mazorra, 2007).

A escolha deste intervalo de idade deve-se às características que as crianças apresentam nestas idades que se encontram de acordo com a sua fase de desenvolvimento. Nesta faixa etária, entre os 8 e os 10 anos, a atividade cognitiva das crianças torna-se seletiva, sistemática e voluntária (Keller-Hamela, SD) e o vocabulário das crianças aumenta consideravelmente, em parte devido a sua entrada no sistema educativo (Vialle, Lysaght & Verenikina, 2000), possibilitando uma melhor compreensão de si mesmas e dos outros, das relações e da sociedade, aumentando a sua competência social (Collins, Madsen & Susman-Stillman, 2002; Herbert, 2004; Mayseless, 2005). Além disso, no período escolar, as crianças já conseguem avaliar comportamentos morais tendo em conta um quadro de referência; são capazes de concordar com uma perspetiva alheia e são capazes de reconhecer as intenções de outras pessoas, (Keller-Hamela,SD; Dehart, Sroufe & Cooper., 2004).

Assim, recorrer a crianças com idades compreendidas entre os 8 e os 10 anos, torna-se pertinente para estudar a 'família' dado a sua importância na sociedade e para as crianças.

3.5. Caracterização dos participantes

Participaram no presente estudo 29 crianças (N=29), de ambos os sexos e com idades compreendidas entre os 8 anos aos 10 anos, com uma média de 8,5.

Quadro 1: Caracterização dos Participantes

Crianças	N	Sexo		Média de Idade
		Masculino	Feminino	
Família Tradicional	17	13	4	8,5
Família Monoparental	12	6	6	

De acordo com o quadro 1, das 29 crianças participantes no estudo, 12 são crianças de famílias monoparentais, sendo que 1 criança vive numa família monoparental feminina originada por mãe solteira, 9 crianças vivem numa família monoparental feminina, tendo origem num divórcio ou separação e 2 crianças vivem numa família monoparental masculina originada num divórcio ou separação, e 17 são crianças de famílias tradicionais.

Relativamente aos aspetos sociodemográficos dos participantes (Anexos 4 e 5), verificou-se que, das 29 crianças entrevistadas, 10 pertencem ao sexo feminino e 19 ao sexo masculino. Das 10 crianças do sexo feminino, 4 vivem em famílias tradicionais e 6 vivem em famílias monoparentais; das 19 crianças do sexo masculino, 13 vivem em famílias tradicionais e 6 em famílias monoparentais.

3.5.1. Instrumentos

Para a recolha de dados no âmbito da presente investigação de carácter qualitativo, optou-se por utilizar o inquérito em forma de entrevista (Lessard-Hébert, Goyette & Boutin, 2008). Optou-se por uma entrevista semiestruturada, a qual se caracteriza pela existência de um guião de entrevista (grelha de temas a abordar). De acordo com Foddy (1996), a entrevista irá permitir ao investigador a recolha de dados descritivos na linguagem do sujeito, assim como as suas representações da realidade.

Para a presente investigação procedeu-se à construção de um instrumento de recolha de dados (Anexo II), o qual se encontra estruturado em grandes blocos temáticos, desenvolvendo depois perguntas chave (Guerra, 2006) que permitissem dar resposta às questões pré-definidas como relevantes para o estudo. O referido instrumento de recolha de dados, foi estruturado em 9 partes, de forma a contemplar:

Parte I: Legitimação da entrevista

Parte II: Caracterização Sociodemográfica do/a entrevistado/a

Parte III: Percepção do que é uma família tradicional e monoparental

Parte IV: Percepção das dificuldades das famílias tradicionais e monoparentais

Parte V: Percepção dos aspetos negativos das famílias tradicionais e monoparentais

Parte VI: Percepção dos aspetos positivos das famílias tradicionais e monoparentais

Parte VII: Sentimentos percecionados pelas crianças relativamente à sua família e percepção do sentimento de outras crianças nas outras famílias.

Parte VIII: Percepção das funções dos elementos das famílias tradicionais e monoparentais

A primeira parte do guião foi elaborada com a finalidade de informar o entrevistado sobre o tema, os objetivos do estudo, os responsáveis pelo mesmo e a metodologia. Pretendeu-se ainda nesta primeira parte solicitar a colaboração do/da participante para o estudo a realizar, assegurar a confidencialidade e o anonimato, solicitar autorização para a gravação áudio da entrevista e para colocar a gravação/transcrição da entrevista à disposição do entrevistado.

A segunda parte do guião da entrevista foi elaborada com a finalidade de caracterizar a amostra do ponto de vista sociodemográfico. Foram abrangidas várias questões que pretendem focar as seguintes variáveis: sexo, idade e forma de família.

A terceira parte do guião corresponde à percepção de família, seja através de uma visão global do objeto em estudo, ou de uma visão mais íntima acerca da própria família, (famílias tradicionais e monoparentais).

A quarta parte do guião corresponde à identificação das principais dificuldades de cada uma das formas de família (famílias tradicionais e monoparentais).

A quinta parte do guião corresponde à identificação dos principais aspetos negativos de cada uma das formas de família (famílias tradicionais e monoparentais).

A sexta parte do guião corresponde à identificação dos principais aspetos positivos de cada uma das formas de família (famílias tradicionais e monoparentais).

A sétima parte do guião corresponde à identificação dos principais sentimentos percecionados pelas crianças relativamente à sua família e percepção do sentimento de outras crianças nas outras famílias.

A oitava parte do guião corresponde à identificação das principais funções dos diferentes membros de cada uma das formas de família (famílias tradicionais e monoparentais).

No final da entrevista foi colocado uma questão de remate à entrevista e permitiu perceber e identificar qual seria a família ideal para as crianças entrevistadas.

Ao longo da elaboração do guião de entrevista procurou-se utilizar uma linguagem clara e acessível, de modo a facilitar a interpretação das questões, tendo em consideração as idades das crianças participantes no estudo. Dado que se tratava de um guião de entrevista, pretendeu-se que as questões fossem elaboradas e organizadas de forma a tornar as respostas o mais inteligíveis possível.

3.5.2. Procedimentos

Os dados foram recolhidos com recurso a uma entrevista semiestruturada de forma a recolher as perceções das crianças dos 8 aos 10 anos, em relação à sua família e às outras famílias, nomeadamente, tradicionais e monoparentais.

A participação no estudo foi efetuada mediante a assinatura do termo de consentimento dos pais das crianças (Anexo 1), o qual incluía o título, os objetivos, os procedimentos do estudo e a salvaguarda pelos direitos de confidencialidade e de cessação da participação a qualquer momento. Só após a autorização dos pais e encarregados de educação é que se procedeu à realização das entrevistas com as crianças. Foi mais difícil obter autorizações de famílias monoparentais devido à pouca abertura por parte desses núcleos familiares, por não quererem expor a sua condição familiar e por não quererem abordar um assunto que poderá perturbar o bem-estar das suas crianças.

Para realização das entrevistas, foram priorizadas questões éticas e de abordagem das crianças, sendo realizadas na escola, um espaço familiar às crianças (sala de apoio ao ensino especial), onde pudesse ocorrer sem interrupções de outros sujeitos, tendo cada entrevista a duração aproximada de 10 a 20 minutos.

As entrevistas foram gravadas utilizando um gravador digital para que fosse mais fácil e fidedigna a sua posterior transcrição e análise dos dados. A sua utilização é recomendada, segundo Bogdan e Biklen (2010) quando a entrevista, é a única técnica de recolha de dados do estudo, para que não se percam informações importantes na posterior transcrição das mesmas.

Foi salvaguardada a identidade das crianças participantes, de forma a não resultar qualquer dano físico ou psicológico, recorrendo por isso ao anonimato das crianças, cujos nomes foram substituídos pelas iniciais “CR” seguidas de um número, por exemplo “CR1” aquando das transcrições das entrevistas.

A recolha da amostra foi realizada através da técnica “snow ball”, um tipo de amostra intencional que é escolhida pelo investigador, por ter determinadas características, inicialmente, pedindo a indicação de novos indivíduos que preencham os mesmos critérios de seleção, ou seja, a indicação dos primeiros participantes no estudo foi divulgada por pessoas conhecidas que por sua vez indicaram novos participantes e assim sucessivamente, sempre frisando que a participação é voluntária. Como a amostra vai crescendo como uma bola de neve à medida que novos indivíduos são indicados ao investigador, torna-se bastante útil para estudar pequenas populações muito específicas.

3.6. Tratamento de dados

Tendo em consideração os objetivos visados, a amostra recolhida e a forma de recolha de informação, os dados obtidos foram tratados através de metodologias de análise qualitativa, com recurso à técnica de análise de conteúdo.

Esta técnica permite analisar um discurso verbal ou escrito, de forma sistemática e objetiva (Polit & Hungler, 1995). Permite medir a frequência, a ordem e a intensidade de algumas palavras, frases, expressões ou acontecimentos (Fortin, 1999).

Na análise, também foi efetuada a comparação das respostas das crianças de famílias monoparentais e de famílias tradicionais, de forma a identificar a perceção das crianças, relativamente a estas duas formas de famílias.

Capítulo IV – Apresentação dos resultados

No presente capítulo serão apresentados os resultados obtidos através da análise de conteúdo dos dados recolhidos durante as entrevistas realizadas às crianças. Estes resultados foram reunidos de forma sistemática e classificados com base em temas previamente definidos e posteriormente agrupados em categorias, subcategorias e respetivas unidades de registo (UR) e de contagem (UC).

4.1. Sistema de Categorias

Após a transcrição das entrevistas e seguida de uma leitura mais pormenorizada do material recolhido, procedeu-se ao estabelecimento de categorias. Este procedimento visa fornecer uma representação simplificada dos dados recolhidos (Bardin, 2009). A categorização no presente estudo foi criada *à posteriori*, porque se tratou de um processo indutivo de análise dos dados (Gómez, Flores & Jimenez., 1999) de forma a compreender os fenómenos investigados (Moraes, 1999).

Assim, foram identificadas as unidades de registo/análise, estas compreendem palavras e expressões chaves do discurso dos/das participantes. As mesmas representam um conjunto de informações com o mesmo significado e permitiram criar as categorias.

A categorização dos conteúdos acontece ao longo de todo o processo de análise, e cujos títulos só ficaram definidos no final deste de forma a definir o que é essencial em função dos objetivos (Moraes, 1999).

Durante o processo de análise foram, ainda, definidos dois tipos de unidades, o primeiro relativo às unidades de registo, que são palavras e expressões chaves referentes aos aspetos individuais da experiência das crianças e que permitiram organizar as categorias dentro de um determinado tema em análise; e as segundas que se referem às unidades de contagem. Estas dizem respeito ao número de vezes que cada entrevistado faz referência a determinada subcategoria.

Tendo em conta estes pressupostos, as 29 entrevistas realizadas foram submetidas a 3 etapas:

1ª Etapa: Transcrição das entrevistas na sua íntegra.

2ª Etapa: Análise de conteúdo das entrevistas, respeitando dois passos. Primeiramente, após uma leitura exaustiva das entrevistas, sinalizou-se as verbalizações para cada questão, seguida da identificação das unidades de análise referentes às

verbalizações e, terminou-se com a reunião das unidades de análise relacionadas entre si resultando nas categorias que exploram os temas em análise.

3ª Etapa: Elaboração do sistema de categorias que resultou num sistema final constituídas por 34 categorias que agruparam 83 subcategorias explicadas/definidas e 9 subcategorias não definidas, inseridas nos 6 temas em análise previamente propostos e na categoria final que não se inseriu em nenhum dos temas.

Para ser possível a realização deste estudo, foram previamente definidos dois grupos de participantes com o objetivo de ser possível a comparação relativamente às percepções da família e das suas novas formas, principalmente em relação à forma de família monoparental. O primeiro grupo diz respeito as crianças de famílias tradicionais (FTr) e é constituído por 17 crianças, enquanto segundo grupo é composto por 12 crianças de famílias monoparentais (FMn).

4.2. Apresentação das categorias

Seguidamente apresentam-se os temas, as categorias e subcategorias que surgiram da análise dos dados e que vão ao encontro do enquadramento teórico, sendo importante referir a existência de dois grupos de participantes (crianças FTr e crianças FMn). O quadro 33 (anexo V) apresenta uma visão global dos temas, categorias e subcategorias.

Tema 1 – A percepção de família

O tema que se segue está dividido em 4 subtemas distintos, mas que se complementam para ajudar a compreender a família, o objeto de estudo em questão. Relativamente às suas características universais ou particulares e às diferentes formas que a família apresenta na sociedade.

O tema tem em conta a percepção das crianças entrevistadas sobre as famílias tradicionais e as famílias monoparentais.

Subtema 1.1 – A Percepção Geral da Família

Com o intuito de compreender qual a percepção que as crianças fazem da família na sua generalidade, colocou-se a seguinte questão: “O que é para ti uma família?”. Neste subtema, surgiram: 3 categorias e 9 subcategorias que evidenciam a percepção das crianças sobre a família na sua globalidade.

Categoria 1: Afetividade

A primeira categoria aponta a família como um espaço onde se transmite afetos como o amor ou a amizade, características positivas que beneficiam o bem-estar dos seus membros.

Quadro 2: Categoria 1 – Afetividade

Subcategorias	Crianças FTr (N=17)		Crianças FMn (N=12)	
	UR	UC	UR	UC
Amor	5	5	2	2
Amizade	5	5	3	3
Alegria	4	4	6	6
União	5	5	2	2

Como podemos constatar através da leitura do quadro 2, a *categoria Afetividade* apresenta 4 subcategorias primárias.

A primeira subcategoria assinalada, a *subcategoria amor*, refere-se ao amor, carinho e dedicação que possa existir no seio familiar. Esta foi referida por cinco crianças de FTr (UR=5) e duas crianças de FMn (UR=2), destacando-se o seguinte exemplo: “*uma família para mim (...) tem amor*” CR15 e “*é muitas coisas (...) é amor*” CR4.

Relativamente à *subcategoria amizade*, esta foi descrita por cinco crianças de FTr (UR=5) e três crianças de FMn (UR=3), uma subcategoria criada através de expressões como as seguintes: “*é um conjunto de pessoas (...) que se gostam porque são amigos*” CR13; “*pessoas que são amigas*” CR27.

Em relação à *subcategoria alegria*, esta foi mencionada por quatro crianças de FTr (UR=4) e seis crianças de FMn (UR=6), havendo testemunhos como os seguintes: “*é uma coisa que nos faz sentir felizes*” CR29; “*é a alegria de todas as crianças*” CR10.

Quanto à última subcategoria, a *subcategoria união*, esta foi mencionada por sete crianças, cinco eram crianças de FTr (UR=5) e duas eram crianças de FMn (UR=2), tendo sido ilustrada pelas seguintes expressividades: “*é um pai e uma mãe que estão unidos*” CR2 e “*é ter todas as pessoas reunidas*” CR8.

Posto isto, é visível que a subcategoria mais referida foi a *subcategoria amor* pelas crianças de FTr (UC=8) enquanto as crianças de FMn preferem a *subcategoria alegria* (UC=7).

Categoria 2: Cuidados

A segunda categoria designa a família, pensada pelas crianças sendo esta sinónima de um espaço de cuidados de forma a proporcionar proteção e acolhimento, características positivas que beneficiam o bem-estar dos seus membros.

Quadro 3: Categoria 2 – Cuidados

Subcategorias	Crianças FTr (N=17)		Crianças FMn (N=12)	
	UR	UC	UR	UC
Proteção	3	3	0	0
Acolhimento	2	2	2	2
Ajuda	5	5	3	3

Como podemos constatar através da leitura do quadro 3, a categoria: *Cuidados* junta 3 subcategorias: *Proteção*, *Acolhimento* e *Ajuda*.

A primeira subcategoria assinalada, a *subcategoria proteção*, esta foi referida por três crianças de FTr (UR=3) e zero crianças de FMn, destacando-se o seguinte exemplo: “*é um conjunto de pessoas (...) que tomam conta uns dos outros*” CR6.

Relativamente à *subcategoria acolhimento*, esta foi descrita por duas crianças de FTr (UR=2) e duas crianças de FMn (UR=2), uma subcategoria criada através de expressões como as seguintes: “*conjunto de pessoas que moram na mesma casa*” CR16; “*é ter uma casa com uma família*” CR3.

Quanto à última subcategoria, a *subcategoria ajuda*, esta foi mencionada por cinco crianças de FTr (UR=5) e três crianças de FMn (UR=3), tendo sido ilustrada pelas seguintes expressividades: “*conjunto de pessoas que estão sempre ao nosso lado quando precisamos de ajuda*” CR15 e “*é ajudar os pais*” CR4.

Tendo em conta o quadro precedente, é visível que a subcategoria mais referida foi a *Ajuda* tanto pelas crianças de FTr (UC=5) bem como pelas crianças de FMn que referiram a subcategoria três vezes (UC=3).

Categoria 3: Linhagem

A categoria *Linhagem* criou-se com base nas descrições das crianças quando estas identificam a organização das famílias, surgindo nas suas respostas, como um conjunto de pessoas ligadas por laços sanguíneos, sinónimo de um espaço de relações consanguíneas.

Quadro 4: Categoria 3 – Linhagem

Subcategorias	Crianças FTr (N=17)		Crianças FMn (N=12)	
	UR	UC	UR	UC
Gerações	8	8	4	4
Pais	3	3	2	2

No quadro 4, a categoria: *Linhagem* é composta por 2 subcategorias: *Gerações* e *Pais*.

A subcategoria designada como *Gerações* detém expressões de oito crianças de FTr (UR=8) e por quatro crianças de FMn (UR=4), destacando-se as seguintes: “*conjunto de pessoas com gerações [avós, tios, pais, primos]*” CR22 e “*é ter irmãos, tios, mãe e pai*” CR24.

Relativamente à subcategoria *Pais*, esta contém expressões de três crianças de FTr (UR=3) e duas crianças de FMn (UR=2), como as seguintes: “*ter mãe e pai juntos*” CR11.

Tendo em conta o quadro antecedente, a subcategoria mais referida foi a subcategoria *Gerações* tanto pelas crianças de FTr (UC=9) bem como pelas crianças de FMn que referiram a subcategoria cinco vezes (UC=5).

Subtema 1.2 – A Perceção da Própria Família

Com o intuito de compreender qual a perceção que as crianças fazem da própria família, colocou-se a seguinte questão: “Como é a tua família?”. Neste subtema, surgiram: 2 categorias e 8 subcategorias que visam perceber como é a família de cada criança entrevistada, seja ela de FTr ou de FMn.

Categoria 1: Afetividade

A primeira categoria criada descreve a forma como as crianças percebem a própria família. As crianças entrevistadas veem a própria família como um espaço que transmite afetos, como o amor ou a amizade, características positivas que beneficiam o bem-estar dos seus membros.

Quadro 5: Categoria 1 – Afetividade

Subcategorias	Crianças FTr (N=17)		Crianças FMn (N=12)	
	UR	UC	UR	UC
Amor	2	2	2	2
Amizade	4	4	4	4
Alegria	11	11	9	9
Simpatia	2	2	2	2
Tranquilidade	2	2	1	1
União	6	6	0	0

Como é visível verificar através da leitura do quadro 5, a categoria: *Afetividade*, reúne 6 subcategorias: *Amor*; *Amizade*; *Alegria*; *Simpatia*; *Tranquilidade* e *União*.

A primeira subcategoria assinalada, a subcategoria *amor*, foi referida por duas crianças de FTr (UR=2) e duas crianças de FMn (UR=2), destacando-se os seguintes exemplos: “*tem amor*” CR15; “*dá-me muito carinho, muito amor*” CR8.

Relativamente à *subcategoria amizade*, esta foi descrita por quatro crianças de FTr (UR=4) e quatro crianças de FMn (UR=4), uma subcategoria criada através de expressões como as seguintes: “*somos amigos*” CR5; “*damo-nos bem*” CR21.

Em relação à *subcategoria alegria*, esta foi mencionada por onze crianças de FTr (UR=11) e nove crianças de FMn (UR=9), havendo testemunhos como os seguintes: “*vivemos todos felizes*” CR14; “*é contente porque a minha mãe brinca comigo*” CR17.

No que diz respeito à *subcategoria simpatia*, esta foi mencionada por duas crianças de FTr (UR=2) e duas eram crianças de FMn (UR=2), tendo sido ilustrada pelas seguintes expressividades: “*é simpática*” CR15 e CR21.

Quanto à *subcategoria tranquilidade*, esta foi mencionada também por duas crianças de FTr (UR=2) e por duas eram crianças de FMn (UR=2), tendo sido ilustrada pelas seguintes expressividades: “*não se zangam*” CR6 e “*não se mete em confusões nem em conflitos*” CR19.

Tendo em conta a última subcategoria, *subcategoria união*, esta foi mencionada por seis crianças de FTr (UR=6) e zero crianças de FMn, manifestada pelas seguintes expressividades: “*estamos todos uns ao lado dos outros*” CR26.

Com a leitura do quadro 5, é visível que a subcategoria mais referida foi a *Alegria* tanto pelas crianças de FTr (UC=11) como pelas crianças de FMn, que definem a família como um espaço de *alegria* (UC=9), demonstrando que para as crianças a família é um lugar que transparece alegria, felicidade e diversão.

Categoria 2: Cuidado

A segunda categoria indica a forma como as crianças percebem a própria família, como sendo um espaço de cuidados de forma a proporcionar proteção e acolhimento, características positivas que beneficiam o bem-estar dos seus membros.

Quadro 6: Categoria 2 – Cuidado

Subcategorias	Crianças FTr (N=17)		Crianças FMn (N=12)	
	UR	UC	UR	UC
Ajuda	4	4	1	1
Cuidadora	1	1	1	1

No quadro 6, a categoria: *Cuidado* engloba 3 subcategorias: *Ajuda*; *Cuidadora*.

Relativamente à *subcategoria Ajuda*, esta foi mencionada por quatro crianças de FTr (UR=4) e uma criança de FMn (UR=1), havendo testemunhos como os seguintes: “*ajudamo-nos uns aos outros*” CR22.

No que diz respeito à *subcategoria cuidadora*, esta foi indicada por uma criança de FTr (UR=1) e por outra criança de FMn (UR=1), tendo sido ilustrada pelas seguintes

expressividades: “*tratam-me bem*” CR22 e “*se não fosse ela, eu não tinha comida, não tinha vida*” CR20.

É visível, com a leitura deste quadro que a subcategoria mais referida foi a *Ajuda* tanto pelas crianças de FTr (UC=5) enquanto as crianças de FMn preferem apenas a subcategoria uma vez (UC=1).

Subtema 1.3 – A Percepção das Formas de família

Com o intuito de compreender qual a percepção que as crianças têm acerca das formas de família existentes, colocou-se a seguinte questão: “Que outras famílias, diferentes da tua, tu conheces?”.

Das respostas dadas relativamente a este subtema surgiram 2 categorias e 6 subcategorias, que visam perceber qual a percepção do que é a família de cada criança entrevistada, seja ela de FTr ou de FMn.

Categoria 1: Tipologias

A primeira categoria reúne as demais formas de famílias, que tanto as crianças de FTr como as crianças de FMn, conhecem para além da sua.

Quadro 7: Categoria 1 – Tipologias

Subcategorias	Crianças FTr (N=17)		Crianças FMn (N=12)	
	UR	UC	UR	UC
Família Tradicional	1	1	10	10
Família Homoparental	0	0	1	1
Viver com os avós	1	1	2	2
Família Monoparental				
Masculina	7	7	6	6
Feminina	12	12	9	9

Como é visível verificar através da leitura do quadro 7, na categoria: *Tipologias* emergiram 4 subcategorias.

No que diz respeito à *subcategoria Família Tradicional*, esta foi indicada maioritariamente por dez crianças de FMn (UR=10) e por uma criança de FTr (UR=1).

A *subcategoria Família Homoparental* foi mencionada apenas por uma criança de FMn (UR=1), utilizando a seguinte expressão: “*há aquelas que têm dois pais ou duas mães*” CR3.

Uma família em que as crianças *Vivem com os Avós* foi uma família referida por três crianças, uma delas é de FTr (UR=1) e duas crianças são de FMn (UR=2), utilizando

as expressões que se seguem: “*que vivem com os avós*” CR5; e “*há meninos a viver com os avós*” CR19.

Relativamente à *Família Monoparental*, esta foi dividida em dois modelos diferentes definidos consoante o progenitor que está no comando. O modelo masculino foi referido por sete crianças de FTr (UR=7) e seis crianças de FMn (UR=6), já o modelo feminino foi referenciado por mais crianças, doze crianças de FTr (UR=12) e nove crianças de FMn (UR=9).

Em síntese, nesta tabela demonstra-se que para as crianças de FTr, para além da sua própria família, elas reconhecem a existência de FMn, maioritariamente as femininas (UC=12). As crianças de FMn apresentam um maior conhecimento de várias formas de famílias, destacando-se as FTr (UC=10).

As subcategorias Famílias tradicionais e Famílias monoparentais são apoiadas pelas seguintes declarações: “*conheço aquelas que tem pai e mãe [família tradicional], há outras que só têm um pai ou uma mãe [família monoparental] ... e há aqueles que têm dois pais ou duas mães [família homoparental]*” CR3 e “*tenho um colega que vive umas vezes com a mãe e outras com pai, e depois tenho outros colegas que vivem com os dois pais, mas não têm irmãos*” CR29.

Categoria 2: Não Definida

Esta categoria resulta da realidade de desconhecimento de algumas crianças face à existência de outras famílias.

Quadro 8: Categoria 2 – Não Definida

Subcategorias	Crianças FTr (N=17)		Crianças FMn (N=12)	
	UR	UC	UR	UC
Não conheço	3	3	0	0

Esta categoria revela que ainda existem crianças que não reconhecem a existência de outras formas de família, das crianças entrevistadas, três crianças de FTr (UR=3) afirmaram que não conheciam outras famílias.

Subtema 1.4 – A Perceção das Diferenças entre as Famílias em estudo

Com o intuito de compreender quais as diferentes perceções que as crianças têm das formas existentes da família, em particular das famílias tradicionais e das monoparentais, colocou-se a seguinte questão: “Que diferenças encontras entre a tua família e as famílias que tu conheces?”. Importa referir que, para responderem a esta

questão, foram esclarecidas aquelas crianças, que na questão anterior mencionaram não conhecer outras formas de famílias.

Das respostas dadas a esta questão surgiram 2 categorias e 6 subcategorias que evidenciam, do ponto de vista das crianças, as diferenças entre a sua família (seja ela de FTr ou FMn) e outras formas de família.

Categoria 1: Família Monoparental

Esta categoria refere-se às características das famílias monoparentais percebidas, tanto pelas crianças de famílias tradicionais como pelas crianças de famílias monoparentais.

Quadro 9: Categoria 1 – Família Monoparental

Subcategorias	Crianças FTr (N=17)		Crianças FMn (N=12)	
	UR	UC	UR	UC
Tem só um progenitor	8	8	7	7
Tem os pais separados	6	6	4	4
Tem duas casas	3	3	0	0
Tem festas separadas	2	2	0	0

No quadro 9, a categoria: *Família Monoparental* reúne 4 subcategorias.

Relativamente à primeira *subcategoria* *Tem só um progenitor*, esta foi mencionada por oito crianças de FTr (UR=8) e sete crianças de FMn (UR=7), havendo testemunhos como os seguintes: “*o têm ou o pai ou só a mãe*” CR13; “*nesta falta a mãe e nesta falta o pai*” CR8.

No que diz respeito à *subcategoria* *Tem os pais separados*, esta foi indicada por seis criança de FTr (UR=6) e por quatro crianças de FMn (UR=4) e foi ilustrada pelas seguintes expressões: “*às vezes vai para casa da mãe, e outras vezes vai para casa do pai, tem duas casas*” CR11 e “*há umas que estão separadas*” CR21.

Em relação à *subcategoria* *Tem duas casas*, esta foi pronunciada apenas por três crianças de FTr (UR=3), nenhuma das crianças de FMn referiram esta característica.

Tendo em conta a última *subcategoria* ‘*Festas separadas*’ esta foi mencionada por duas crianças de FTr (UR=2) e zero crianças de FMn, manifestada pela seguinte expressividade: “*o meu primo não tem pai (...) e não pode festejar o natal com o pai*” CR22.

Categoria 2: Família Tradicional

Esta categoria refere-se às características das famílias tradicionais percebidas pelas crianças de famílias tradicionais como pelas crianças de famílias monoparentais.

Quadro 10: Categoria 2 – Família Tradicional

Subcategorias	Crianças FTr (N=17)		Crianças FMn (N=12)	
	UR	UC	UR	UC
Tem os pais juntos	5	5	9	9
Família completa	2	2	1	1

Tendo em conta os números do quadro 10, a categoria: *Família Tradicional* apresenta 2 subcategorias.

Relativamente à primeira *subcategoria* *Tem os pais juntos*, esta foi mencionada por cinco crianças de FTr (UR=5) e por nove crianças de FMn (UR=9), explicada através testemunhos como os seguintes: “*esta família é mais unida [FTr], (...) tem o pai e a mãe juntos*” CR5; “*aqui [família tradicional] está o pai e a mãe juntos*” CR12.

No que diz respeito à *subcategoria* *Família completa*, esta foi indicada por duas criança de FTr (UR=2) e por uma criança de FMn (UR=1), tendo sido ilustrada pelas seguintes expressividades: “*outras são completas, tem pai e mãe*” CR18 e “*numa família com pai e mãe, está a família completa*” CR8.

Tema 2 – A perceção das Dificuldades das Famílias em estudo

O tema que se segue visa perceber qual o nível de conhecimento das crianças de FTr e de FMn acerca das dificuldades existentes, tanto numa FTr bem como numa FMn.

Com o intuito de compreender essas dificuldades, colocou-se as seguintes questões: “O que achas que pode ser mais difícil para os/as meninos/as da tua idade que vivem em famílias diferentes da tua?” e “E o que é difícil para ti na tua família?”.

Neste tema, surgiram 5 categorias informativas e 1 categoria não definida, perfazendo um total de 15 subcategorias.

Categoria 1: Ausência de elementos da família

A primeira categoria torna evidente a forma como as crianças percebem as ausências tais como dificuldades do quotidiano e que podem complicar a vida das famílias, nomeadamente a vida das crianças, sejam elas a ausência de um irmão, ou de um progenitor.

Quadro 11: Categoria 1 – Ausência de elementos da família

Subtema	Subcategorias	Crianças FTr (N=17)		Crianças FMn (N=12)	
		UR	UC	UR	UC
Família Tradicional	Sem irmãos	1	1	0	0
Família Monoparental	Sem pai	7	7	1	1
	Sem mãe	5	5	3	3
	Separação	4	4	3	3

Tendo em conta o quadro 11 precedente, é visível a existência de 4 subcategorias.

Numa família tradicional, foi mencionado por apenas uma criança da FTr (UR=1), que a única dificuldade do seu quotidiano, prende-se com a *Ausência de um irmão*, através das seguintes palavras “*É ser filha única*” CR1.

Numa família monoparental, as ausências pronunciadas estão dirigidas aos progenitores e à ausência por separação enquanto família. Relativamente a *subcategoria Ausência do Pai* foi uma dificuldade comentado por sete crianças de FTr (UR=7) e por uma criança de FMn (UR=1). Descrita através das seguintes expressões: “*seria difícil não ter o pai para ajudar*” CR9-FTr e “*é difícil nunca ter conhecido o pai*” CR8-FMn. Em relação a *subcategoria Ausência da Mãe*, esta foi mencionada por cinco crianças de FTr (UR=5) e por três crianças de FMn (UR=3). A subcategoria foi descrita através de relatos como os que se seguem: “*difícil não ter mãe*” CR24 e “*difícil não ver a mãe*” CR20.

A última dificuldade declarada pelas crianças entrevistadas está relacionada com a *Separação* dos pais, que foi anunciada por quatro crianças de FTr (UR=4) e por três crianças de FMn (UR=3), utilizando expressões como: “*é difícil porque não podemos estar com os dois porque estão separados*” CR21.

Categoria 2: Admissão de novos membros

A categoria *Admissão de novos membros* reúne as expressões que serviram para descrever as dificuldades que possam existir na vida quotidiana das famílias em análise, nomeadamente, quando esta admite novos membros que podem dificultar a vida das famílias, nomeadamente a vida das crianças de FMn.

Quadro 12: Categoria 2 – Admissão de novos membros

Subtema	Subcategorias	Crianças FTr (N=17)		Crianças FMn (N=12)	
		UR	UC	UR	UC
Família Monoparental	Padrasto	1	1	0	0
	Madrasta	1	1	0	0
	Novos irmãos	1	1	0	0

Esta categoria só reúne características das famílias monoparentais percebidas pelas crianças de FTr, quando questionadas sobre as dificuldades das FMn. Através da análise é visível que para uma criança é difícil acolher um *padrasto ou madrasta ou um irmão por afinidade* na família quando esta se separa.

Em relação às *subcategorias admissão da madrasta e admissão do padrasto*, estas são referenciadas, cada uma, por crianças de FTr diferentes (UR=1) e foram expressadas através dos seguintes testemunhos: *viver com um padrasto não é nada bom* CR15 e *“é difícil ver o pai a arranjar outra mulher”* CR12. Assim como a *subcategoria de admissão de um novo irmão*, que também é referenciada por uma criança de FTr (UR=1), observada na seguinte expressão: *“teve um filho [segunda relação] e depois o filho [primeira relação] ficou chateado, de ter um irmão”* CR12.

Categoria 3: Habitação

A categoria *Habitação* indica as expressões que descrevem as dificuldades que possam existir na vida quotidiana das famílias em análise, nomeadamente, quando esta implica mudanças de casa.

Quadro 13: Categoria 3 – Habitação

Subtema	Subcategorias	Crianças FTr (N=17)		Crianças FMn (N=12)	
		UR	UC	UR	UC
Família Monoparental	Duas casas	3	3	0	0

A aceitação de ter que viver em duas casas, para três crianças de FTr (UR=3) é sinónima de dificuldades para as crianças dessas famílias, demonstrada através da seguinte frase: *“é difícil estar sempre a mudar de casa”* CR13.

Categoria 4: Carências

A categoria *Carências* assinala as expressões que descrevem dificuldades que possam existir na vida quotidiana das famílias em análise, nomeadamente, a carência de afetos ou de ajuda possam ser sinónimo de dificuldades para as crianças que vivam em famílias, principalmente nas FMn.

Quadro 14: Categoria 4 – Carências

Subtema	Subcategorias	Crianças FTr (N=17)		Crianças FMn (N=12)	
		UR	UC	UR	UC
Família Monoparental	Afetos (carinhos)	1	1	0	0
	Indesejado (Sentir-se)	1	1	0	0
	Ajuda dos pais	3	3	1	1

Através da análise do quadro 14, são visíveis 3 subcategorias: i) *Carência de Afetos*, ii) *Indesejado* (carecia de atenção) e ii) *Carência de Ajuda*, que surgiram maioritariamente nas respostas de crianças de FTr.

Em relação à primeira subcategoria, *subcategoria Afetos*, apenas uma criança de FTr (UR=1) mencionou esta característica destas famílias através da expressão: “*porque não têm o carinho que a mãe dá*” CR9.

De acordo com os dados, a *subcategoria Indesejado* foi referida apenas por uma criança de FTr (UR=1) utilizando a seguinte expressão: “*porque o pai se calhar, não gosta do filho [da primeira relação]*” CR12.

Relativamente à última subcategoria, relacionada com a falta de ajuda dos pais às crianças foi mencionado por três crianças de FTr (UR=3) e por uma criança de FMn (UR=1), que utilizaram palavras como as seguintes: “*difícil não ter o pai para ajudar*” CR9.

Categoria 5: Discussões

A categoria *Discussões* reúne as expressões que descrevem uma das dificuldades que possam existir na vida quotidiana das famílias em análise, nomeadamente, a dificuldade que é testemunhar e lidar com as discussões existentes, nomeadamente das famílias tradicionais.

Quadro 15: Categoria 5 – Discussões

Subtema	Subcategorias	Crianças FTr (N=17)		Crianças FMn (N=12)	
		UR	UC	UR	UC
Família Tradicional	Entre pais	1	1	1	1
	Entre irmãos	3	3	0	0

Ao visionar o quadro 15, é visível a existência de duas subcategorias sobre quem são os protagonistas das discussões em casa.

As *discussões em os pais* nas FTr foram mencionadas por uma criança de FTr (UR=1) e por uma criança de FMn (UR=1). Eis os testemunhos referentes a esta

subcategoria: “é difícil suportar as zangas dos meus pais” CR26 e “é eles ralharem um com o outro [pai-mãe]” CR17.

Em relação as *discussões entre os irmãos* nas FTr, foram mencionadas por três crianças de FTr (UR=3), e zero crianças de FMn (UR=0), utilizando expressões como a seguinte: “é difícil suportar (...) birras da minha irmã” CR26

As discussões nas FMn não foram mencionadas como dificuldade, por nenhuma das crianças entrevistadas.

Categoria 6: Não Definida

Esta categoria indica que as dificuldades das famílias em estudo são uma realidade de desconhecimento de algumas crianças.

Quadro 16: Categoria 6 – Não Definida

Subtema	Subcategorias	Crianças FTr (N=17)		Crianças FMn (N=12)	
		UR	UC	UR	UC
Família Tradicional	Não sei	0	0	3	3
	Nada	10	10	0	0
Família Monoparental	Não sei	1	1	1	1
	Nada	0	0	5	5

Esta categoria indica que só algumas crianças percebem quais as dificuldades da família tradicional e da família monoparental.

Em relação as famílias tradicionais, três crianças de FMn (UR=3) responderam “*Não sei*” aquando a discussão do tema em análise, e dez crianças de FTr responderam “*Nada*” (UR=10).

Face às famílias monoparentais, uma criança de FTr (UR=1) afirmou “*Não sei*” CR3 às dificuldades destas famílias, e outra criança de FMn (UR=1), deu a mesma resposta. Outras cinco crianças de FMn responderam “*Nada*” (UR=5).

Tema 3 – A percepção dos aspetos negativos das famílias em estudo

O terceiro tema visa perceber qual o nível de conhecimento das crianças entrevistadas, sejam elas de FTR ou de FMn, acerca dos aspetos negativos das famílias em análise.

Uma família, seja ela de que forma for, detém aspetos negativos que podem não contribuir para o bem-estar das crianças e, as categorias que se seguem derivaram das respostas dadas às seguintes questões: “O que é que não gostas na tua família?” e “O que é que não gostas na outra família?”.

Neste tema, surgiram 2 categorias informativas e 1 categoria não definida, perfazendo um total de 9 subcategorias.

Categoria 1: Discussões

A categoria *Discussões* demonstra que para algumas crianças, a existência de discussões entre os membros das famílias, é um aspeto negativo da vida quotidiana das famílias, tanto nas FTr como nas FMn.

Quadro 17: Categoria 1 – Discussões

Subtema	Subcategorias	Crianças FTr (N=17)		Crianças FMn (N=12)	
		UR	UC	UR	UC
Família Tradicional	Entre pais	2	2	3	3
	Com os filhos	4	4	0	0
	Entre irmãos	1	1	0	0
Família Monoparental	Entre pais	1	1	1	1
	Com os filhos	0	0	2	2

Ao observar o quadro 17, é visível a existência de três subcategorias sobre quem são os protagonistas das discussões em casa.

Relativamente às famílias tradicionais, as *discussões entre os pais* foram mencionadas por duas crianças de FTr (UR=2) e por três crianças de FMn (UR=3), através de palavras como estas: “*de os pais e as mães estarem sempre a discutir*” CR20. As *discussões com os filhos* foram referenciadas por quatro crianças de FTr (UR=4) e zero crianças de FMn (UR=0), da seguinte forma: “*não gosto de quando o pai e a mãe se chateiam com os filhos*” CR2. As *discussões entre irmãos* surgiram apenas numa entrevista a crianças de FTr (UR=1) e em nenhuma entrevista de crianças de FMn (UR=0), expressa pelas seguintes palavras: “*não gosto (...) de quando um irmão dá um pontapé*” CR2.

Em relação às discussões em famílias monoparentais, nomeadamente as *discussões entre os pais*, estas foram mencionadas por uma criança de FTr (UR=1) e por uma criança de FMn (UR=1) através das seguintes palavras: “*não gosto que estejam zangados, a discutir e (...) separados*” CR15; e as *discussões com os filhos* foram mencionadas por duas crianças de FMn (UR=2).

Categoria 2: Ausência de elementos da família

A categoria *Ausência de elementos da família* inclui respostas de crianças que apontaram ausência ou inexistência de um membro da família como aspeto negativo da vida quotidiana das famílias, tanto nas FTr como nas FMn.

Quadro 18: Categoria 2 – Ausência de elementos da família

Subtema	Subcategorias	Crianças FTr (N=17)		Crianças FMn (N=12)	
		UR	UC	UR	UC
Família	Sem um progenitor	12	12	3	3
Monoparental	Sem irmãos	1	1	0	0
	Separação	5	5	5	5

Analisando o quadro 18, é visível a existência de três subcategorias integradas na categoria de *Ausência de um elemento na família*.

Relativamente às famílias tradicionais, as características não foram referidas por nenhuma criança entrevistada.

No entanto, foram referidas às famílias monoparentais os seguintes aspetos negativos, primeiramente relacionados com a *Ausência de um progenitor* na vida quotidiana, por doze crianças de FTr (UR=12) e por três crianças de FMn (UR=3), através de expressões como: “*não gosto que vivem só com a mãe ou só com o pai*” CR14, e de seguida a *ausência de um irmão*, foi referido apenas por uma criança de FTr (UR=1), pelas seguintes palavras: “*não gosto que brinquem sozinhos se não tiverem irmãos*” CR29. A *separação*, um motivo do qual se ausenta um elemento, foi referida por cinco crianças de FTr (UR=5) e cinco crianças de FMn (UR=5), através de palavras como estas: “*não que estejam separados*” CR11.

Categoria 3: Não Definida

Esta categoria indica uma realidade de desconhecimento de algumas crianças face aos aspetos negativos das famílias em estudo.

Quadro 19: Categoria 3 – Não Definida

Subtema	Subcategorias	Crianças FTr (N=17)		Crianças FMn (N=12)	
		UR	UC	UR	UC
Família	Não sei	0	0	2	2
Tradicional	Nada	9	9	4	4
Família Monoparental	Nada	0	0	3	3

Esta categoria demonstra que existem algumas crianças que não percecionam a existência de aspetos negativos nas famílias em estudo.

Em relação às famílias tradicionais, duas crianças de FMn (UR=2) responderam “*Não sei*” aquando a discussão do tema em análise; contudo nove crianças de FTr responderam “*Nada*” (UR=9) e outras quatro crianças de FMn (UR=4) responderam o igual.

Face às famílias monoparentais, foram três crianças de FTr (UR=3) que afirmaram que não havia “Nada” de negativo na estrutura familiar igual à da sua família.

Tema 4 – A percepção dos aspetos positivos das famílias em estudo

O tema dirigido à percepção dos aspetos positivos percebidos pelas crianças, visa perceber quais os aspetos positivos das famílias em questão para as crianças de FTr e para as crianças de FMn.

Para conhecer as representações das crianças dos aspetos positivos tanto da FTr como da FMn colocaram-se as seguintes questões: “O que é que gostas na tua família?”; “O que é que gostas na outra família?”; “O que é que a tua família tem de bom que as outras não têm?” e “O que achas que pode ser bom para os/as meninos/as da tua idade que vivem em famílias diferentes da tua?”.

Neste tema, surgiram 4 categorias informativas e 1 categoria não definida, perfazendo um total de 15 subcategorias.

Categoria 1: Composição

A categoria *Composição* reúne as percepções acerca das composições familiares das crianças entrevistadas, tidas como um aspeto positivo, permitindo assim, a percepção de que a presença de determinados elementos na família é positiva e promove o bem-estar das crianças.

Quadro 20: Categoria 1 – Composição

Subtema	Subcategorias	Crianças FTr (N=17)		Crianças FMn (N=12)	
		UR	UC	UR	UC
Família Tradicional	Tem os pais juntos	11	11	11	11
	Tem irmãos	2	2	1	1
Família Monoparental	Tem um progenitor	4	4	0	0
	Tem irmãos	1	1	2	2

Analisando o quadro 20, da categoria: *Composição* é visível a criação de 3 subcategorias.

Relativamente às famílias tradicionais, a permanência dos *dois pais juntos*, foi mencionada por onze crianças de FTr (UR=11) e por onze crianças de FMn (UR=11), quanto à *existência de irmãos*, esta foi considerada um aspeto positivo das famílias tradicionais por duas crianças de FTr (UR=2) e por uma criança de FMn (UR=1) havendo testemunhos como os seguintes: “*gosto de viver com o meu pai e com a minha mãe e ter mais do que um irmão*” CR18; “*gosto que estejam juntos*” CR21.

Comparativamente a essas famílias, nas famílias monoparentais, a permanência de *um progenitor* na vida quotidiana, foi referida por quatro crianças de FTr (UR=4) e por zero crianças de FMn (UR=0), explicadas através das seguintes expressões: “*têm a mãe ou têm o pai, porque se não tivessem os dois era pior*” CR26; “*estas pelo menos têm um pai para cuidar delas, ou uma mãe*” CR24; a *permanência de um irmão* foi referida por uma criança de FTr (UR=1) e por duas crianças de FMn (UR=2), um exemplo dessa permanência foi descrita, por exemplo: “*gosto de tudo, por exemplo, do meu irmão, da minha mãe, do meu pai*” CR27.

Categoria 2: Afetividade

A segunda categoria conseguida nas respostas das crianças permite perceber a família como um lugar de afetos, um dos aspetos positivos das famílias das crianças entrevistadas.

Quadro 21: Categoria 2 – Afetividade

Subtema	Subcategorias	Crianças FTr (N=17)		Crianças FMn (N=12)	
		UR	UC	UR	UC
Família Tradicional	Amor	5	5	1	1
	Alegria	7	7	5	5
	União	7	7	0	0
	Simpatia	2	2	0	0
Família Monoparental	Amor	0	0	10	10
	Alegria	4	4	4	4
	Amizade	0	0	3	3

De acordo com o quadro 21 acima exposto, a categoria *Afetividade* conservou 5 subcategorias.

Relativamente as famílias tradicionais, o *Amor*, foi mencionada por cinco crianças de FTr (UR=5) e por uma criança de FMn (UR=1) havendo testemunhos como o seguinte: “*do amor que estabelecem lá em casa*” CR26; quanto à *Alegria*, esta foi considerada por sete crianças de FTr (UR=7) e por cinco crianças de FMn (UR=5) havendo testemunhos como o seguinte: “*às vezes a minha mãe brinca comigo*” CR17; em torno da *União*, esta foi relatada por sete crianças de FTr (UR=7) mas zero crianças de FMn (UR=0) através das seguintes palavras: “*gosto de ser unidos*” CR5; a subcategoria *Simpatia* foi descrita por duas crianças de FTr (UR=2) e zero crianças de FMn (UR=0).

Comparativamente a essas famílias, nas famílias monoparentais, o *Amor*, foi referido por zero crianças de FTr (UR=0) e por dez crianças de FMn (UR=10), explicadas através das seguintes expressões: “*são pessoas boas para mim*” CR12; “*dos maminhos*

da mãe” CR17; a subcategoria *Alegria* foi referida por quatro crianças de FTr (UR=4) e por quatro crianças de FMn (UR=4), explicadas através das seguintes expressões: “gosto que sejam todos felizes” CR15; “la em casa ralha-se mas depois ficam logo todas a sorrir” CR20; a *Amizade* foi referida apenas por três crianças de FMn (UR=3), referindo a subcategoria da seguinte forma: “à amizade, porque podem brincar com os pais” CR7.

Categoria 3: Cuidados

A terceira categoria conseguida nas respostas das crianças acerca dos aspetos positivos foi definida como *Cuidados* e permite fazer uma perceção da família como um lugar que cuida.

Quadro 22: Categoria 3 – Cuidados

Subtema	Subcategorias	Crianças FTr (N=17)		Crianças FMn (N=12)	
		UR	UC	UR	UC
Família Tradicional	Ajuda	3	3	1	1
	Cuidadora	5	5	0	0
	Entendimento	2	2	1	1
Família Monoparental	Cuidadora	2	2	0	0
	Entendimento	3	3	1	1

De acordo com o quadro 22 acima exposto, a categoria *Cuidados*, compreende 3 subcategorias.

Relativamente as famílias tradicionais, a subcategoria *Ajuda*, foi mencionada por três crianças de FTr (UR=3) e por uma criança de FMn (UR=1) havendo testemunhos como os seguintes: “as tarefas são mais divididas, o pai ajuda nas tarefas” CR9; “tem o pai e a mãe para ajudar nos trabalhos de casa” CR17; quanto à função *Cuidadora*, esta foi considerada por cinco crianças de FTr (UR=5) e por zero crianças de FMn (UR=0) havendo testemunhos como os seguintes: “temos os pais para cuidar de nós” CR1; “tenho os meus pais e posso comer juntos deles” CR22; em torno do *Entendimento* este foi relatado por duas crianças de FTr (UR=2) e uma criança de FMn (UR=1) através das seguintes palavras: “gosto que a mãe não ralhe com o pai nem o pai ralha com a mãe” CR11.

Comparativamente a essas famílias, nas famílias monoparentais, a *Ajuda*, não foi referida por nenhum grupo; a subcategoria *cuidadora* foi referida por duas crianças de FTr (UR=2) e por zero crianças de FMn (UR=0) havendo testemunhos como o seguinte: “têm mais tempo para ficarem um com o outro” CR6; o *Entendimento* foi referido por três crianças de FTr (UR=3) e por uma criança de FMn (UR=1) referindo-se a subcategoria

das seguintes formas: “*gosto que não haja discussões em casa deles, entre pai e mãe, porque estão separados*” CR14.

Categoria 4: Habitação

A categoria *Habitação* foi criada por respostas de crianças que apontaram características como aspeto positivo da vida quotidiana, particularmente, das FMn.

Quadro 23: Categoria 4 – Habitação

Subtema	Subcategorias	Crianças FTr (N=17)		Crianças FMn (N=12)	
		UR	UC	UR	UC
Família Monoparental	Duas casas	1	1	3	3

Relativamente ao quadro 23 acima exposto, a categoria *Habitação* abrange 1 só subcategoria. Relativamente às famílias tradicionais, a *subcategoria Duas casas*, não foi referida por nenhum grupo.

Em torno das famílias monoparentais, a subcategoria foi referida por duas crianças de FTr (UR=2) e por três crianças de FMn (UR=3); referindo-se a subcategoria das seguintes formas: “*acho que eles gostam de ter duas casas diferentes*” CR10.

Categoria 5: Não Definida

Esta categoria indica uma realidade de desconhecimento de algumas crianças face aos aspetos positivos das famílias em estudo.

Quadro 24: Categoria 5 – Não Definida

Subtema	Subcategorias	Crianças FTr (N=17)		Crianças FMn (N=12)	
		UR	UC	UR	UC
Família Tradicional	Nada	0	0	1	1
	Tudo	1	1	0	0
Família Monoparental	Tudo	0	0	2	2
	Nada	9	9	1	1
	Não sei	6	6	1	1

Esta categoria indica que nem todas as crianças são capazes de reconhecer os aspetos positivos das famílias em estudo.

Em relação as famílias tradicionais, uma criança de FTr (UR=1) responderam “*Tudo*” aquando a discussão do tema em análise; já as crianças de FMn responderam “*Nada*” (UR=1) relativamente aos aspetos positivos das famílias tradicionais.

Relativamente às famílias monoparentais, duas crianças de FMn (UR=2) afirmaram que “*tudo*” era positivo nas FMn; nove crianças de FTr (UR=9) e uma criança de FMn (UR=1) referiram que “*nada*” era positivo nas FMn; seis crianças de FTr (UR=6) e uma criança de FMn (UR=1) afirmaram: “*Não sei*”, relativamente aos aspetos positivos da FMn.

Tema 5 – Sentimentos das crianças relativamente à sua família e perceção do sentimento de outras crianças

O tema dirigido aos sentimentos das crianças, visa perceber aquilo que as crianças de FTr e as crianças de FMn sentem nas suas famílias e quando colocadas no papel de outra criança que viva numa família diferente à sua.

Para conhecer os sentimentos das crianças, colocaram-se as seguintes questões: “Como te sentes na tua família?” e “Como achas que os meninos/as de outras famílias se sentem?”. As respostas dadas relativamente a este tema foram reunidas em 2 categorias informativas, reunindo um total de 5 subcategorias que visam perceber quais os sentimentos positivos e negativos transmitidos pelas crianças entrevistadas.

Categoria 1: Sentimentos Positivos

A categoria *Sentimentos Positivos* abarca as respostas de crianças que apontaram sentimentos positivos como características nutridas pelas famílias que contribuem para o bem-estar dos seus membros.

Quadro 25: Categoria 1 – Sentimentos Positivos

Subtema	Subcategorias	Crianças FTr (N=17)		Crianças FMn (N=12)	
		UR	UC	UR	UC
Família Tradicional	União	7	7	8	8
	Satisfação	7	7	2	2
Família Monoparental	União	0	0	1	1
	Proteção	3	3	2	2
	Satisfação	0	0	4	4

Segundo os dados visíveis no quadro 25 antecipado, a categoria *Sentimentos Positivos* compreende de 3 subcategorias.

Relativamente às famílias tradicionais, a *subcategoria União*, foi mencionada por sete crianças de FTr (UR=7) e por oito crianças de FMn (UR=8) demonstrado através dos seguintes testemunhos: “*bem, porque tenho os pais perto*” CR13 e “*sentem-se felizes porque estão todos unidos na família*” CR10; a *subcategoria Satisfação* foi referida por

sete crianças de FTr (UR=7) e por duas crianças de FMn (UR=2), mencionada através das seguintes expressões “*porque quando ganho verdes aqui na escola, os meus pais ficam contentes*” CR25; “[as crianças] *ficam felizes quando fazem uma coisa que deixam os pais felizes e eles ficam felizes*” CR4 e “Sinto-me bem” CR_

Comparativamente a essas famílias, nas famílias monoparentais, a *subcategoria União*, foi mencionada apenas por uma criança de FMn (UR=1) demonstrado através do seguinte testemunho: “*porque tenho os irmãos*” CR7; quando se trata da *subcategoria Proteção* esta foi relatada por três crianças de FTr (UR=3) e por duas crianças de FMn (UR=2) mencionada através das seguintes expressões: “*bem, estão saudáveis, e têm uma casa*” CR5 e “*bem, porque o pai me dá carinho e a mãe também*” CR12; no que toca à *subcategoria Satisfação*, foi referida por quatro crianças de FMn (UR=4).

Categoria 2: Sentimentos Negativos

A categoria *Sentimentos Negativos* inclui as respostas de crianças que apontaram sentimentos negativos como características nutridas pelas famílias que poem em causa o bem-estar dos seus membros.

Quadro 26: Categoria 2 – Sentimentos Negativos

Subtema	Subcategorias	Crianças FTr (N=17)		Crianças FMn (N=12)	
		UR	UC	UR	UC
Família Tradicional	Saudade	1	1	0	0
	Tristeza	0	0	1	1
Família Monoparental	Saudade	3	3	1	1
	Tristeza	11	11	5	5

Tendo em conta o quadro 26 anterior, a categoria *Sentimentos Negativos* compreende de 2 subcategorias.

Relativamente as famílias tradicionais, a *subcategoria Saudade*, foi referida por uma criança de FTr (UR=1) e zero crianças de FMn (UR=0), mencionada através da seguinte expressão “*às vezes fico triste porque o meu pai vai trabalhar para longe*” CR11; quando se trata da *subcategoria Tristeza* esta foi relatada apenas por uma criança de FMn (UR=1) mencionada através da seguinte expressão “*quando os pais estão zangados, ai ficam tristes [as crianças]*” CR3.

Comparativamente a essas famílias, nas famílias monoparentais, a *subcategoria Saudade* foi indicada por três crianças de FTr (UR=3) e por uma criança de FMn (UR=1) demonstrado através dos seguintes testemunhos: “*sentem-se mal porque têm saudades*” CR26 e “*triste porque tenho o pai longe (...) a trabalhar*” CR21; no que toca à *subcategoria Tristeza*, esta foi mencionada por onze crianças de FTr (UR=11) e por uma

criança de FMn (UR=5) através dos seguintes testemunhos: “*triste porque não tá o resto da família, não está toda junta*” CR8 e “*tristes, querem ter o pai ou a mãe e não têm*” CR15.

Tema 6 – A percepção das Funções dos elementos das Famílias em estudo

Para ajudar a compreender o funcionamento da família e, as funções de cada elemento tendo em conta as duas formas de família em estudo, o tema Percepção das Funções dos elementos das Famílias em estudo foi dividido em 3 subtemas distintos mas, que se complementam. Uma vez que, quando se trata das funções que cada um exerce e que contribuem para o bem-estar de todos, importa saber quais as funções dos vários membros e aquilo que a sociedade prevê para cada um.

Subtema 6.1 – Percepção das Funções da Mãe

Com o intuito de compreender qual a percepção que as crianças fazem do papel das mães nas famílias tradicionais e nas famílias monoparentais, colocou-se a seguinte questão: “Numa família como a tua, qual é o papel da Mãe? O que é que ela faz desde o acordar ao deitar? E na outra família?”.

Neste subtema, tendo em conta as respostas das crianças, surgiram 3 categorias e 5 subcategorias que visam perceber quais os papéis da mãe em ambas as famílias.

Categoria 1: Tarefas do Quotidiano

A categoria *Tarefas do Quotidiano* indica quais as tarefas expostas nas respostas de crianças que apontaram as tarefas de quotidiano como sendo da responsabilidade das mães nas famílias em análise, tarefas que contribuem para o bem-estar dos seus membros.

Quadro 27: Categoria 1 – Tarefas do Quotidiano

Subtema	Subcategorias	Crianças FTr (N=17)		Crianças FMn (N=12)	
		UR	UC	UR	UC
Família Tradicional	Tratar dos filhos	6	6	7	7
	Tratar da comida	13	13	9	9
	Tratar/Limpar a casa	10	10	8	8
Família Monoparental	Tratar dos filhos	15	15	9	9
	Tratar da comida	10	10	9	9
	Tratar/Limpar a casa	11	11	7	7

Ao visualizar o quadro 27 anterior, a categoria *Tarefas do Quotidiano* compreende de 3 subcategorias.

Relativamente as famílias tradicionais, a subcategoria *Tratar dos filhos*, foi mencionada por seis crianças de FTr (UR=6) e sete crianças de FMn (UR=7) demonstrado através dos seguintes testemunhos: “Acordar os filhos (...) levá-los e buscá-los à escola” CR13 e “cuidar dos filhos” CR27; a subcategoria *Tratar da comida*, foi referida por treze criança de FTr (UR=13) e nove crianças de FMn (UR=9), mencionada através das seguintes expressões: “faz a comida” CR6 e “faz o pequeno-almoço aos filhos” CR10; quando se trata da subcategoria *Tratar/limpar a casa*, esta foi relatada por dez criança de FTr (UR=10) e oito crianças de FMn (UR=8) mencionada através das seguintes expressões: “limpar a casa, fazer a cama, limpar a casa de banho” CR14 e “lava a loiça, lavam a roupa, poe a roupa secar e arruma a roupa, faz as camas” CR10.

Comparativamente a essas famílias, nas famílias monoparentais, a subcategoria *Tratar dos filhos*, foi mencionada por quinze crianças FTr (UR=15) e nove crianças de FMn (UR=9) demonstrado através dos seguintes testemunhos: “tratar das crianças (...), e ajudar quando se aleijam” CR5 e “tem que cuidar dos filhos, (...) depois a noite mete os filhos na cama, dá-lhes o beijinho da “boa noite” CR7; a subcategoria *Tratar da comida* foi referida por dez criança de FTr (UR=10) e nove crianças de FMn (UR=9), mencionada através das seguintes expressões: “fazer o jantar” CR28 e “fazer a comida” CR20; quando se trata da subcategoria *Tratar/limpar a casa* esta foi relatada por onze criança de FTr (UR=11) e sete crianças de FMn (UR=7) mencionada através das seguintes expressões: “lavar a loiça, fazer as tarefas domestica sozinha” CR24 e “tratar da roupa” CR17.

Categoria 2: Tarefas de apoio escolar

A categoria *Tarefas de apoio escolar* indica as tarefas da responsabilidade das mães nas famílias em análise. Tarefas que contribuem para o bem-estar dos seus membros.

Quadro 28: Categoria 2 – Tarefas de apoio escolar

Subtema	Subcategorias	Crianças FTr (N=17)		Crianças FMn (N=12)	
		UR	UC	UR	UC
Família Tradicional	Ajudar os filhos com os trabalhos de casa	1	1	1	1
Família Monoparental	Ajudar os filhos com os trabalhos de casa	2	2	0	0

Na família tradicional, a *subcategoria Ajudar os filhos com os trabalhos de casa*, foi mencionada por uma criança de FTr (UR=1) e uma criança de FMn (UR=1) demonstrado através dos seguintes testemunhos: “*ajudar nos TPC’s*” CR18.

Por sua vez, na família monoparental, a *subcategoria Ajudar os filhos com os trabalhos de casa* foi mencionada por duas crianças de FTr (UR=2) e por zero crianças de FMn (UR=0) demonstrado através dos seguintes testemunhos: “*tem que ir levar os meninos a escola e busca-los*” CR7.

Categoria 3: Sustento da Família

A categoria *Sustento da Família* indica que, de acordo com as respostas das crianças, o sustento das famílias é da responsabilidade das mães nas famílias em análise, sendo também uma das tarefas que contribui para o bem-estar dos seus membros.

Quadro 29: Categoria 3 – Sustento da Família

Subtema	Subcategorias	Crianças FTr (N=17)		Crianças FMn (N=12)	
		UR	UC	UR	UC
Família Tradicional	Trabalhar/emprego	8	8	8	8
Família Monoparental	Trabalhar /emprego	9	9	8	8

Analisando o quadro 29 antecedente, a *categoria Sustento da Família* compreende apenas 1 subcategoria.

Relativamente as famílias tradicionais, a *subcategoria Trabalhar*, foi mencionada por oito criança de FTr (UR=8) e oito crianças de FMn (UR=8) demonstrado através de testemunhos semelhantes ao que se segue: “*vai trabalhar*” CR29

Comparativamente a essas famílias, nas famílias monoparentais, a subcategoria foi indicada por nove crianças de FTr (UR=9) e oito crianças de FMn (UR=9) demonstrado através do seguinte testemunho: “*tem que ir trabalhar*” CR15 e “*uns dias fica em casa, outros vai trabalhar*” CR7.

Subtema 6.2 – Perceção das funções do Pai

Com o intuito de compreender qual a percepção que as crianças fazem do papel dos pais nas famílias, colocou-se a seguinte questão: “Numa família como a tua, qual é o papel do pai? O que é que ele faz desde o acordar ao deitar? E na outra família?”.

Neste subtema, tendo em conta as respostas das crianças, surgiram 3 categorias e 9 subcategorias que evidenciam os papéis do pai nas famílias tradicionais e nas famílias monoparentais.

Categoria 1: Tarefas do Quotidiano

A categoria *Tarefas do Quotidiano* indica do ponto de vista das crianças, as tarefas do quotidiano da responsabilidade dos pais das famílias em análise, sendo estas as, tarefas que contribuem para o bem-estar dos seus membros.

Quadro 30: Categoria 1 – Tarefas do Quotidiano

Subtema	Subcategorias	Crianças FTr (N=17)		Crianças FMn (N=12)	
		UR	UC	UR	UC
Família Tradicional	Ir às compras	2	2	2	2
	Arranjar coisas	3	3	0	0
	Tratar dos filhos	5	5	1	1
	Ajudar a mãe	6	6	6	6
Família Monoparental	Arranjar coisas	1	1	0	0
	Ir às compras	1	1	0	0
	Tratar da comida	7	7	9	9
	Tratar/Limpar a casa	9	9	5	5
	Tratar dos filhos	15	15	8	8

Ao visualizar o quadro 30 anterior, a *categoria Tarefas do Quotidiano* compreende de 6 subcategorias.

Relativamente as famílias tradicionais, a *subcategoria Tratar dos filhos*, foi mencionada por cinco crianças de FTr (UR=5) e uma criança de FMn (UR=1) demonstrado através dos seguintes testemunhos: “*tomar conta das crianças*” CR5 e “*ajudara dar de comida às crianças*” CR3; a *subcategoria Ir às compras*, foi referida por duas crianças de FTr (UR=2) e duas crianças de FMn (UR=2), mencionada através das seguintes expressões: “*comprar as coisas que a mãe pede*” CR28 e “*vai comprar coisas*” CR8; quando se trata da *subcategoria: Arranjar coisas*, esta foi relatada por três crianças de FTr (UR=3) e zero crianças de FMn (UR=0). As *subcategorias Tratar da comida e Tratar/limpar a casa* não foram mencionadas para este tipo de famílias; a *subcategoria Ajudar a mãe*, foi mencionada por seis crianças de FTr (UR=6) e seis crianças de FMn (UR=6) demonstrada através dos seguintes testemunhos: “*é ajudar a mãe a fazer coisas*” CR2 e “*ajudar a mãe a fazer o jantar*” CR19.

Comparativamente a essas famílias, nas famílias monoparentais, a *subcategoria Tratar dos filhos*, foi mencionada por quinze crianças de FTr (UR=15) e oito crianças de FMn (UR=8) demonstrado através dos seguintes testemunhos: “*acorda os filhos*” CR9 e

“estar com os filhos” CR21 e “é dar comida às crianças, escolher a roupa das crianças e vesti-las” CR3; a subcategoria *Tratar da comida*, foi referida por sete crianças de FTr (UR=7) e nove crianças de FMn (UR=9), mencionada através das seguintes expressões: “tratar da comida” CR18 e “faz os jantar e às vezes o almoço” CR19; quando se trata da subcategoria *Tratar/limpar a casa*, esta foi relatada por nove criança de FTr (UR=9) e cinco crianças de FMn (UR=7); no que toca às subcategorias *Ir às compras* e *Arranjar coisas*, estas foram descritas por uma criança de FTr (UR=1) e zero crianças de FMn (UR=0), cada uma.

Categoria 2: Tarefas de apoio escolar

A categoria *Tarefas de apoio escolar* indica as tarefas da responsabilidade dos pais das famílias em análise. Essas tarefas também contribuem para o desenvolvimento e bem-estar dos seus membros.

Quadro 31: Categoria 2 – Tarefas de apoio escolar

Subtema	Subcategorias	Crianças FTr (N=17)		Crianças FMn (N=12)	
		UR	UC	UR	UC
Família Tradicional	Ajudar os filhos com os trabalhos de casa	2	2	1	1
Família Monoparental	Ajudar os filhos com os trabalhos de casa	3	3	3	3

Analisando o quadro 31, na família tradicional, a subcategoria *Ajudar os filhos com os trabalhos de casa* foi mencionada por duas crianças de FTr (UR=2) e uma criança de FMn (UR=1) demonstrado através dos seguintes testemunhos: “ajudar a fazer os TPC’s” CR17.

Comparativamente, na família monoparental, a subcategoria *Ajudar os filhos com os trabalhos de casa* foi mencionada por três crianças de FTr (UR=3) e por três crianças de FMn (UR=3), indicada através dos seguintes testemunhos: “ajudar nos TPC’s” CR16 e “vai levar os filhos à escola” CR9.

Categoria 3: Sustento da Família

A categoria *Sustento da Família* indica, pelas respostas das crianças, que o sustento das famílias é da responsabilidade dos pais nas famílias em análise, sendo também uma das tarefas que contribui para o bem-estar dos seus membros.

Quadro 32: Categoria 3 – Sustento da Família

Subtema	Subcategorias	Crianças FTr (N=17)		Crianças FMn (N=12)	
		UR	UC	UR	UC
Família Tradicional	Trabalhar/Emprego	15	15	11	11
	Trabalhar na horta	2	2	1	1
Família Monoparental	Trabalhar/Emprego	12	12	10	10
	Trabalhar na horta	2	2	1	1

Analisando o quadro 32 antecedente, a *categoria Sustento da Família* compreende 2 subcategorias.

Relativamente as famílias tradicionais, a *subcategoria Trabalhar/Emprego*, foi mencionada por quinze crianças de FTr (UR=15) e onze crianças de FMn (UR=11); já a *subcategoria Trabalhar na horta*, foi referida por duas crianças de FTr (UR=2) e uma criança de FMn (UR=1). Subcategorias demonstradas através dos seguintes testemunhos: “*ir para a carpintaria [local de trabalho]*” CR16 e “*tratar da horta (...) ir também trabalhar*” CR17.

Comparativamente a essas famílias, nas famílias monoparentais, a *subcategoria Trabalhar/Emprego*, foi indicada por doze crianças de FTr (UR=12) e dez crianças de FMn (UR=10); relativamente à *subcategoria Trabalhar na horta* foi referida por duas crianças de FTr (UR=2) e uma criança de FMn (UR=1). Estas subcategorias foram demonstradas através dos seguintes testemunhos: “*tratar da agricultura, tem que ir trabalhar, tem que receber dinheiro*” CR22 e “*pai separou-se mas como continua a trabalhar, ajuda a mãe a dar-lhe dinheiro*” CR24;

Subtema 6.3 – Perceção das funções da Criança

Com o intuito de compreender qual a percepção que as crianças fazem do seu próprio papel nas famílias, colocou-se a seguinte questão: “Numa família como a tua, qual é o papel das crianças? O que é que elas fazem desde o acordar ao deitar? E na outra família?”.

Neste subtema, surgiram 2 categorias e 3 subcategorias que visam perceber quais os papéis da criança nas FTr e nas FMn.

Categoria 1: Prestar ajuda aos pais

A categoria *Prestar ajuda aos pais* indica, que as crianças no contexto familiar têm responsabilidades ao exercerem algumas tarefas que lhes são atribuídas, contribuindo desta forma para o bem-estar dos seus membros.

Quadro 33: Categoria 1 – Prestar ajuda aos pais

Subcategorias	Crianças FTr (N=17)		Crianças FMn (N=12)	
	UR	UC	UR	UC
Ajuda em tarefas domésticas	16	32	11	13
Ajuda em Tarefas de cuidado dos irmãos	4	5	2	2

Tendo em conta os números do quadro 33, da categoria *Prestar ajuda aos pais* é visível que esta compreende 2 subcategorias.

Relativamente à primeira subcategoria *Ajuda em tarefas domésticas*, esta foi mencionada por dezasseis crianças de FTr (UR=16) e onze crianças de FMn (UR=11).

No que diz respeito à subcategoria *Ajuda em tarefas de cuidado dos irmãos*, esta foi indicada por quatro crianças de FTr (UR=4) e por duas crianças de FMn (UR=2).

Esta categoria apareceu devido aos seguintes testemunhos: “ajudar o pai e a mãe a limpar e a arrumar, fazer a cama” CR14; “os irmãos mais velhos tomam conta dos irmãos mais novos” CR5; “fazer a cama e lavar os dentes” CR8; “ajudar os pais a fazer a comida” CR17; “ajudar o pai ou a mãe a tomar conta dos irmãos” CR4

Categoria 2: Aprender

A categoria *Aprender* foi criada a partir das respostas de crianças que apontaram andar na escola como responsabilidade das crianças nas famílias, sendo visto como tarefas que contribuem para o seu próprio desenvolvimento e bem-estar.

Quadro 34: Categoria 2 – Aprender

Subcategorias	Crianças FTr (N=17)		Crianças FMn (N=12)	
	UR	UC	UR	UC
Tarefas escolares	17	29	12	28

Tendo em conta os números do quadro 34, da categoria *Aprender*, todas as respostas foram agrupadas numa só categoria, a categoria *Tarefas escolares*. Todas as crianças entrevistadas (N=29) responderam que o papel delas na família implica estudar e aprender, utilizando expressões como: “aprender coisas na escola, por exemplo a ler e a escrever” CR2; “vão para a escola” CR13; “estudar” CR27; “fazer os TPC’s [trabalhos para casa]” CR 17.

Neste subtema, Percepção das funções da Criança, e tendo em conta as respostas das crianças, foi indicado um número superior de UC face aos números das UR, e pode ser explicado devido à percepção global que a criança tem das tarefas (domésticas e

escolares) que a criança pode executar, estando estas expressas numa só subcategoria. Por exemplo, quando aparece várias tarefas como “limpar a casa” (UC=1), “fazer a cama” (UC=1) ou “lavar os dentes” (UC=1), numa só resposta, incorporou-se as três tarefas numa só unidade de registo (UR=1), mas resultaram em três unidades de contagem (UC=3=1+1+1)

Última Questão: Como gostarias que a tua família fosse

No final da entrevista foi colocada a seguinte questão: “*Como gostarias que a tua família fosse?*”

As respostas a esta questão fizeram surgir uma última categoria - a família ideal. Esta categoria que não se insere em nenhum dos temas propostos, deixa perceber a família ideal das crianças entrevistadas.

Esta categoria, compreende 5 subcategorias que resumem as respostas das crianças.

Categoria 1: Família ideal

Esta categoria resulta das repostas das crianças, que indicam como gostariam que fosse a sua família (a família ideal).

Quadro 35: Categoria 1 – Família ideal

Subcategorias	Crianças FTr (N=17)		Crianças FMn (N=12)	
	UR	UC	UR	UC
Pais juntos	0	0	6	6
Com irmãos	2	2	1	1
Sem Irmãos	1	1	0	0
Igual à atual	13	13	4	4
Não sei	1	1	1	1

Tendo em conta os números do quadro 35, da categoria Família ideal, emergem 5 subcategorias, sendo que uma delas não informativa.

Relativamente à primeira *subcategoria Pais juntos*, esta foi mencionada apenas por crianças de FMn, nomeadamente seis crianças (UR=6), havendo testemunhos como o seguinte: “*com mãe e pai, porque assim teria os dois*” CR17.

No que diz respeito à *subcategoria Com irmãos*, esta foi indicada por duas crianças de FTr (UR=2) e por uma criança de FMn (UR=1), tendo sido ilustrada pelas seguintes expressividades: “*queria que fosse o pai, a mãe, eu, uma irmã e um irmão*”

CR16 e “*gostava de ter um irmão bebê*” CR8. Contrariamente e esta última, a subcategoria *Sem Irmãos*, surgiu na resposta de apenas uma criança de FTr (UR=1).

A subcategoria *Igual à atual*, esta foi determinada através dos testemunhos de treze crianças de FTr (UR=13), e por quatro crianças de FMn (UR=4) através das seguintes frases: “*não queria mudar nada*” CR14; “*ela já é boa como está*” CR10.

O quadro 35 indica ainda que, existem duas crianças que não têm opinião acerca de como gostariam que fosse a sua família, uma delas vive numa família tradicional e a segunda vive numa família monoparental.

Capítulo V – Análise e discussão dos resultados

Após a descrição dos dados obtidos, apresenta-se uma análise mais detalhada dos mesmos, bem como a sua discussão.

A análise e a discussão dos resultados serão organizadas de acordo com os objetivos de investigação a que nos propusemos. Os grupos que estão a ser analisados permitem realizar uma comparação entre as famílias tradicionais e as famílias monoparentais, tendo sempre em consideração as perceções das crianças de ambas as famílias.

Para uma melhor interpretação dos dados, é necessária a complementaridade desde capítulo com informação considerada na revisão bibliográfica.

5.1. A perceção de família em crianças de famílias monoparentais e famílias tradicionais

O primeiro objetivo específico da investigação passa por conhecer como é que as crianças percebem a família, tendo em conta uma visão global e particular, bem como conhecer quais as formas de famílias que elas conhecem e quais as suas diferenças.

5.1.1. Perceção Global da Família

De acordo com os resultados obtidos nas entrevistas realizadas a ambos os grupos, foi-nos possível verificar que, na sua generalidade, a perceção global da família contém qualidades positivas, nomeadamente o afeto e o cuidado.

Este resultado vem ao encontro da descrição sobre a família feita, por Pratta e Santos (2007), que a considera como um grupo significativo de pessoas capazes de implementar regras sociais, de satisfazer necessidade e de criar um ambiente emocional e protetor.

Ao analisar atentamente os quadros 2,3 e 4 é visível uma maior enumeração de características por parte das crianças de FTr, face a uma menor enumeração de características por parte das crianças de FMn. Esta desigualdade pode ser explicada pela diferença no número de participantes que integram os dois grupos

Tendo em conta a bibliografia consultada (Cunha, 2008; Ribeiro & Cruz, 2013; Chantre, 2015) foi verificado na perceção das crianças entrevistadas, a descrição da família como um espaço de proteção, acolhimento e ajuda, o que corresponde à definição de ambiente protetor e que satisfaz certas necessidades; as crianças veem a família com um espaço de amor, amizade, alegria e união, ou seja, um ambiente afetivo; mas

também como um grupo de pessoas significativas, sejam elas o pai, a mãe, os irmãos ou os avós.

Considerando as funções da família descritas por Machado (2013), a família deve proporcionar uma aprendizagem e um desenvolvimento intelectual, esta foi só declarada por uma criança de família tradicional, tendo sido considerada uma categoria residual.

5.1.2. Perceção da própria Família

De acordo com a visão das crianças em relação à própria família, a família ganha espaço na alegria, ou pelo menos é uma das razões da sua felicidade, principalmente para as crianças de FTr. Para as crianças de FMn, a família é um ambiente de muitos afetos, tal como para as crianças de famílias tradicionais, estas também referem a família como um espaço de alegria, no entanto é considerado um espaço de pouca/o proteção/cuidado, pelo menos é uma categoria pouco referida pelo grupo.

Segundo o estudo de Schabbel (2005), este afirma que quando uma criança se encontra no meio de uma separação, esta adquire o medo de ficar sozinha.

Segundo os quadros 5 e 6, é visível uma maior enumeração de características por parte das crianças de FTr relativamente à sua família, nomeadamente as características de alegria, de união e de ajuda, face a uma menor enumeração de características relacionadas com a afetividade, por parte das crianças de FMn quando questionadas acerca da própria família. Esta desigualdade não pode ser explicada, apenas pela diferença no número de participantes que integram os dois grupos.

5.1.3. Perceção das Formas de Famílias

As formas de família criadas ao longo dos tempos devido a mudanças nas tendências demográficas que contribuem, principalmente, para o aumento de famílias monoparentais (INE, 2013b). As perceções das crianças sobre as formas das famílias seguem essas tendências, ou seja, as tipologias indicadas pelas crianças de famílias tradicionais e monoparentais correspondem às que se têm surgido com o tempo, ou pelo menos têm vindo a ter mais notoriedade na atual sociedade, como por exemplo as famílias monoparentais, maioritariamente expressadas pelos dois grupos.

Verificou-se também, nas respostas das crianças a existência de famílias com apenas um filho, ou famílias cujos progenitores não estão presentes passando os filhos a viver com os avós e até a família homoparental (cuidadores homossexuais) surgiu muito timidamente.

Com a análise foi possível perceber que são as crianças de famílias monoparentais aquelas que têm um maior conhecimento relativamente a este assunto,

explicado pelo deste grupo (CR_FMh), apesar ter menos elementos face ao outro grupo, consegue indicar 7 vezes mais famílias diferentes da sua, isto se não consideramos a segunda categoria do subtema em análise. Caso consideremos, essa diferença de conhecimentos aumenta, uma vez que, três crianças de famílias tradicionais (UR=3) não reconhecem quaisquer outras estruturas familiares, diminuindo a quantidade de conhecimento por parte do grupo de FTr.

5.1.4. Perceção das Diferenças entre as Famílias em estudo

Com a análise dos dados apresentados nos quadros 9 e 10 (pág. 48), entre as duas formas de família foram pronunciadas diferenças acerca da sua estrutura/composição familiar e ainda determinas características de quotidiano das famílias monoparentais.

A perceção das crianças relativamente às diferenças entre as famílias em estudo coincide com as definições das mesmas, ou seja, a constituição tradicional faz-se de um casal, dois adultos de sexo diferente e o/a/os/as respetivo/a/os/as filho/a/os/as biológico/a/os/as ou adotado/a/os/as; a constituição monoparental está determinada por um núcleo familiar constituído por um adulto, mãe ou pai, e o/a/os/as seu/sua/seus/suas filho/a/os/as, um núcleo fruto de divórcio/separação, viuvez ou por opção dos progenitores (e.g.: mães solteira) (Giddens, 2004; Amaro, 2006; Alarcão & Relvas, 2002).

Foi percecionado pelas crianças de famílias tradicionais que o núcleo familiar monoparental pode oferecer duas casas, dado que o pai e a mãe estão a viver separadamente, em vez de estarem a viver conjuntamente numa só casa, como acontece no núcleo familiar tradicional onde o pai e a mãe vivem juntos. Consequentemente, nas famílias monoparentais, na perspetiva das crianças de FTr, pelo facto dos progenitores estarem a viver em casas separadas, permite à/às criança/as terem duas festas [aniversário] em separado. Supomos que a razão pela qual as crianças de FTr pensam que, em caso de divórcio, as atividades relacionadas com a/as criança/as são realizadas em separado se deve a discordâncias entre os progenitores.

Relativamente às características no núcleo familiar tradicional, relacionadas com a sua estrutura 'unida/completa', este teve mais enumerações por parte das crianças de FMh do que por crianças que vivem nesse núcleo familiar, podendo ser explicado pelo facto de as crianças FTr se terem centrado mais nas diferenças das outras famílias esquecendo-se de mencionar as características da própria família.

Nem todas as diferenças foram mencionadas de forma unanime, houve algumas características percecionadas que surgiram muito timidamente, sendo por isso consideradas características remanescentes mas que não deixam de ser curiosas. Essas

características permite-nos verificar que para algumas crianças existem famílias que maltratam os filhos, por exemplo, para CR25 pode existir famílias em que se as crianças “*não o ouvirem o pai, ele pode-lhes dar tarefa*”, podendo corresponder ao estilo mais autoritário ou negligente de Baumrind (1966 citado por Esteves, 2010), outras que presenteiam mais do que as demais, explicando que “*as outras famílias têm mais dinheiro*” CR25 e outras “*que compram tudo aos filhos*” CR9, e ainda famílias em que as crianças se sentem aborrecidas ou com saudades, não fazendo comparação entre as famílias em análise, mas sim nos estilos parentais adotados pelos pais, uma vez que estes influenciam a forma como as crianças veem o mundo dado que são os pais, aqueles que permitem e promovem uma aprendizagem inter-relacional (Alarcão, 2000).

5.2. A percepção das dificuldades das famílias em estudo

O segundo objetivo específico da presente investigação passa por conhecer as dificuldades percebidas pelas crianças tanto em famílias tradicionais como em famílias monoparentais. Cada grupo respondeu a respeito das dificuldades que vive nas suas famílias e das dificuldades que podem passar as crianças que vivem em famílias diferentes.

De acordo com os dados dos quadros 11, 12, 13, 14 e 15, recolhidos, das entrevistas às crianças, a família monoparental é a família que apresenta mais dificuldades face à outra família em análise. Apresenta dificuldades pela ausência de um elemento na família ou pela carência de certos afetos.

Tendo em conta a definição do núcleo familiar monoparental (um adulto com criança/as) (Giddens, 2004; Amaro, 2006; Alarcão & Relvas, 2002) é visível a ausência de alguém importante no seio familiar. E, as crianças entrevistadas alegaram isso mesmo, sete crianças de FTr e uma criança de FMn referiram que as dificuldades das famílias monoparentais se devem ao facto de serem famílias cujo pai está ausente, dificultando o dia-a-dia por este não estar presente e outras cinco crianças de FTr e três crianças de FMn referiram que as dificuldades destas famílias prendem-se com o facto de viverem sem mãe. Quatro crianças de FTr e três crianças de FMn referiram que a razão das ausências de um dos progenitores se deve à separação.

No quadro 11, é visível que não foi enumerada nenhuma dificuldade por parte das crianças de FMn relativamente às famílias tradicionais. Este dado sugere e, tal como se verifica pelas respostas à última questão da entrevista, a família tradicional surge como sendo a mais referida pelas crianças de FMn sendo esta percebida como a estrutura familiar ideal. Ao interpretar o mesmo quadro, também se torna relevante uma maior

enumeração de dificuldades por parte das crianças de FTr relativamente às famílias monoparentais, face a uma menor enumeração por parte das crianças de FMn quando questionadas acerca da própria família. Esta desigualdade não pode ser só explicada apenas pela diferença no número de participantes que integram os dois grupos, mas, pode sugerir que as crianças de FTr, têm uma perceção de que viver sem um pai ou sem uma mãe transforma o seu dia-a-dia mais difícil. Mas também, por outro lado sugere que as crianças de FMn consideram a sua vivência normal e sem dificuldades, nessa família.

Apesar de não surgir no presente estudo como uma dificuldade das FMn, os estudos mostram que a ausência de um familiar pode contribuir para a perceção de falta de afetos ou de ajuda por parte do progenitor que se encontra ausente, assim como pode afetar a autoestima das crianças Campos (2010) gerando sentimentos de insegurança ou de ansiedade dada a sua vulnerabilidade (Simionato & Oliveira, 2003). Ainda assim, este tipo de carência aparece referido no presente estudo apenas por crianças pertencentes à família monoparental.

É também importante mencionar que, no entendimento das crianças que vivem em núcleos familiares tradicionais, viver em família monoparental, suscita um sentimento de ameaça aquando a admissão de novos membros na família por parte do progenitor ausente (Faber e Wittenborn 2010), revelando nas crianças, que vivem numa família monoparental, um sentimento de ser indesejado por parte do progenitor que está a construir uma nova família.

Pois, estas crianças já se encontram numa situação, onde vivenciam um turbilhão de sentimentos, como os sentimentos de culpa e de medo de perder a ligação com os pais, principalmente aquele que está ausente, sentimentos de vergonha e de fantasias de reunificação, sentimento de impotência ao ciúme e conflitos de lealdade (Ferraris, 2002; Alarcão, 2000).

Estes novos membros são os padrastos, as madrastas e os/as irmãos/irmãs por afinidade que entram nas famílias quando um dos progenitores tenta refazer a sua vida conjugal, proporcionando um certo impacto nos membros das famílias. Para as crianças, a reconstrução conjugal de um dos progenitores pode representar a perda da relação com o progenitor que está ausente de casa (Visser & Visser, 1993); permitindo assim a difícil tarefa da criança em fazer o luto em relação à família inicial e a adaptação à nova família dado ao estabelecimento de uma forte ligação com o pai biológico e a mãe biológica, “*é difícil ver o pai a arranjar outra mulher*” C12, dificultando entrada de um novo elemento neste sistema (Costa, 1994; Hetherington, 1982; Robertson, 2008)

A introdução de novos membros pode ser precedente da dificuldade percecionada pelas crianças de famílias tradicionais quando se colocam no lugar das crianças das

famílias monoparentais, “*Viver com um padrasto não deve ser nada bom*” CR15, indo de encontro ao estudo de Dunn, O’Connor e Levy (2002), que verificou, através da escala de McCarthy “Draw-a-Child”, que as crianças são mais propensas a excluir dos seus desenhos, membros como os/as irmãos/irmãs por afinidade, o padrasto e a madrasta.

No seguimento deste pensamento, para três das crianças de famílias tradicionais, as crianças que vivem em famílias com o pai e a mãe separados (FMh), e que vivem sob a guarda da mãe, em muitos dos casos precisam de mudar de casa, o que de acordo com Vieira e Souza, (2010), pode dificultar a construção de rotinas e o estabelecimento de uma relação. A este respeito, as crianças de famílias tradicionais percebem, que para as crianças de famílias monoparentais, ter duas casas torne o seu dia-a-dia difícil, contradizendo as crianças de FMh que não indicam tal situação como incómoda no seu quotidiano.

Quando se trata da família tradicional, as dificuldades inerentes à ausência de um elemento na família, são apoiadas pelos números dos estudos do INE (2013a) que declaram que as famílias tradicionais têm vindo a diminuir o seu número de elementos, passando de 5 elementos (pai, mãe e 3 filhos) para 3 elementos, sendo cada vez mais tendencioso o/a “filho/a único/a” devido às mudanças que se vêm a verificar na sociedade, como por exemplo, a idade avançada das mães, falta de disponibilidade ou a impossibilidade de os ter (Cunha, 2013).

Assim, à semelhança dos estudos desenvolvidos por Cunha (2013), apenas uma criança de família tradicional refere, que é difícil ser-se filho único. De facto, a ausência de irmãos/irmãs limita o apoio ao desenvolvimento das competências de autorregulação e compreensão emocional; a estimulação, pelos/as irmãos/irmãs mais velhos/as, do desenvolvimento cognitivo das crianças mais novas; ou a compreensão das emoções do/a próprio/a e dos outros (Stormshak, Bullock, e Falkenstein, 2009, Brody, 2004). É com irmãos/irmãs que as crianças aprendem como negociar, cooperar mas, também como rivalizar e competir (Minuchin, 1982 cit in. Pereira e Lopes, 2013).

Outra dificuldade percebida maioritariamente, por crianças de famílias tradicionais, está relacionada, com as discussões, entre os irmãos. Como a família consiste num sistema hierarquicamente organizado, composto por diversos subsistemas que afetam e são afetados por eventos que ocorrem entre esses subsistemas, declarações de Dessen e Braz, (2005) e Kreppner (2000), é normal, em algum momento da vida familiar, vivenciar situações conflituosas, seja nas relações conjugais, parentais ou entre irmãos (Turner & West, 1998 cit in Boas, Dessen, e Melchiori, 2010). Segundo Pereira e Lopes (2013) quando se trata de conflitos entre irmãos, esta parece ser uma experiência normal e quase diária para as crianças. Nalguns casos, estes conflitos estão relacionados com a

competição e o ciúme (Mendelson, 1990 cit in. Pereira & Lopes, 2013; Boer, 1990, cit in. Pereira & Lopes, 2013). De acordo com Pereira e Lopes (2013) os conflitos podem resultar de situações relacionadas com: i) divisão e partilha de espaços físicos da casa, ii) posses e brinquedos de cada um e (...) iii) divisão da atenção, admiração e afeto dos progenitores.

No entanto, nem todas as crianças conseguem discernir quais as possíveis dificuldades existentes no núcleo familiar, seja ele tradicional ou monoparental. Na análise realizada, três crianças de FMn não identificaram dificuldades das famílias tradicionais e dez crianças de FTr, referiram que nada era difícil na sua família. Relativamente às famílias monoparentais, uma criança de FTr não indicou dificuldades destas famílias, bem como uma criança de FMn, no entanto cinco crianças a viver num núcleo familiar monoparental afirmaram não existir quais quer dificuldades. Neste sentido apontamos como razão mais plausível o facto de as crianças de FTR e de FMn se sentirem bem nas suas famílias.

No entanto, é possível que haja um nível de ignorância das crianças acerca deste assunto.

5.3. A perceção dos aspetos negativos das famílias em estudo

O terceiro objetivo específico da presente investigação passa por conhecer os aspetos negativos percebidos pelas crianças em famílias tradicionais e monoparentais. Para desenvolver o objetivo em análise, cada criança respondeu de acordo com aquilo que é negativo na sua família e aquilo que consideram ser negativo para as crianças que vivem em famílias diferentes.

Aos olhos das crianças, a exposição de aspetos negativos torna-se difícil, nomeadamente quando elas possuem uma imagem positiva da própria família (Cunha, 2008) e esta afirmação é justificada pelos resultados obtidos, que indicam que 12 crianças das 29 crianças entrevistadas, sendo que nove crianças vivem em núcleos familiar tradicionais (UR=9 CR_FTr/UR=3 CR_FMn), não definiram quaisquer aspetos negativos nas suas famílias, quatro crianças de FMn não identificaram aspetos negativos nas famílias tradicionais, o que poderá ser um dado indicativo que esta forma de família é mais benéfica para o bem-estar das crianças, houve apenas duas crianças de FMn que não conseguiu discernir quais são os aspetos negativos das FTr, podendo ser explicado por um certo nível de ignorância acerca das vivências de famílias diferentes daquela em que as crianças estão inseridas.

No entanto, surgiram nas respostas das crianças entrevistadas, dois aspetos que ocorrem no seio famílias conotados de forma negativa: i) as discussões do contexto familiar, principalmente nas FTr e ii) as ausências, sentidas sobretudo nas FMn, nomeadamente de um dos progenitores.

Quando se trata da família tradicional, os aspetos negativos referidos pelas crianças encontraram-se centralizados nas discussões que existem entre os pais e as mães, entre irmãos/irmãs e entre progenitores-filhos/as (UR=1 CR_FTr/UR=0 CR_FMn). As discussões são um aspeto que acontece mais frequentemente dentro do casamento devido às questões cotidianas ou problemas do dia-a-dia que caracterizam a vida conjugal (Cummings & Davies, 2002). Cinco crianças referiram quando as discussões se realizam entre os progenitores (UR=2 CR_FTr/UR=3 CR_FMn) e quatro crianças referiram os conflitos entre irmãos/irmãs (UR=4 CR_FTr/UR=0 CR_FMn) como algo que importuna o bem-estar da família em geral, e principalmente quando as discussões acontecem entre o casal e os/as filhos/as testemunham (Cummings & Davies, 2010).

As razões, expostas na literatura para tais conflitos nas FTr entre os progenitores, são impostas por interações conflituosas vivenciadas incitadas por problemas no âmbito da vida conjugal (e.g.: sexo e infidelidade) (Amidu, Owiredu, Gyasi-Sarpong, Woode, e Quaye, 2011; Pittman, 1994 cit in. Mosmann & Falcke, 2011), no âmbito financeiro (e.g.: dinheiro e trabalho) (Kline, Pleasant, Whitton & Markman, 2006; Cezar-Ferreira, 2007; Paraguassú, 2005; Perguer, 2010), no âmbito da saúde (Kline et al, 2006), ou relacionados com os filhos (e.g.: educação) (Gerard, Krishnakumar & Buheler, 2006; Margolin, Gordis & Oliver, 2004).

Quando se trata das famílias monoparentais, as discussões relacionadas com os filhos continuam a ser tema nos conflitos entre os progenitores, quando estão separados ou divorciados, surgindo nas respostas de duas crianças (UR=1 CR_FTr/UR=1 CR_FMn). As questões de guarda e de educação dos/as filhos/as estão no centro das preocupações aquando de um processo de separação conjugal (Poussin & Martin-Lebrun, 1997). Ainda acerca das discussões em famílias monoparentais, a relação progenitor-filhos/as é definida através da comunicação entre os dois subsistemas familiares (Carr, 2006), permitindo a expressão do afeto e do apoio emocional; a resolução de problemas; um suporte emocional ou de apoio verbal; a demonstração de afeto e empatia (Ségrin & Flora, 2005); a mediar comportamentos (Riesch, Anderson & Krueger, 2006) ou a partilha de questões e de problemas pessoais sobre trabalho, relacionamentos, amigos e família (Kirkman, Rosenthal & Feldman, 2005); e é nesse diálogo que podem surgir desentendimentos na relação pais-filhos, aquando de um

divórcio (McManus & Nussbaum, 2011; Nair & Murray, 2005), e facto que surgiu em duas respostas de crianças de FMn ($UR=0$ CR_FTr/ $UR=2$ CR_FMn)

O segundo aspeto negativo percecionado pelas crianças é unicamente direccionado à composição das FMn, onde visivelmente se apercebe da ausência de um elemento da família, principalmente de um progenitor (Giddens, 2004; Amaro, 2006; Alarcão & Relvas, 2002). Esta característica foi referida em grande escala pelas crianças de famílias tradicionais em relação às famílias monoparentais, que continuam a preferir uma “*família completa*” (CR8), apoiando os aspetos negativos da ausência de um progenitor descritos na investigação de Campos (2010) principalmente quando ocorre um processo de separação.

5.4. A percepção dos aspetos positivos das famílias em estudo

Relativamente ao quarto objetivo específico da presente investigação, este passa por conhecer quais as características positivas percebidas pelas crianças das famílias tradicionais e das famílias monoparentais. Para desenvolver este tema, cada criança respondeu de acordo com aquilo que é positivo na sua família e aquilo que é positivo para as crianças que vivem em famílias diferentes.

Para as crianças entrevistadas, a FTr tem como aspetos positivos a sua estrutura/composição, ou seja, vinte e duas crianças entrevistadas ($UR=11$ CR_FTr/ $UR=11$ CR_FMn), referiram que o facto de estas famílias terem núcleo familiar onde o pai e a mãe estão juntos é um dos fatores mais positivos da família, seguido da presença de irmãos, respeitando a definição da OMS (Caniço, 2014) que aponta a família composta pelo “chefe de família, esposa e filhos solteiros” (p.49), uma ideia também proferida no trabalho de Santos (2013), que permite a continuidade da simbologia do grupo familiar como uma família nuclear (Ribeiro & Cruz, 2013).

Tendo em conta a composição das FMn, esta foi referida pelas crianças entrevistadas como um aspeto positivas, o facto de se poder viver com um dos progenitores ($UC=4$ CR_FTr) e/ou com irmãos ($UC=1$ CR_FTr/ $UC=2$ CR_FMn), pois “seria bem pior viver na rua”, como foi testemunhado pela CR20: “*há outros que não tem pai nem mãe e andam na rua sozinhos*”. O testemunho desta criança vem realçar um problema social, ‘crianças que vivem na rua, abandonadas à sua sorte’, realçando a definição de Rizzini (2003) de “meninos de rua”: crianças que se vêm nas ruas, “*fora do alcance de suas famílias e longe dos seus cuidados (...) morando nas ruas vivendo fora da proteção de um adulto ou responsável*” (p.17). Estes resultados vieram corroborar a referência de Delfieu (2005), relativamente à ausência de um dos progenitores como

causadora da dificuldade de adaptação à nova situação da família, sugerindo que afinal essa dificuldade pode ser ultrapassada pela existência de um progenitor ou de um irmão.

Além da composição familiar, outro dos aspetos positivos que as famílias possuem, tem a ver com as questões de afetividade e de cuidado que as famílias oferecem às suas crianças. De acordo com Njemi (1988 cit. in Louro, 2012), as crianças que vivem em famílias que promovem afetos e cuidados entre os seus membros conseguem gerar representações positivas.

Através do quadro 20, é visível uma perceção mais positiva das famílias tradicionais por parte das crianças que vivem em núcleos familiares tradicionais, não pelo número de registos das expressões das crianças, mas pelo número de características que surgiram na categoria dos afetos (Subcategorias = 4) e na categoria dos cuidados (subcategorias = 3), consequência de bons afetos e cuidados que as suas famílias lhes dedicam, do mesmo modo que as crianças de FMn caracterizam as suas famílias com “amor”, um dos sinais de afeto mais percebido pelas crianças de FMn entrevistadas (UC=10).

O último aspeto positivo das famílias monoparentais em estudo prende-se com a habitação. Quando se dá a separação dos progenitores, estes começam a viver cada um em sua residência, mas o compromisso/responsabilidade parental (Rodrigues, 2011) para com as crianças deve ser salvaguardado (Melo, Raposo, Carvalho, Bargado, Leal & D'Oliveira, 2009). A existência de duas casas na FMn permite que a criança resida, *“alternadamente (...) com cada um dos seus progenitores”* (Melo et. al, 2009, p.85) permitindo a divisão dos cuidados e da educação da criança, de forma a concretizar uma boa coparentalidade (Marinho, 2010), uma vez que esta permite uma maior proximidade entre a criança e cada um dos pais; impede que a criança tenha de escolher entre o pai e a mãe e permite a continuação das responsabilidades de ambos (Schwartz, 1987 cit in. Pratas, 2012). Assim, a positividade de se ter duas casas referida por algumas crianças de FMn está relacionada como carinho e envolvimento do pai e da mãe mesmo quando estes estão em casas diferentes.

5.5. Sentimentos percebidos pelas crianças em relação às famílias em estudo

Relativamente ao quinto objetivo específico da presente investigação passa por conhecer os sentimentos percebidos pelas crianças em famílias tradicionais e monoparentais. Para desenvolver este tema, cada criança respondeu de acordo com

aquilo que sente na sua família e aquilo que percebe ser sentido por crianças que vivem em famílias diferentes.

Numa primeira análise, parece-nos que existe uma maior perceção de sentimentos positivos (UC=24) direcionada às famílias tradicionais, por ambos os grupos, enquanto para as famílias monoparentais existe uma predominância de sentimentos negativos (UC=22). No entanto, após uma análise mais precisa, verifica-se que as diferenças estão relacionadas com as respostas das crianças entrevistadas direcionadas às famílias diferentes da sua, ou seja, como se verá mais adiante, as crianças de famílias monoparentais idealizam uma família tradicional, e através da interpretação do quadro 25, nota-se que estas crianças percecionam mais sentimentos positivos do que negativos relativamente às famílias tradicionais (UR=10 CR_FMn), do que as crianças de FTr relativamente às FMn (UR=3 CR_FTr).

Contrariamente, as crianças de famílias tradicionais, percecionam que as crianças que vivem em FMn retêm mais sentimentos negativos e (UR=14 CR_FTr), contrapondo com a perceção negativa das crianças de FMn fase às famílias tradicionais (UR=1 CR_FMn). A perceção negativa das crianças de FTr relativamente às famílias monoparentais deve-se a um medo de ficar sozinha; ficar sem um dos progenitores (Schabbel, 2005; Almeida et al. 2000).

5.6. A Perceção das funções dos Elementos das Famílias em estudo

Relativamente ao sexto objetivo específico da presente investigação, este passa por conhecer as funções dos vários elementos da família percebidos pelas crianças em famílias tradicionais e monoparentais. Para desenvolver este tema, cada criança respondeu de acordo com aquilo que percebe ser as funções dos vários elementos da sua família e aquilo que percebe ser as funções dos vários elementos da forma de família diferente da sua e que está a ser comentada.

Segundo os autores Marques (2015), Pratta e Santos (2007) e Vaz e Relvas (2002), o homem, de antigamente, era o responsável pela tarefa de levar o dinheiro para casa, impor regras e disciplina, intervindo na educação dos filhos só em casos mais graves. Cabia à mulher a tarefa de educar os filhos, a gestão das tarefas domésticas como o preparar as refeições, o cuidar da roupa e das compras. Poucas eram aquelas que tinham coragem de alcançar uma carreira profissional (Marque, 2015; Vaz & Relvas 2002), mas é preciso frisar que de acordo com Carter e McGoldrick (1995) as funções maternos e paternos são multidimensionais e complexos, e variam consoante o meio social e cultural em que o quotidiano das famílias se desenrola (Vaz & Relvas, 2002).

Analisando os resultados obtidos no presente estudo, denotam-se pequenas diferenças nas funções dos elementos adultos das famílias. Quando se trata das FTr, as funções dos membros da família estão bem distribuídos e coincidem sensivelmente com a literatura recolhida (Marques, 2015; Pratta & Santos, 2007; Vaz & Relvas, 2002). Para as crianças entrevistadas, sejam elas de famílias tradicionais ou monoparentais, elas concordaram que a mãe tem, na família, o papel de tratar da casa, tarefas como o limpar a loiça, passar a roupa, arrumar a casa, “*é ela que passa a ferro, lava a roupa, toma conta de mim, lava os pratos e as vezes mete a comida na mesa (...) e limpa a casa*” CR2, é a responsável por tarefas como: fazer a comida e dar de comida aos demais da família, “*fazia o comer, o jantar e o almoço*” CR11, sem deixar de parte que é a mãe que dá o banho aos filhos e são elas que dão “*o beijo de boa noite*” CR7.

Quando se trata da tarefa “sustento da família”, a mãe surgiu muito timidamente, nas respostas das crianças (UR=16) comparativamente ao pai, que foi referido por maior parte das crianças como o principal provedor de sustento, seja ele através de um emprego (UR=26), ou do trabalho agrícola.

Ainda dentro da FTr, relativamente às tarefas do pai no quotidiano, a este apenas cabe-lhe arranjar “coisas” e ir às compras. A ideia das crianças de que é o pai, aquele que vai às compras, corrobora a ideia dos estudos de Vaz e Relvas (2002) que referem que as compras deviam ser executadas pela figura materna e não pelo pai como se verificou nos resultados do estudo.

Comparativamente, numa FMn, as funções das mães e dos pais variam consoante a tipologia da mesma. Quando se trata de famílias monoparentais femininas, Machado (2013), descreve que as funções da mãe incluem os cuidados básicos; a segurança; os afetos; a implantação de regras e limites; a satisfação de todas as necessidades dos filhos, como vesti-los, alimenta-los; limpar a casa; e ainda ser responsável por sustentar a família. No entanto, mesmo ausente do núcleo familiar, de acordo com a legislação Portuguesa, o progenitor deve participar num “*conjunto de poderes e deveres destinados a assegurar o bem-estar moral e material do filho, designadamente, assegurando a sua educação, o seu sustento*” com o progenitor que detêm a guarda da criança (Convenção sobre os Direitos da Criança; Lei n.º 61/2008, de 31 de outubro) por isso, o testemunho da CR24 de que o pai pode ajudar a mãe dando-lhe dinheiro: “*o pai separou-se mas como continua a trabalhar, ajuda a mãe a dar-lhe dinheiro*”.

Relativamente à família monoparental masculina, dado a ausência da figura materna, cabe ao pai realizar todas as tarefas do quotidiano, desde o cuidar da casa, à realização das refeições, “*tratava das refeições, da loiça e da roupa*” CR13, ficando

também responsáveis por arranjar “coisas” ou ir às compras; e responsável por tratar dos filhos e da sua educação, “escolher a roupa das crianças e vesti-las” CR3 e “ajuda-las a estudar” CR5, seguindo a proposta da Convenção sobre os Direitos da Criança e da Lei n.º 61/2008, de 31 de outubro. Que refere: “as responsabilidades parentais relativas às questões de particular importância para a vida do filho são exercidas em comum por ambos os progenitores nos termos que vigoravam na constância do matrimónio, salvo nos casos de urgência manifesta, em que qualquer dos progenitores pode agir sozinho, devendo prestar informações ao outro logo que possível” (artigo 1906º, n.º 1 do Código Civil, p.7635)

Como elemento da família, segundo os dados obtidos no presente estudo, as crianças também são responsáveis pela execução de certas tarefas dentro da família, mas a sua relevância só se tornou mais sentida no final de séc. XIII, momento em que se observou uma melhoria nas relações afetivas dentro da família e, a criança começou a viver diretamente com os adultos (Correia, 2013 & Silva, 2009).

Segundo Kellerhals et al (1982 citado por Cunha, 2005) e Soares e Tomás (2004), na vida quotidiana das famílias, os filhos desempenham funções i) ao nível afetivo, dado que são considerados uma “*fonte inesgotável de prazer (são uma fonte de alegria na sua vida)*” (Cunha, 2005, p.4), ii) um fardo, o que não apareceu nas respostas das crianças entrevistadas; iii) ao nível da produtividade, dado que pode ajudar nas tarefas domésticas (Cunha, 2005) diariamente, como por exemplo fazer a cama, ou ajudar a fazer o almoço: “ajudar o pai e a mãe a limpar e a arrumar, fazer a cama” CR14 e “ajudar os pais a fazer a comida” CR17; iv) ao nível da solidariedade, uma vez que as suas funções remetem para o apoio e cuidados, nem que seja a tomar conta dos irmãos (Cunha, 2005), “os irmãos mais velhos tomam conta dos irmãos mais novos” CR5, “ajudar o pai e a mãe a tomar conta dos irmãos” CR4; e por fim v) ao nível da socialização, executando o seu dever como aluno, trabalhando para a mudança da sociedade “futura”, uma vez que as crianças são consideradas atores sociais, capazes de participar na estruturação do seu percurso de vida, de saúde e de bem-estar (Soares & Tomás, 2004), começando desde cedo a realizar tarefas escolares: “aprender coisas na escola, por exemplo a ler e a escrever” CR2; “fazer os TPC’s [trabalhos para casa]” CR 17.

5.7. A perceção da família ideal para as crianças

Para finalizar a entrevista foi colocada uma questão final referente à família, que nos permitiu perceber qual a família ideal para cada criança.

De um modo geral as crianças dos dois grupos idealizam uma família em que os dois progenitores estejam presentes, debaixo do mesmo teto, utilizando as palavras das

crianças entrevistadas de FTr (UR=10) afirmaram que “*não queria mudar nada*” CR14 e, que “*ela já é boa como está*” CR10, já as crianças de FMn (UR=6) preferiam uma família diferente onde existe o pai e a mãe, queriam uma família “*com mãe e pai, porque assim teria os dois*” CR17.

A família ideal das crianças entrevistadas neste estudo vai de encontro com a «família ideal» do estudo realizado por Cunha (2008) com crianças institucionalizadas e crianças inseridas num meio familiar, cujo primeiro critério para uma boa família/família ideal diz respeito ao ‘viver junto’ e a tipologia escolhida incluía o pai, a mãe e os filhos; tanto o presente estudo como o estudo de Cunha (2008) indicaram que a forma tradicional da família é tida como a ideal para as crianças. Também no estudo de Cunha (2008) verificou-se que a FMn não é considerada uma família devido à sua estrutura, sendo definida como incompleta, este dado pode também justificar a preferência de metades das crianças de FMn do presente estudo por famílias com um núcleo tradicional.

Conclusão

A família tem vindo a sofrer mudanças desde a revolução industrial, após a afirmação dos ideais feministas e com o avanço das tecnologias (Pratta & Santos, 2007), e desde então as mudanças continuam. Essas mudanças têm sido responsáveis pela i) alteração das relações dentro das famílias, relações entre mãe-pai-filho/s; ii) alteração na configuração das famílias, devido ao aumento dos divórcios, à diminuição da taxa de mortalidade infantil e à diminuição da natalidade; iii) alteração dos papéis da mulher na sociedade (Correia, 2013; Silva, 2009; Pratta & Santos, 2007; Leandro, 2006)

Estas alterações levaram ao surgimento de novas formas de famílias, principalmente ao nível da sua composição. A família que está na base das famílias é a família tradicional, cujo núcleo é composto pelos progenitores, pai e mãe, e seu/sua/seus/suas filho/a/os/as, podendo ser considerada família tradicional extensa se coabitarem ascendentes/descendentes para além do núcleo primário, como por exemplo tios/tias ou avós/avôs (Pratta & Santos, 2007).

Após as mudanças já referidas anteriormente, surgiram novos padrões na organização das mesmas, tendo em conta as definições de Marques (2015): i) as famílias monoparentais resultam de separações/divórcios do pai e da mãe, de morte de um progenitor, de gravidezes de mães solteiras não planeadas ou por inseminação artificial, ou até de uma adoção por apenas um adulto; ii) as famílias reconstituídas emergem da nova união conjugal, com ou sem descendentes de relações anteriores, de um ou dos dois cônjuges; iii) as famílias homossexuais, onde os cuidadores são dois adultos do mesmo sexo.

Em Portugal, os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) comprovam as mudanças que se vêm descritas em literatura preliminar, através dos números recolhidos em 2011, cujas famílias numerosas têm vindo a perder terreno para as famílias de casais “com filho único” e para as famílias monoparentais (INE, 2013b).

A monoparentalidade surgiu pela primeira vez na década de 70, inicialmente em Itália, seguindo-se da França e depois se alastrou pelo resto da Europa e por todo o mundo (Wall & Lobo, 1999) adotando uma pluralidade de situações (Baliana, 2013).

Assim, estudar a família, um sistema que tem sido alvo de grandes mudanças nos últimos séculos (Pratta & Santos, 2007), torna-se importante para perceber que mudanças podem redefinir o seu significado. A perceção das crianças sobre um objeto tão multifacetado como é a família, pode permitir aos profissionais que trabalham com as crianças perceberem como o sistema familiar pode influenciar a perceção do mundo.

Estudos realizados na última década (Louro, 2012; Chantre, 2015; Dessen & Ramos, 2010; Cunha, 2008), que se debruçaram sobre a família e que beneficiaram das respostas das crianças, expuseram características da família como: i) é composta por pessoas que vivem na mesma casa; ii) é composta por pessoas que estão ligados por laços sanguíneos; iii) é composta por pessoas que são importantes meios de socialização; iv) promove o afeto e a comunicação, proporcionando uma melhor representação do contexto familiar; v) é considerada ‘boa’, aquela em que se possam viver juntos; e vi) possibilita o envolvimento de pais e mães na divisão de tarefas domésticas e de cuidados com os filhos.

Neste sentido, o presente estudo debruçou-se sobre a estrutura das famílias tradicionais e das famílias monoparentais, do ponto de vista das crianças. Assim, recolheu-se informação junto de crianças de famílias tradicionais e de crianças cuja família é monoparental, famílias que surgiram em consequência de uma separação ou divórcio dos progenitores.

Os resultados obtidos através das respostas das crianças entrevistadas permitiu conhecer e perceber o que é uma família para elas e a forma como pensam as demais formas de família existentes na sociedade onde vivem, revelando algumas diferenças entre elas, nomeadamente entre as FTr e as FMn.

Numa primeira instância, de acordo com o primeiro objetivo específico, para as crianças, uma família, de um modo geral, revela ser um espaço que transfere bons afetos, como o amor e a amizade, um espaço que proporciona aos seus elementos acolhimento e ajuda e um espaço que se organiza num núcleo com ‘pai’ e ‘mãe’ que se faz de gerações (avós, pais e filhos, tios e primos, etc.). No entanto, é preciso frisar que foram as crianças de FTr que tiveram uma maior contribuição na exposição destas características do que as crianças de FMn.

Na mesma linha de pensamento, foi pedida a perceção de cada uma destas formas de família a cada criança. Segundo as respostas das crianças de FTr, as suas famílias, são espaços alegres e unidos que permitem a entreajuda dos demais membros; com as respostas das crianças de FMn, apesar de mais diminutas e menos esclarecedoras, é-nos permitido definir as FMn como um espaço onde domina a alegria e a amizade, aspetos que demonstram a capacidade de ultrapassar as adversidades causadas pela rutura no meio familiar.

Para completar este primeiro objetivo e para perceber o que é uma família para as crianças, é necessário conhecer que tipo de composições familiares elas conhecem como sendo uma família. Assim, é possível verificar que as crianças não têm qualquer preconceito para com outras formas famílias, sejam elas com composição tradicional ou

monoparental, maioritária nas respostas das crianças, ou sejam famílias compostas por dois adultos homossexuais ou, cujos adultos responsáveis são os avós.

Tendo sido verificadas estas múltiplas composições, quisemos aprofundar os motivos que levaram as crianças a distinguir estas formas de família, focalizando as respostas para as famílias em análise. Assim, uma FTr é aquela em que os 'pais estão juntos', é a 'família completa'; já uma FMn é uma família onde 'tem os pais separados' ou só está presente 'um progenitor', possibilitando a realização de festas em separado dado a existência de 'duas casas'.

Em jeito de conclusão, no presente estudo, uma FTr, para as crianças entrevistadas, é uma família completa que revela a ideia de união entre os membros (pai-mãe-filho/s) e que proporciona um espaço cheio de alegria e de ajuda. A FMn é uma família separada, cuja união é posta em causa devido à separação dos pais/progenitores, mas os sentimentos de amor, de felicidade e da amizade estão presentes fazendo face ao sentimento de tristeza.

Focalizando no segundo objetivo específico, as dificuldades percecionadas pelas crianças acerca da própria família e de outras famílias diferentes, que possam pôr em causa o bem-estar das crianças, diferiram de FTr para FMn, apesar de, a comparação entre elas não ser o objetivo deste estudo, fica evidente que as crianças percebem mais dificuldades nas FMn do que nas FTr.

Assim, tendo em consideração as respostas das crianças entrevistadas, o dia-a-dia da FTr torna-se difícil quando está ausente um dos elementos da família, e quando existem discussões no núcleo familiar, dado que nesta formação familiar, ao ser um sistema hierarquicamente organizado, é normal, vivenciar situações de conflito (Dessen & Braz, 2005; Kreppner, 2000). No entanto para as FMn as dificuldades percecionadas não se ficam pela ausência de um elemento da família.

De acordo com as crianças de FTr, as dificuldades numa FMn prendem-se com: i) a ausência do pai ou da mãe; ii) com a admissão de novos membros, como os padrastos e as madrastas, testemunhos que vieram corroborar a ideia de Hetherington e Kelly (2002) e Parke e Buriel (2006), que apontaram a introdução de novos membros como benéfica para o desenvolvimento das crianças; iii) com a possibilidade de se viver em duas casas e, iv) como consequência da rutura familiar, as crianças percecionam os afetos ou a ajuda como difícil de receber por parte dos progenitores. Para as crianças de FMn, o dia-a-dia das suas famílias torna-se difícil devido à ausência de um dos progenitores, nomeadamente se quem falta é a mãe, e como consequência da separação e das mudanças que acarreta, torna-se difícil receber ajuda dos pais. Neste tipo de formação, as discussões não foram referidas pois, os pais não se encontram juntos.

No entanto, a quantidade de aspetos que transmitem dificuldade para o dia-a-dia das crianças, referidos e dirigidos às FTr são bastantes diminutos, relativamente, aqueles que são dirigidos às FMn, havendo, conseqüentemente, mais crianças (UR=13) a informar que não existe nenhum aspeto dificultador nas FTr e apenas sete crianças a informar a inexistência de aspetos a complicar o dia-a-dia das FMn.

De acordo com a análise realizada, as duas características que expõem os aspetos negativos, das famílias em estudo, coincidem com duas das dificuldades apontadas pelas crianças entrevistadas, o que vem revelar a existência de problemas nas famílias que são difíceis definir, por parte das mesmas.

Segundo as crianças, as discussões que acontecem, mais frequentemente, dentro das FTr, devido a questões cotidianas ou problemas do dia-a-dia (Cummings e Davies, 2002) foram consideradas os únicos aspetos negativos das FTr, nomeadamente aqueles que acontecem dentro do sistema parental (pais-filhos), no entanto foram mais as crianças (UR=15) que afirmaram não existir nada de negativo nestas famílias FTr.

Nas FMn, os aspetos negativos percecionadas centraram-se na ausência de certos elementos no núcleo familiar com elevando destaque, para a ausência do progenitor, seja ele a figura materna ou paterna. No entanto, é permitido afirmar que também acontecem discussões nas famílias FMn, sendo estas também referidas como aspetos negativos por parte das crianças.

Os aspetos considerados capazes de corresponder ao quarto objetivo específico: “os aspetos positivos das famílias em estudo”, reportados pelas crianças entrevistadas, apareceram de forma muito semelhante nas respostas dos dois grupos. Para as FTr, a característica destacada e considerada, por 22 crianças, como positiva, está relacionada com a sua composição, ou seja, foi descrito pelas crianças que o que de melhor a FTr tem é ter os pais juntos. Outras características positivas percecionadas pelas crianças para caracterizar este tipo de família, é que apresentam um carácter afetuoso e de cuidado, ou seja, estas famílias foram caracterizadas como um espaço de amor, união e alegria por ambos os grupos, e sendo aquela que promove um ambiente com mais cuidado e ajuda, relativamente a outras famílias.

Para as FMn, as características positivas destacadas foram em menor número, possivelmente porque não é a família ideal para as crianças, como é visível no quadro 35 (p. 68), e é aquela que conserva mais dificuldades e aspetos negativos face a outras formas de família. No entanto, torna-se evidente a presença de afeto positivo, o amor, nas respostas das crianças das FMn como características predominante destas famílias. É curioso que as crianças de FTr reconhecem o facto de, nas FMn as crianças poderem

contar com um dos progenitores como algo benéfico, dado a existência de crianças a viverem sozinhas, na rua.

Outro fato curioso é a percepção de que uma segunda habitação é benéfica para as crianças, de FMn. No entanto é preciso frisar que nem todas as crianças indicaram aspetos positivos às famílias em análise, principalmente relativamente às FMn, transmitindo que não havia nada de positivo neste tipo de famílias (UR=10), e sete crianças referiram não saber quais as características positivas destas famílias FMn.

Abordando os sentimentos vivenciados e percebidos nas famílias em estudo, indo ao encontro do quinto objetivo específico do presente estudo. Foi observado que a FTr só apresenta mais respostas relativamente a sentimentos positivos, uma vez que as crianças de FMn também a reportam positivamente. Havendo uma percepção contrária por parte das crianças de FTr relativamente às FMn, que é percebida mais negativamente.

Examinando o tema da percepção das funções dos demais elementos da família reparámos que só as tarefas da figura paterna é que sofrem mudanças mais pronunciadas dos seus papéis entre as FTr para a FMn. Relativamente às tarefas da figura materna estas estão nitidamente relacionadas com a vida doméstica que acontecia no passado e continua a ser de sua responsabilidade na atualidade, o cuidado da casa e dos/as filhos/as confirmando a teoria, mas fica evidente a sua inserção no mundo do trabalho, fato presente nas respostas das crianças entrevistadas.

As mudanças visíveis reportadas pelas crianças, no que toca aos papéis da figura paterna, mostram que as crianças sabem que, quando uma mãe não está presente numa família, cabe ao pai a realização de tarefas domésticas, como o limpar a casa ou fazer as refeições. Outra diferença encontrada, entre os papéis dos adultos diz respeito ao sustento da família, onde o pai conquista mais referências do que a mãe, sendo assim considerado o membro responsável pela situação financeira da família, seja ela uma FTr ou FMn, como é visível no seguinte testemunho: *“o pai separou-se mas como continua a trabalhar, ajuda a mãe a dar-lhe dinheiro”* CR24. O fato de que é o pai que trabalha mais sugere uma relação entre “aquele que trabalha mais” como sendo “aquele tem mais dinheiro” e consequentemente pode comprar mais, ficando ele responsável por *“ir às compras”* CR27.

Nas crianças, não houve diferenças quanto ao seu papel nas famílias, até porque as respostas das crianças de FTr e de FMn, coincidiram, demonstrado que o estilo adotado pelos progenitores tem semelhanças e que contribui para a autonomia das crianças, tanto para as das famílias tradicionais como para as das monoparentais, ficando a cargo das mesmas a projeção do futuro, pois são elas as responsáveis por estudar e aprender.

O presente estudo teve como objetivo geral, a identificação e a compreensão da percepção das crianças perante as novas formas de família e aspetos a estas associados, nomeadamente as famílias monoparentais e as famílias tradicionais. Este objetivo foi alcançado na medida em que através da análise de conteúdo das respostas das crianças entrevistadas foi possível identificar e conhecer as percepções relativas a estas duas formas de família.

Tendo em conta as respostas das crianças entrevistadas, possível afirmar que: i) a FTr é caracterizada pela disponibilidade de afetos como a alegria e a sensação de união dentro do núcleo familiar; ii) a FTr é considerada como sendo uma família completa [mãe-pai-filho/s], onde os pais estão juntos, havendo mais oportunidade de cuidado e ajuda; iii) a FTr é aquela que apresenta como dificuldades no quotidiano ou como o seu único aspeto negativo, as discussões que possam haver no sistema familiar; iv) na FTr os papéis dos vários elementos estão distribuídos, enquanto a mãe é responsável pelo cuidado da casa e dos filhos, cabe ao pai sustentar a família e trabalhar na horta e às crianças aprender e efetuar algumas tarefas mais simples em casa.

Relativamente à FMn foi possível concluir que: i) ela é caracterizada pela disponibilidade de poucos afetos e entreaajuda devido à separação/rutura do núcleo familiar mas, mesmo assim, tem momentos de partilha de amor e alegria; ii) em relação a outras famílias, o seu núcleo familiar é composto por um só progenitor, havendo a possibilidade de as crianças virem a viver em duas casas distintas; iii) considerando a composição do seu núcleo familiar, é difícil viver sem um pai ou sem uma mãe, isto é, é difícil viver com os pais separados estando cada um em sua casa; iv) dada a separação do casal, é difícil construir novas relações com aqueles que integram a 'nova família' [padrasto/madrasta]; v) é uma família que está associada a sentimentos negativos, como o desamparo e a tristeza, inerentes à rutura do núcleo familiar, do que sentimentos positivos; e vi) nas FMn, os papéis fundamentais de cuidado e sustento da família recaem todos sobre o progenitor que está responsável pelas crianças, acabando por negar algum tipo de ajuda por falta de disponibilidade/tempo, e as crianças, para além de aprenderem, colaboram nas tarefas domésticas, acabando por se tornarem mais autónomas.

Posto isto, e comparando as características das duas famílias em estudo, são visíveis as razões pelas quais as crianças entrevistadas preferem a FTr. Preferem-na não só pela sua composição mas, também pela oportunidade de partilha de afetos e cuidados que uma "família completa" pode proporcionar.

Conforme podemos verificar e face ao que acima ficou exposto, podemos concluir que a percepção de aspetos associados às duas formas de família em estudo, (por crianças de famílias tradicionais e monoparentais) não diferem dos resultados de estudos

semelhantes realizados por outros investigadores. Os resultados tornam também evidentes, algumas dificuldades das famílias monoparentais das quais se destaca a ausência de um dos progenitores, a carência de afetos e atenção que está associada a esta formas e os sentimentos de culpa, de desamparo e a tristeza que por parte das crianças são difíceis de lidar.

Relativamente a estes aspetos negativos que sobressaem no presente estudo, é visível que as crianças sofrem com a rutura familiar e outros estudos (Silva, 2012; Raposo, Figueiredo, Lamela, Nunes-Costa, Castro, & Prego, 2010; Hart, 1996 cit in. Pedro, 2013) destacaram que esta rutura acrescenta aos desequilíbrios emocionais, dificuldades psicológicas e sociais que podem continuaram na vida adulta dessas crianças.

As conclusões acima expostas sugerem que os técnicos e os profissionais dentro da área de psicologia que trabalham com crianças de famílias monoparentais devem proporcionar às crianças e/ou adolescentes um espaço onde possam exprimir o que sentem quanto à ausência de um dos pais de forma a: i) promover e facilitar a identificação e expressão de sentimentos relacionados com as causas da monoparentalidade (morte de progenitor, separação e divórcio); ii) promover competências de resolução de problemas; iii) promover perceções positivas do próprio e da própria família; iv) promover o sentimento de segurança, reduzindo os sentimentos negativos e de insegurança; v) prevenir problemas futuros de ajustamento emocional, familiar, escolar e social; vi) promover o desenvolvimento e fortalecimento das relações saudáveis com os pares; vii) promover a autoestima e questões da identidade; e viii) promover o rendimento escolar.

Quanto aos aspetos positivos revelados pela perceção das crianças a respeito das famílias monoparentais podemos inferir e realçar o fato positivo de que estas famílias têm capacidade de lidar com as adversidades e são capazes de promover bem-estar aos seus membros.

Como limitações do presente estudo podem apontar-se as seguintes: participantes pertencentes a um meio semi-rural e ii) participantes de famílias monoparentais por separação/divórcio.

A realização deste estudo poderá, eventualmente, contribuir para que no futuro sejam efetuadas investigações que i) permitam compreender qual a influência de cada forma de família, seja de carácter tradicional, monoparental, homoparental, reconstruída e adotiva sobre os vários elementos das famílias; ii) permitam compreender quais as representações da sociedade de formas de família como as famílias homoparental, reconstruída, adotiva através de testemunhos das crianças, dos adolescentes e dos

adultos; e que iii) permitam estudar os diferentes estilos parentais adotados pelos progenitores e/ou acompanhantes nas diferentes formas de família como as famílias monoparentais, homoparental, reconstruída e adotiva.

Referências

- Alarcão, M. & Relvas, A. P. (2002). *Novas formas de família*, Coimbra: Quarteto.
- Alarcão, M. (2000), (des)Equilíbrios familiares, uma visão sistémica. Coimbra: Quarteto Editora.
- Almeida, C. G., Peres, E. A., Garcia, M. R., & Pellizzar, N. C. S. (2000) Pais Separados e Filhos: Análise Funcional das Dificuldades de Relacionamento. *Rev. Estudos de Psicologia*, PUC-Campinas, 17, 31-43.
- Amaro, F. (2006). *Introdução à sociologia da família*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Amato, P.R., & Keith, B. (1991). Parental divorce and the well-being of children: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 110(1), 26-46.
- Amidu, N., Owiredun, W. K., Gyasi-Sarpong, C. K., Woode, E., & Quaye, L. (2011). *Sexual dysfunction among married couples living in Kumasi metropolis*, Ghana: BMC urology.
- Anton & Favero (2011). Morte repentina de genitores e luto infantil: uma revisão da literatura em periódicos científicos brasileiros. *Interação em Psicologia*, 15, 101-110.
- Azevedo, A. S. & Moura, M. (2000). *Outros filhos, os mesmos direitos*. Gráfica Maiadouro.
- Baliana, L. K. (2013). *Monoparentalidade Feminina e seus Desafios: Um Estudo Exploratório*. Dissertação de Mestrado em Política Social. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa.
- Baptista, S., Santos, R. Almeida, A. S. & Martins, C. (2011). Influência da Biparentalidade, Monoparentalidade e Condição Económica no Ambiente Familiar de Crianças dos 3 aos 6 anos de idade. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, 1, 281-292.
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70
- Belsky, J., Putnam, S., & Crnic, K. (1997). Coparenting, parenting, and early emotional developmental. *New directions in Child Development*, 74, 45-56.

- Boamorte, J. B. (2014). *As funções materna e paterna na família monoparental*
- Boas & Bolsoni-Silva (2009). A relação entre ex-cônjuges e entre pais e filhos após a separação conjugal. In Valle, T. G. M. *Aprendizagem e desenvolvimento humano: avaliações e intervenções* [online]. São Paulo: Cultura Acadêmica, 155-175. Obtido através de: <http://books.scielo.org/id/kvj5p/pdf/valle-9788598605999-09.pdf>
- Boas, A.C.V.B.V., Dessen, M.A. & Melchiori, L.E. (2010). Conflitos conjugais e seus efeitos sobre o comportamento de crianças: Uma revisão teórica. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62(2), 91-102.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (2010). *Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora.
- Brody, G. H. (2004). Siblings' Direct and Indirect Contributions to Child Development. *Current Directions in Psychological Science (Wiley-Blackwell)*, 13(3), pp.124-126
- Cabrera, N. J., Tamis-LeMonda, C. S., Bradley, R. H., Hofferth, S., & Lamb, M. E. (2000). Fatherhood in the twenty-first century. *Child development*, 71, 127-136.
- Cain, D. S., & Combs-Orme, T. (2005). Family structure effects on parenting stress and practices in African American family. *Journal of Sociology and Social Welfare*, 32(2), 19-40.
- Câmara & Fernandes (2014). *Prejuízos da Ausência Materna no Desenvolvimento Infantil*.
- Campos, M. T. (2010). *Ausência Paterna e suas Repercussões sobre o desenvolvimento infantil*. Dissertação de Mestrado em Psicologia da Saúde. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo.
- Canhão, H. P. (2013). *Os Novos Tipos de Família e Novo Método de Avaliação em Saúde da Pessoa – Apgar Saudável*. Dissertação de Doutorado em Ciências da Saúde, Ramo de Medicina, especialidade de Familiar e Comunitária (Medicina Preventiva), Coimbra: Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.
- Carr, A. (2006). *Family Therapy: Concepts, Process and Practice*. (2nd Ed.). Chichester, England: John Wiley & Sons.

- Carter, B. & McGoldrick, M. (1995). As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar, 7-29. In: Carter, B.; McGoldrick, M. & cols. *As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar: Uma Estrutura para a Terapia Familiar*. 2.^aed. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Castro, J., Toro, J., Van der Ende, J., & Arrindell, W.A. (1993). Exploring the feasibility of assessing perceived parental rearing styles in Spanish children with the EMBU. *The International Journal of Social Psychiatry*, 39(1), 47-57.
- Cezar-Ferreira, V. A. M. (2007). *Família, separação e mediação: uma visão psicojurídica*. São Paulo: Método.
- Chantre, S. L.S (2015). *Representação social de Famílias: a percepção das crianças institucionalizadas vs a percepção das crianças não institucionalizadas*. Dissertação de licenciatura em Psicologia Clínica e da Saúde, pela Universidade Jean de Cabo Verde.
- Chorvat, I. (2006). Towards some aspects of childcare and housework from the gender perspective. *Sociologia*, 38, 31-48.
- Cole & Cole, (2004). *O desenvolvimento da criança e do adolescente*. 4.^aEdição: Artmed Editora
- Collins, W.A., Madsen, S.D., & Susman-Stillman, A. (2002). Parenting during middle childhood, 73-101. In M.H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting. Vol. 1: Children and parenting* (2nd ed). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Correia, R. N. O. (2013). A Família, a Escola e a criança com Trissomia 21. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação na Especialidade de Educação Especial – Domínio Cognitivo-Motor, Lisboa: Escola Superior de Educação João de Deus.
- Correia, S. V. (2010). A articulação família-trabalho em famílias monoparentais masculinas. In Wall, K., Aboim, S. & Cunha, V. (coords). *A Vida Familiar no Masculino: Negociando Velhas e Novas Masculinidades*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Costa, M. E. (1994). *Divorcio, Monoparentalidade e recasamento – Intervenção Psicologia em transições familiares*. Edições ASA
- Cruz, O. (2005). *Parentalidade*. Coimbra: Quarteto.

- Cummings E. M. & Davies, P. T. (2010) *Marital conflict and children: An emotional security perspective*. New York, NY: The Guilford Press
- Cummings, E. M. & Davies, P. T. (2002) Effects of marital conflict on children: Recent advances and emerging themes in process-oriented research. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 43(1), pp. 31-63,
- Cunha, S. (2008). Representações e expectativas sobre a família e a adoção em crianças e jovens institucionalizados. *Família e Género*. Simpósio conduzido no VI Congresso Português de Sociologia. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Cunha, V. (2005). As Funções dos Filhos na Família, pp. 465-497. In Wall, K. (org.). *Famílias em Portugal: Percursos, Interações, Redes Sociais*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Cunha, V. (2013). O filho único na sociedade portuguesa: contributo sociológico para a compreensão da baixa natalidade. Actas do III Congresso Português de Demografia. Declínio Demográfico: que mudanças? (pp. 35-57)
- Damazio, R. L. (1991). *O que é criança*. Editora: Brasiliense.
- Dehart, B. G., Sroufe, A. L., & Cooper, R. G. (2004). *Child development: Its nature and course* (5th ed.). New York: McGraw-Hill.
- Delfieu, J. (2005). Syndrome d'aliénation parentale: Diagnostic et prise en charge médico-juridique. *Chronique Scientifique et Technique*, 67, 24-30.
- Dessen, M. & Ramos, P. C. C. (2010). Crianças pré-escolares e suas concepções de família. *Paidéia*, 20.
- Dessen, M. A. & Braz, M. P. (2005) A família e suas inter-relações com o desenvolvimento humano, 113-131. In: Dessen, M. A.; Costa Júnior, A. L. (Org.). *A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras*. Porto Alegre: Artmed.
- Diário da Republica. Decreto-Lei n.º 32/06. 1ª Série, N.º143, 26 de Julho de 2006.

- Dunn, J., O'Connor, T.G. & Levy, I. (2002). Out of picture: a study of family drawings by children from step-, single-parent, and non-stepfamilies. *Journal of clinical child and adolescent psychology*, 31, pp. 505-512.
- Esteves, A.S.C.M. (2010). *Estilos Parentais e Coparentalidade: Um Estudo Exploratório com Casais Portugueses*. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Secção de Psicologia Clínica e da Saúde/Núcleo de Psicologia Clínica Sistémica. Lisboa: Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa.
- Faber, A. J., & Wittenborn, A. K. (2010). The role of attachment in children's adjustment to divorce and remarriage. *Journal of Family Psychotherapy*, 21(2), 89-104
- Ferracioli, L. (1999) Aspectos da construção do conhecimento e da aprendizagem na obra de Piaget. *Caderno Catarinense de Ensino de Física*, 16(2), pp: 180-194.
- Ferraris, A. O. (2002). Filhos de famílias divorciadas e reconstituídas: identidade e história familiar (pp. 249-264). In Andolfi, M., A. *Crise do casal: Uma perspectiva sistémicorelacional*. Porto Alegre: Artmed
- Ferreira, L. A. M. (2014). *Adoção: guia prático doutrinário e processual com as alterações da n.12.010*, São Paulo: Cortez editora
- Fleming, M. (2015). Família e adolescência: perspectiva psicológica, 163-170. In Fernandes, O. M. & Maia C. (coord.) *A família Portuguesa no Século XXI*. Lisboa: Edições Parsifal.
- Flick, U. (2002). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa: Monitor.
- Foddy, W. (1996). *Como perguntar*. Oeiras: Celta Editora.
- Fontes, R., & Ferreira M. (2008). *A criança e o adolescente como actores sociais: Fomentando o "kidpower"*. Instituto Politécnico de Viseu. 107-117
- Fortin, M. (1999). *Processo de investigação*. Lisboa: Lusociência.
- Franco, M. H. P., & Mazorra, L. (2007). Criança e luto: vivências fantasmáticas diante da morte do genitor. *Estudos de Psicologia*. 24(4), 503-511.

- Gerard, J. M.; Krishnakumar, A. & Buheler, C. (2006). Marital Conflict, Parent-Child Relations, and Youth Maladjustment A Longitudinal Investigation of Spillover Effects. *Journal of Family Issues*, 27(7), pp. 951-975.
- Giddens, A. (2004). *Sociologia*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Gómez, G. B., Flores, J. G. & Jimenz, E. G. (1999). *Metodologia de la investigación cualitativa*. Archidona: Ediciones Aljibe
- González, M.M., & Triana, B. (2008). Divorcio, monoparentalidad y nuevos emparejamientos, 373-397. In M.J. Rodrigo & J. Palácios (Coords.), *Familia y desarrollo humano*. Madrid: Alianza Editorial.
- Graciano, M; Silva, T; Guarido, E. & Montoro, G. (1976). Percepção social na criança: desenvolvimento de uma metodologia de pesquisa. *Cadernos de Pesquisa*, 18, pp. 21-29
- Grolnick, W.S., & Gurland, S.T. (2002). Mothering: Retrospect and prospect, 5-33. In J. McHale & W.S. Grolnick (Eds.), *Retrospect and prospect in the psychological study of families*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Grych, J.H. (2002). Marital relations and parenting, 203-225. In M.H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting. Vol. 4: Social conditions and applied parenting* (2nd ed). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e Formas de Uso*. Estoril: Princípia Editora.
- Guerreiro, M. S. A. R. (2007). *Representação de Família em crianças que vivem em famílias e em crianças institucionalizados*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Educacional, Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Herbert, M. (2004). Parenting across the lifespan, 55-71. In M. Hoghughi & N. Long (Eds.), *Handbook of parenting: Theory and research for practice*. London: Sage Publications.
- Hetherington, E.M. & Kelly, J. (2002). *For better or for worse: Divorce reconsidered*. New York: W.W. Norton & Company

- Hetherington, E.M. (1982). El divorcio visto por los hijos. *Infancia y Aprendizaje*, 18(2), pp. 53-64
- Hetherington, E.M., & Stanley-Hagan, M. (2002). Parenting in divorced and remarried families, 287-315. In M.H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting. Vol 3: Being and becoming a parent* (2nd ed.). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates
- Hoghughi, M. (2004) Parenting: an introduction, 1-18. In M. Hoghughi & N. Long (Eds) *Handbook of parenting: theory and research for practice*. London: Sage.
- INE (2013a). *Censos 2011: Preparação, Metodologia e Conceitos*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística
- INE (2013b). *Famílias nos censos 2011: Diversidade e Mudança*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística
- Kalenkoski, C.M., Ribar, D.C., & Statton, L.S. (2005). Parental child care in single-parents, cohabiting, and married-couple families: Time-diary evidence from the United Kingdom. *Education and Health of Women and Children*, 95(2), 194-198
- Keller-Hamela, M (SD). The Child Interview. *Practice Guidelines*. Obtido através de <http://www.canee.net/files/The%20Child%20Interview.%20Practice%20Guidelines.pdf>
- Kerns, K.A., Aspelmeier, J.E., Gentzler, A.L., & Grabill, C. (2001). Parent-child attachment and monitoring in middle childhood. *Journal of Family Psychology*, 15, 69-81.
- Kirkman, M., Rosenthal, D. A., & Feldman, S. (2005). Being open with your mouth shut: The meaning of 'openness' in family communication about sexuality. *Sex Education*, 5(1), pp. 49-66.
- Kline, G. H., Pleasant, N. D., Whitton, S. W. & Markman, H. J. (2006). Understanding couple conflict. In: Vangelisti, A. L. & Perlman, D. (Eds.). *The Cambridge handbook of personal relationships*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, pp. 445-462.
- Kreppner, K. (2000) The child and the family: interdependence in developmental pathways. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16(1), pp. 11-22.
- Lamb, M. E. (1997). *The role of the father in the child development*. New York: John Wiley & Sons.

- Leandro, M. E. (2006). Transformações da Família na História do Ocidente, *Theológica*, 41, 51-74.
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G. & Boutin, G. (2008). *Investigação Qualitativa*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Louro, C.F. (2012). *Os Maus-tratos a crianças: representações das crianças sobre a família e o risco psicossocial*. Dissertação de Mestrado, Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Lundberg, M., & Andersson, P. (2000). Perception of the parental rearing when growing up in a single-parent home. *Clinical Psychology & Psychotherapy*, 7(4), 275-278
- Machado, I. S. C. (2013). *Representações de Família: Um estudo comparativo entre crianças em contextos familiares de risco e em contextos familiares normativos*. Dissertação de Mestrado em Psicologia, na área de Psicologia Clínica e da Saúde, Lisboa: Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa.
- Margolin, G.; Gordis, E. B. & Oliver, P. H. (2004). Linkages across marital, parent-child, and triadic interactions: Family systems perspectives. *Development and Psychopathology*, 16, pp. 753-772.
- Marin & Piccinini (2009). Famílias uniparentais: a mãe solteira na literature. *Psico* (Porto Alegre). 40, 422-429.
- Marinho, S. (2010). Ser pai na residência alternada: Dinâmicas, trajectos e contextos da paternidade, pp. 335-396. In Wall, K., Aboim, S. & Cunha, V. *A Vida Familiar no Masculino: Negociando Velhas e Novas Masculinidades*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego
- Marinho, S. (2014a). Famílias Monoparentais em Portugal: linhas de continuidade e de Transformação nas duas últimas décadas. *VIII Congresso Português de Sociologia*. Fundação para a Ciência e Tecnologia
- Marinho, S. (2014b). Famílias Monoparentais: Linhas de Continuidade e de Mudança. In Delgado, A. & Wall, K. (coords). *Famílias nos Censos 2011: Diversidade e Mudança*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística

- Markus, M.T., Lidhout, I.E., Boer, F., Hoogendijk, T.H.G., & Arrindell, W.A. (2003). Factors of perceived parental rearing styles: The EMBU-C examined in a sample of Dutch primary school children. *Personality and Individual Differences*, 34, 503-519.
- Marques, T. P. (2015). Quando a família se desfaz: filhos do divórcio, 63-70. In Fernandes, O. M. & Maia C. (coord.) *A família Portuguesa no Século XXI*. Lisboa: Edições Parsifal.
- Martins, C. A. (2013). *A transição no exercício da parentalidade durante o primeiro ano de vida de criança: uma teoria explicativa de enfermagem*. Dissertação de Doutoramento em Enfermagem, Lisboa: Escola Superior de Enfermagem de Lisboa.
- Martins, M. (2002). Os pais e os cuidados clínicos ao filho na maternidade: uma reflexão durante o ensino clínico. *Sinais Vitais*, 42, 21-24.
- Mayseless, O. (2005). Ontogeny of attachment in middle childhood: Conceptualization of normative changes, 1-23. In K.A. Kerns & R.A. Richardson (Eds.), *Attachment in middle childhood*. New York: Guilford Press.
- McHale, J.P., Lauretti, A., Talbot, J., & Pouquette, C. (2002). Retrospect and prospect in the psychological study of coparenting and family group process, 127-165. In J. McHale & W.S. Grolnick (Eds.), *Retrospect and prospect in the psychological study of families*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- McManus, T. G., & Nussbaum, J. F. (2011). Social support expectations and strategic ambiguity in parent-young adult child divorce-related stressor conversations. *Journal of Divorce and Remarriage*, 52(4), pp. 244-270.
- Melo, H.; Raposo, J.; Carvalho, L.; Bargado, M.; Leal, A. & D'Oliveira, F. (2009) *Poder Parental e Responsabilidades Parentais*. Quid Juris Sociedade Editora.
- Montandon, C. (2005). As práticas educativas parentais e a experiência das crianças. *Educação e Sociedade*, 26, 485-507.
- Morgado, A. M., Dias, M. L. V. & Paixão, M.P. (2013) O desenvolvimento da socialização e o papel da família. *Análise Psicológica*, 31, 129-144.
- Mosmann, C., & Falcke, D. (2011). Conflitos conjugais: motivos e frequência. *Revista da SPAGESP*, 12(2), pp.5-16.

- Motta, A. B. (2005). Viúvas: o mistério da ausência. Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento, *Porto Alegre*, 7, 7-24.
- Nair, H., & Murray, A. D. (2005). Predictors of attachment security in preschool children from intact and divorced families. *The Journal of Genetic Psychology*, 166(3), 245–263.
- Nishikawa, S., Sundbom, E., & Hägglöf, B. (2010). Influence of perceived parental rearing on adolescent self-concept and internalizing and externalizing problems in Japan. *J Child Fam Stud*, 19, 57–66
- Nunes, R. (2015). Ética e família, 39-50. In Fernandes, O. M. & Maia C. (coord.) *A família Portuguesa no Séclo XXI*. Lisboa: Edições Parsifal.
- Oliveira, D. de; Siqueira, A.; Dell'aglio, D. & Lopes, R. (2008). Impacto das configurações familiares no desenvolvimento de crianças e adolescentes: uma revisão da produção científica. *Interação Em Psicologia*, 12, 87-98.
- Paraguassú, L. A. A. (2005) *Influências econômicas na manutenção do relacionamento conjugal: um estudo exploratório*. Monografia de conclusão de Pós-graduação. Faculdade Ruy Barbosa, Salvador.
- Parke, M. (2003). *Are married parents really better for children? What research says about the effects of family structure on child well-being*. Couples and Marriage Research and Policy, Washington, DC (Rep. No. 3).
- Parke, R.D. & Buriel, R. (2006). Socialization in the family: ethnic and ecological perspectives, 429-504. In W. Damon (Series Ed.) & N. Eisenberg (Vol. Ed.), *Handbook of child psychology: Vol. 3. Social, emotional, and personality development* (6th ed.). New York: Wiley
- Patel, M. J. V. M. (2005). *Família, Trabalho e Relações Conjugais: Perspectivas de Dominação e de Igualdade no Feminino e no Masculino*. Dissertação de Mestrado em Sociologia – Construção Europeia e Mudança Social em Portugal, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto - FLUP.
- Pedro, A. L. M. V. (2013). Filhos do divórcio: "quando os meus pais se divorciaram". Dissertação de Doutoramento, Viseu: Instituto Politécnico de Viseu da Escola Superior de Educação de Viseu.

- Pedro, A., Catarino, A. Ventura, D., Ferreira, F. & Salsinha, H. (2010). *A vivência da morte na criança e o luto na infância*.
- Pereira, A. I. (2007). *Crescer em Relação: Estilos Parentais Educativos, Apoio Social e Ajustamento: Estudo Longitudinal com crianças em idade escolar*. Dissertação de Doutoramento. Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Pereira, C. R. R. & Lopes, R. C. S. (2013) Rivalidade fraterna: uma proposta de definição conceitual. *Estudos de Psicologia*, 18 (2), 277-283
- Persegona, K. R. (2007). *Relação intersubjetiva do enfermeiro e criança com dor pós-operatória*. Dissertação de mestrado em Enfermagem, Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Polit, D. & Hungler, B. P. (1995). *Fundamentos de pesquisa em enfermagem*. Porto Alegre: Artes medicas
- Pordata. Base de dados Portugal Contemporâneo (2015a). *Agregados domésticos privados por tipo de composição do agregado*. Departamento de Estatística da União Europeia – Eurostat. Última atualização da base de dados a 18 de Agosto de 2015. Obtido através de: [http://www.pordata.pt/Europa/Agregados+dom%C3%A9sticos+privados+por+tipo+de+composi%C3%A7%C3%A3o+do+agregado+\(percentagem\)-1629](http://www.pordata.pt/Europa/Agregados+dom%C3%A9sticos+privados+por+tipo+de+composi%C3%A7%C3%A3o+do+agregado+(percentagem)-1629) no dia 12 de Janeiro de 2016.
- Pordata. Base de dados Portugal Contemporâneo (2015b). *Adultos a viverem sozinhos com crianças por sexo*. Departamento de Estatística da União Europeia – Eurostat. Última atualização da base de dados a 18 de Agosto de 2015. Obtido através de: [http://www.pordata.pt/Europa/Adultos+a+viverem+sozinhos+com+crian%C3%A7as++por+sexo+\(percentagem\)-1628](http://www.pordata.pt/Europa/Adultos+a+viverem+sozinhos+com+crian%C3%A7as++por+sexo+(percentagem)-1628) no dia 12 de Janeiro de 2016.
- Pordata. Base de dados Portugal Contemporâneo (2015c). *Número de divórcios por 100 casamentos*. Departamento de Estatística da União Europeia – Eurostat. Última atualização da base de dados a 18 de Agosto de 2015. Obtido através de: <http://www.pordata.pt/Europa/N%C3%BAmero+de+div%C3%B3rcios+por+100+casamentos-1566> no dia 12 de Janeiro de 2016.

- Pordata. Base de dados Portugal Contemporâneo (2015d). *Agregados domésticos privados monoparentais – total e por sexo*. Departamento de Estatística da União Europeia – Eurostat. Obtido através de: <http://www.pordata.pt/Portugal/Agregados+dom%C3%A9sticos+privados+monoparentais+total+e+por+sexo+-20> no dia 26 de Maio de 2015
- Poussin, G. & Martin-Leberun, E. (1997). *Os filhos do divórcio – Psicologia da separação parental*. Lisboa: Terramar.
- Pratas, S. I. (2012). *Guarda Partilhada: Estudo Exploratório*.
- Ramires, V. R. R. (2004). As Transições Familiares: A Perspectiva de crianças e pré-adolescentes. *Psicologia em Estudo*, 9, 183-193.
- Relvas, A. P. (1996). *O Ciclo Vital da Família: Perspectiva Sistémica* (3ª ed.). Porto: Edições Afrontamento.
- Ribeiro, F. S. & Cruz, F. M. L. (2013). Representações sociais de família por crianças na cidade de Recife. *Psicologia & Sociedade*, 25(3), 612-662.
- Riesch, S. K., Anderson, L. S., & Krueger, H. A. (2006). Parent-child communication processes: preventing children's health-risk behavior. *Journal for Specialists in Pediatric Nursing*, 11(1), 41-56.
- Rizzini, I. (coord.). (2003). *Vida nas ruas. Crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?* Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola.
- Robertson, J. (2008). Stepfathers in families (pp.125-150). In Pryor, J. (Eds.), *The Internacional Handbook of Stepfamilies: Policy and Practice in Legal, Research, and Clinical Environments*. EUA: John Wiley & Sons.
- Rodrigues, H. (2011). *Questões de Particular Importância no Exercício das Responsabilidades Parentais*. Coimbra Editora
- Santos, J. B. dos, & Santos, M. S. C. (2008). Família monoparental brasileira. *Revista Jurídica da Presidência*, 10(92), 01-30.
- Santos, M. M. S. (2013). Os Efeitos do Divórcio na Família com filhos pequenos.

- Sau, V. (2001). *Dicionário ideológico feminista*. Vol. I e II. Barcelona, Icaria/ La mirada esférica.
- Schabbel, C (2005) Relações Familiares na Separação Conjugal: contribuições da mediação. *Psicologia: teoria e prática*, 7, 13-20.
- Schmitz, V. R. & Renon, M. C. (2009). O reconhecimento da família monoparental a partir das técnicas de inseminação artificial. *Espaço Jurídico*, vol. 10, pp. 113-128.
- Silva, P.O. M., Trindade, Z. A. & Junior, A. S. (2012). As representações sociais de conjugalidade entre casais recasados. *Estudos de Psicologia*, vol.17, pp. 435-443.
- Silva, S. C. de S. da (2009). *Famílias de risco, Crianças de risco? Representações das crianças acerca da família e do risco*. Dissertação de Mestrado em Estudos da Criança, na Área de Especialização em Intervenção Psicossocial com crianças jovens e famílias. Minho: Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho.
- Simionato, M. A. W. & Oliveira, R. G. (2003). Funções e transformações da família ao longo da história. *I Encontro Paranaense de Psicopedagogia*.
- Simões, S. C. C. (2011). *Influência dos estilos educativos parentais na qualidade da vinculação de crianças em idade escolar em diferentes tipos de família*. Dissertação de Doutoramento em Ciencias Biomedicas. Porto: Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Universidade do Porto
- Soares, N. F. & Tomás, C. (2004). Da emergência da participação à necessidade de consolidação da cidadania da infância... Os intrincados trilhos da acção, da participação e protagonismo social e político das crianças, pp. 135-161. In Sarmento, M. e Cerisara, A. *Crianças e Miúdos: Perspectivas Sociopedagógicas da Infância e Educação*. Porto: Edições Asa.
- Sousa, A. P. de (2010). *Estudo Comparativo das Famílias Monoparentais Masculinas X Monoparentais Femininas: A Influência do Genitor no Desenvolvimento Familiar*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Área de Concentração – Serviço Social: Trabalho e Sociedade, Faculdade de História, Direito e Serviço Social. São Paulo: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

- Stormshak, E. B., Bullock, B. B., & Falkenstein, C. C. (2009). Harnessing the power of sibling relationships as a tool for optimizing social–emotional development. *New Directions for Child & Adolescent Development*, 2009(126), pp. 61-77.
- Sutter, C., & Bucher-Maluschke, J. S. N. F. (2008). Pais que cuidam dos filhos: a vivência masculina na paternidade participativa. *Psico*, 39(1), 74-82.
- Vaz, C. P. & Relvas, A. P. (2002) Uma Família à Parte ou a Parte de Uma Família? 245-298. In Relvas, A. P. & Alarcão, M. (Coords.) *Novas Formas de Família* (2.^a ed) Coimbra: Quarteto Editora.
- Vialle, W., Lysaght, P., & Verenikina, I. (2000). Handbook on child development. *Katoomba*, Australia: Social Science Press.
- Vieira & Souza (2010) Guarda paterna e representações sociais de paternidade e maternidade. *Análise Psicológica*, 581-596.
- Visher, E. B. & Visher, J. S. (1993). *Stepfamilies: Myths and Realities*. USA: Carol Publishing Group
- Wall, K. & Lobo, C (1999) Famílias monoparentais em Portugal. *Análise Social*, 123-146.
- Wall, K. (2003). *Famílias monoparentais. Sociologia, Problemas e Práticas: Famílias no Censo 2001* (dossiê), 51-66.
- Wall, K. (coord.); Atalaia, S.; Leitão, M.; & Marinho, S. (2013). *Observatório das Famílias e das Políticas de Família - Relatório 2012*. Lisboa: Observatórios do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Wall, K., José, J. & Correia S. V. (2002). Mães sós e cuidados às crianças. *Análise Social*, 163, 631-663.
- Xavier, J., Antunes, A., & Almeida, A. T. (2013) Educação para a parentalidade positiva em contextos inclusivos: o Grupo Laços de Inclusão, 5689-5703. In B. D. Silva, L. S. Almeida, A. Barca, M. Peralbo, A. Franco & R. Monginho (Orgs.), *Atas do XII Congresso internacional galego-português de psicopedagogia*, Braga.

Anexos

Anexo 1: Consentimento Informado

Sofia Alexandra Ferreira Antunes, Licenciada em Psicologia pela Universidade de Évora, a concluir o Mestrado em Psicologia da Educação na mesma Universidade. Vem por este meio solicitar a participação de vossa excelência, requerendo a autorização para o seu/sua filho/a participar num estudo integrado no âmbito da sua dissertação de mestrado.

Este estudo tem como objetivo perceber e estudar a representação das crianças, dos 8 aos 10 anos, perante as novas formas de família, realizando uma comparação entre as famílias monoparentais e as famílias tradicionais.

Os dados necessários ao estudo serão recolhidos por meio de uma entrevista às crianças e guardados por um gravador de voz, para permitir uma análise de conteúdo.

Os procedimentos deste estudo não resultarão em nenhum dano físico ou psicológico aos participantes, ficando salvaguardada a identidade de todos os participantes.

A participação não implicará nenhum custo financeiro e será voluntária, pelo que poderá proceder à sua interrupção se assim o desejar, em qualquer momento.

(Assinatura da Investigadora: Sofia Antunes)

Eu, _____, tendo recebido as devidas informações e estando ciente dos objetivos da investigação, autorizo ☐/ não autorizo ☐ o meu/minha filho/a _____ com _____ anos, a participar no trabalho de investigação “As Crianças perante as Novas Famílias: Famílias Monoparentais vs Tradicionais. Um Estudo Exploratório”.

1. Família Tradicional ☐

2. Família Monoparental: Masculina ☐ Feminina ☐

Morte de Progenitor ☐ Separação/Divórcio ☐ Mãe Solteira ☐ Mono-adoção ☐

O(a) Encarregado(a) de Educação: _____

Contacto: _____

Data: ____/____/____

Anexo 2: Guião de entrevista

Objetivo geral: O presente estudo tem como objetivo geral perceber e estudar a representação das crianças, dos 8 aos 10 anos, perante as novas formas de família, realizando uma comparação entre as famílias monoparentais e as famílias tradicionais ou nucleares

Entrevistados: 29 crianças com idades compreendidas entre os 8 e os 10 anos, 17 crianças de famílias tradicionais e 12 crianças de famílias monoparentais.

Blocos temáticos	Objetivos específicos	Questões
Bloco A: Legitimação da entrevista	<ul style="list-style-type: none">• Legitimar a entrevista.• Justificar o tema e a entrevista.• Incentivar a colaboração do/a entrevistado/a.	<ul style="list-style-type: none">• Apresentação da entrevistadora.• Informar o/a entrevistado/a sobre:<ul style="list-style-type: none">○ Tema;○ Objetivos do estudo;○ Responsáveis,○ Metodologia○ Apresentação/divulgação dos dados.• Solicitar a colaboração do/a entrevistado/a, para a consecução do estudo a realizar.• Informar o/a entrevistado/a, acerca dos principais objetivos da entrevista.• Assegurar a confidencialidade e o anonimato.• Solicitar autorização para gravação áudio da entrevista.• Colocar a gravação/transcrição da entrevista à disposição do/a entrevistado/a.

Blocos temáticos	Objetivos específicos	Questões
Bloco B: Caracterização sociodemográfica do/a entrevistado/a	<ul style="list-style-type: none"> Identificar o/a entrevistado/a 	<ul style="list-style-type: none"> Dados Sociodemográfico - Caracterização do entrevistado/a: <ul style="list-style-type: none"> Sexo Idade Tipo de Família Distrito
Bloco C: A percepção de família em crianças de famílias monoparentais e famílias tradicionais	<ul style="list-style-type: none"> Identificar a percepção das crianças das suas famílias Identificar a percepção das crianças em relação a outras famílias 	1. O que é para ti uma família? 2. Como é a tua família? 3. Que outras famílias, diferentes da tua, conheces? 4. Que diferenças encontras entre a tua família e as famílias que tu conheces?
Bloco D: A percepção das dificuldades das famílias monoparentais e famílias tradicionais	<ul style="list-style-type: none"> Identificar as principais dificuldades nas famílias monoparentais Identificar as principais dificuldades nas famílias tradicionais 	5. O que achas que pode ser mais difícil para os/as meninos/as da tua idade que vivem em famílias diferentes da tua? 6. E o que é difícil para ti na tua família?
Bloco E: A percepção dos aspetos negativos das famílias monoparentais e famílias tradicionais	<ul style="list-style-type: none"> Identificar os principais aspetos negativos nas famílias monoparentais Identificar os principais aspetos negativos nas famílias tradicionais 	7. O que é que não gostas na outra família? 8. O que é que não gostas na tua família?

Blocos temáticos	Objetivos específicos	Questões
Bloco F: A percepção dos aspetos positivos das famílias monoparentais e famílias tradicionais	<ul style="list-style-type: none"> Identificar os aspetos positivos adjacentes às vivências das famílias monoparentais Identificar os aspetos positivos adjacentes às vivências das famílias tradicionais 	9. O que é que gostas na tua família? 10. O que é que gostas na outra família? 11. O que é que a tua família tem de bom que as outras não têm? 12. O que achas que pode ser bom para os/as meninos/as da tua idade que vivem em famílias diferentes da tua?
Bloco G: A percepção dos sentimentos sentidos na própria família e em famílias diferentes	<ul style="list-style-type: none"> Identificar sentimentos sentidos pelas crianças de famílias monoparentais e de famílias tradicionais 	13. Como te sentes na tua família? 14. Como achas que os meninos/as de outras famílias se sentem?
Bloco H: A percepção dos papéis e das funções dos elementos das famílias monoparentais e das famílias tradicionais	<ul style="list-style-type: none"> Identificar as funções dos elementos das famílias monoparentais (progenitor e criança) Identificar as funções dos elementos das famílias tradicionais (progenitores e crianças) 	15. Numa família monoparental, qual é o papel da Mãe? (o que faz uma mãe?) E numa família tradicional? 16. Numa família monoparental qual é o papel do Pai? (o que faz um pai?). E numa família tradicional? 17. Numa família monoparental o que pode/m fazer a/s Criança/s? (o que fazem as crianças?). E numa família tradicional?
Fim da Entrevista: Última questão		18. Como gostarias que a tua família fosse?

Anexo 3: Caracterização sociodemográfica dos participantes (Grupo I)

Grupo I – Crianças de Famílias Tradicional		
Sujeito	Sexo	Idade
CR1	F	8
CR2	M	8
CR5	M	10
CR6	M	10
CR9	F	10
CR11	M	8
CR13	M	9
CR14	M	9
CR15	M	8
CR16	M	8
CR18	M	8
CR22	M	8
CR24	M	8
CR25	M	8
CR26	F	9
CR28	M	8
CR29	F	8

Anexo 4: Caracterização sociodemográfica dos participantes (Grupo II)

Grupo II – Crianças de Famílias Monoparental			
Sujeito	Sexo	Idade	Origem da Família
CR3	F	9	Divórcio Feminino
CR4	F	8	Divórcio Masculino
CR7	F	8	Divórcio Feminino
CR8	F	8	Divórcio Feminino
CR10	M	10	Divórcio Masculino
CR12	F	8	Mãe Solteira
CR17	M	8	Divórcio Feminino
CR19	M	8	Divórcio Feminino
CR20	M	9	Divórcio Feminino
CR21	F	9	Divórcio Feminino
CR23	M	8	Divórcio Feminino
CR27	M	8	Divórcio Feminino

Anexo 5: Prespetiva global dos temas, categorias e subcategorias de análise

Tema	Subtema	Grupo de Participantes	Categoria	Subcategoria
Tema I Visão da Família	Representação Geral da Família	Grupo I	Afetividade	Amor
				Amizade
				Alegria
				União
			Cuidados	Proteção
				Acolhimento
		Grupo II	Afetividade	Ajuda
				Gerações
				Pais
				União
			Cuidados	Acolhimento
				Ajuda
	Representação da Própria Família	Grupo I	Afetividade	Gerações
				Pais
				Amor
				Amizade
			Cuidado	Alegria
				União
		Grupo II	Afetividade	Simpatia
				Tranquilidade
				União
				Ajuda
			Cuidado	Cuidadora
				Amor
	Formas de Família	Grupo I	Tipologias	Amizade
				Alegria
				Simpatia
				Tranquilidade
			Não Definida	Ajuda
				Cuidadora
		Grupo II	Tipologias	Família Tradicional
				Viver com os Avós
				Família Monoparental
				Masculina
			Não Definida	Feminina
				Não conheço

Tema I Visão da Família (cont.)	Diferenças das famílias	Grupo I	Família Monoparental	Tem só um progenitor
				Tem os pais separados
				Tem duas casas
				Tem festas separadas
		Grupo II	Família Tradicional	Tem os pais juntos
				Família completa
Tema II Dificuldades das famílias	Família Tradicional	Grupo I	Ausência de elementos da família	Sem Irmãos
			Discussões	Entre pais
				Entre Irmãos
		Grupo II	Não Definida	Nada
			Discussões	Entre pais
			Não Definida	Não sei
	Família Monoparental	Grupo I	Ausência de elementos da família	Sem pai
				Sem mãe
				Separação
			Admissão de novos membros	Padrasto
				Madrasta
				Novos Irmãos
		Grupo II	Habitação	Duas casas
			Carência	Afetos (carinhos)
				Indesejado (Sentir-se)
				Ajuda dos Pais
			Não Definida	Não sei
			Ausência de elementos da família	Sem pai
Tema III Aspectos negativos das famílias	Família Tradicional	Grupo I		Sem mãe
				Separação
				Ajuda dos Pais
		Grupo II	Carência	Não sei
			Não Definida	Nada
	Família Monoparental	Grupo I	Discussões	Entre pais
				Com os filhos
				Entre irmãos
		Grupo II	Não definida	Nada
			Discussões	Entre Pais
			Não definida	Não sei
Tema III Aspectos negativos das famílias	Família Tradicional	Grupo I		Nada
		Grupo II	Discussões	Entre pais
			Ausência de elementos da família	Sem um progenitor
				Sem irmãos
Tema III Aspectos negativos das famílias	Família Monoparental	Grupo I		Separação
		Grupo II	Discussões	Entre pais
				Com os filhos
			Ausência de elementos da família	Sem um progenitor
Tema III Aspectos negativos das famílias	Família Monoparental	Grupo I		Separação
		Grupo II	Não definida	Nada

Tema IV Aspectos Positivos das Famílias	Família Tradicional	Grupo I	Composição	Tem os Pais juntos
				Tem irmãos
			Afetividade	Amor
				Alegria
				União
				Simpatia
		Grupo II	Cuidados	Ajuda
				Cuidadora
				Entendimento
			Não definida	Tudo
			Composição	Tem os Pais juntos
				Tem irmãos
	Família Monoparental	Grupo I	Afetividade	Amor
				Alegria
			Cuidados	Ajuda
				Entendimento
			Não definida	Nada
			Composição	Tem um Progenitor
		Grupo II		Tem irmãos
			Afetividade	Alegria
			Cuidados	Cuidadora
				Entendimento
			Habitação	Duas casas
			Não definida	Nada
Tema V Sentimentos das crianças relativamente às famílias em estudo	Família Tradicional	Grupo I		Não sei
			Composição	Tem irmãos
			Afetividade	Amor
		Grupo II		Alegria
				Amizade
			Cuidados	Entendimento
	Família Monoparental	Grupo I	Habitação	Duas casas
			Não definida	Tudo
				Nada
		Grupo II		Não sei
			Sentimentos Positivos	União
				Satisfação
Tema V Sentimentos das crianças relativamente às famílias em estudo	Família Tradicional	Grupo I	Sentimentos Negativos	Saudade
			Sentimentos Positivos	União
		Grupo II		Satisfação
			Sentimentos Negativos	Tristeza
	Família Monoparental	Grupo I	Sentimentos Positivos	Proteção
			Sentimentos Negativos	Saudade
				Tristeza
		Grupo II	Sentimentos Positivos	União
				Proteção
				Satisfação
Tema V Sentimentos das crianças relativamente às famílias em estudo	Família Tradicional	Grupo I		Saudade
			Sentimentos Negativos	Tristeza
		Grupo II	Sentimentos Positivos	União
				Proteção
				Satisfação
	Família Monoparental	Grupo I	Sentimentos Positivos	União
				Proteção
				Satisfação
		Grupo II	Sentimentos Positivos	União
				Proteção
				Satisfação

Tema VI

As funções dos elementos da família

Funções da Mãe	Família Tradicional	Grupo I	Tarefas do Quotidiano	Tratar dos filhos
				Tratar da comida
				Tratar/Limpar a casa
			Tarefas de apoio escolar	Ajudar os filhos com os trabalhos de casa
			Sustento Monetário	Trabalha/emprego
		Grupo II	Tarefas do Quotidiano	Tratar dos filhos
				Tratar da comida
				Tratar/Limpar a casa
			Tarefas de apoio escolar	Ajudar os filhos com os trabalhos de casa
			Sustento Monetário	Trabalha/emprego
	Família Monoparental	Grupo I	Tarefas do Quotidiano	Tratar dos filhos
				Tratar da comida
				Tratar/Limpar a casa
			Tarefas de apoio escolar	Ajudar os filhos com os trabalhos de casa
			Sustento Monetário	Trabalha/emprego
		Grupo II	Tarefas do Quotidiano	Tratar dos filhos
				Tratar da comida
				Tratar/Limpar a casa
Funções do Pai	Família Tradicional	Grupo I	Sustento Monetário	Trabalha/emprego
			Tarefas do Quotidiano	Ir às Compras
				Arranjar coisas
				Tratar dos filhos
				Ajudar a mãe
		Grupo II	Tarefas de apoio escolar	Ajudar os filhos com os trabalhos de casa
			Sustento Monetário	Trabalha/emprego
				Trabalhar na Horta
	Família Monoparental	Grupo I	Tarefas do Quotidiano	Ir às compras
				Tratar dos filhos
		Grupo II		Ajudar a mãe
			Tarefas de apoio escolar	Ajudar os filhos com os trabalhos de casa
		Grupo II	Sustento Monetário	Trabalha/emprego
				Trabalhar na Horta

<u>Tema VI</u> As funções dos elementos da família (cont.)	Funções do Pa Funções do Pai (cont.)	Família Monoparental	Grupo I	Tarefas do Quotidiano	Arranjar coisas
					Ir às compras
					Tratar da comida
					Tratar/Limpar a casa
					Tratar dos filhos
			Grupo II	Tarefas de apoio escolar	Ajudar os filhos com os trabalhos de casa
				Sustento Monetário	Trabalha/emprego
					Trabalhar na Horta
				Tarefas do Quotidiano	Tratar da comida
					Tratar/Limpar a casa
					Tratar dos filhos
				Tarefas de apoio escolar	Ajudar os filhos com os trabalhos de casa
				Sustento Monetário	Trabalha/emprego
					Trabalhar na Horta
	Papel da Criança	Grupo I		Prestar ajuda aos pais	Ajuda em tarefas domésticas
					Ajuda em Tarefas de cuidado dos irmãos
				Aprender	Tarefas escolares
		Grupo II		Prestar ajuda aos pais	Ajuda em tarefas domésticas
					Ajuda em Tarefas de cuidado dos irmãos
				Aprender	Tarefas escolares
<u>Ultima questão</u>		Grupo I		Família ideal	Com irmãos
					Sem irmãos
					Igual à atual
					Não sei
		Grupo II		Família ideal	Pais juntos
					Com irmãos
					Igual à atual
					Não sei